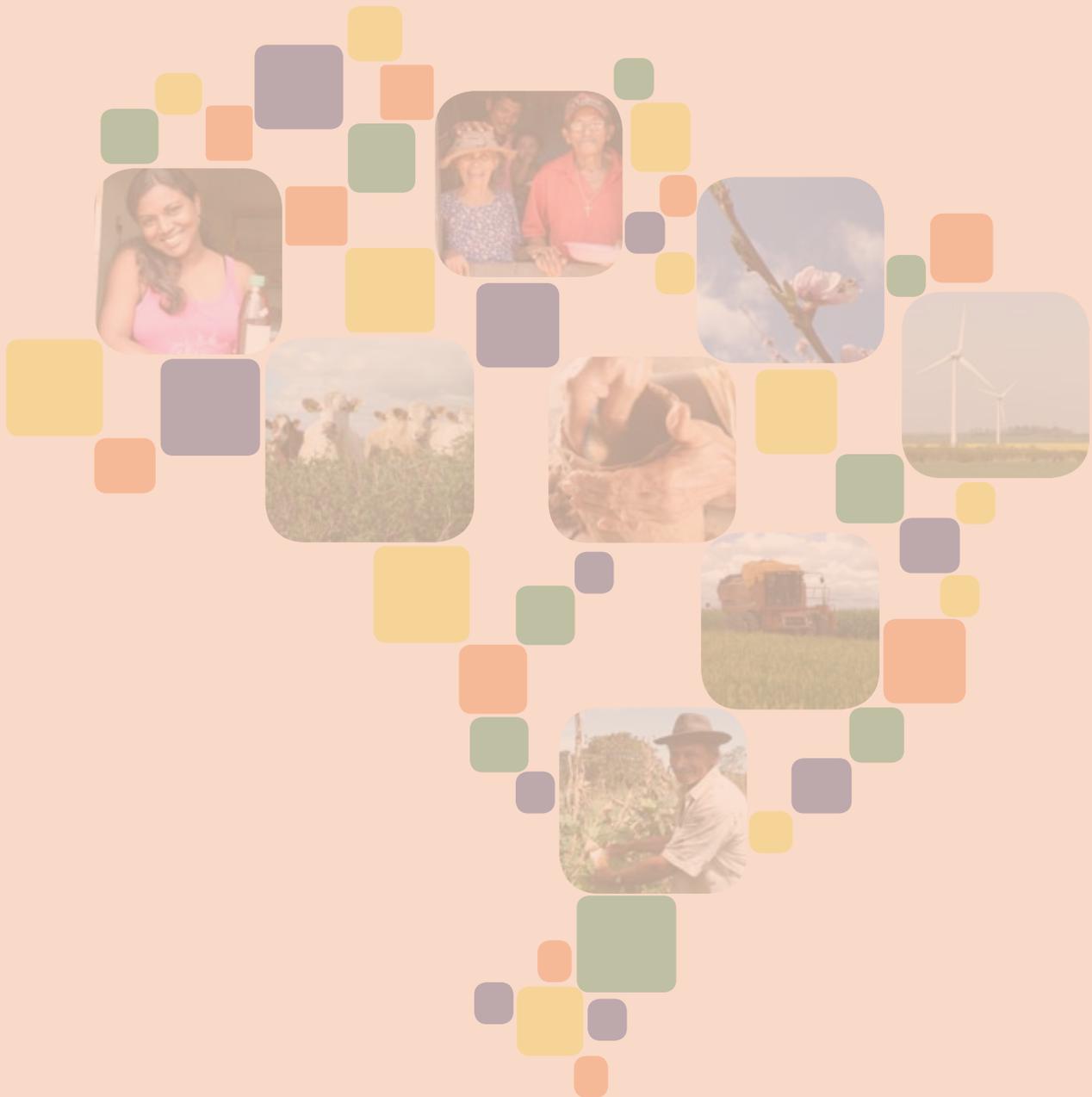


SITUAÇÃO EM 2010 E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA NO BRASIL PARA 2011



SITUAÇÃO EM 2010 E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA NO BRASIL PARA 2011



VERSÃO FINAL



© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2011

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no site institucional

<http://www.iica.org.br>

Coordenação editorial: Representação do IICA no Brasil

Copidesque: Power Marketing Promoção e Publicidade Ltda

Leiaute da capa: Representação do IICA no Brasil

Diagramação: Priscila Vieira Alves da Silva – ME

Fotos: Regina Santos - Arquivo IICA; Banco de imagens SXC.hu e World Water Council

Situação em 2010 e perspectivas da agricultura no Brasil para 2011 /
Marco Ortega Berenguer (organizador) -- Brasília: IICA, 2011:
185 p., 21 x 29,7 cm

ISBN 13: 978-92-9248-353-1

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural 3. Assistência técnica 4. Brasil
I. IICA II. Título

AGRIS
E14

DEWEY
338.91981

Brasília, Brasil
2011

ELABORAÇÃO DO INFORME

O presente Informe foi preparado por uma equipe sob a coordenação de Marco Ortega, Especialista em Agronegócios e Comercialização, a assessoria do Professor Carlos E. Guanziroli e o apoio da equipe técnica do IICA Brasil.

Contou ainda com a colaboração das Equipes Técnicas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); e dos técnicos do IICA Brasil: Gertjan Beekman, Aureliano Matos, Carlos Miranda, Daniel Torres, Romélia Souza, Breno Tiburcio, Jamil Macedo, Lucia Maia, Roberto Martinez, Marcus Vinícius Souza, Juliano Souza, Kilmara Ramos, Marcela Milhomem, Stellianny Messinis e Fernanda Tallarico.

Outras informações sobre a agricultura brasileira poderão ser obtidas no Portal do IICA/Brasil e no CERAGRO ou enviando suas observações e comentários ao email:



marco.ortega@iica.int



APRESENTAÇÃO

O Informe de Situação em 2010 e Perspectivas da Agricultura no Brasil para 2011 tem como propósito principal informar aos atores do setor agropecuário e aos habitantes dos territórios rurais sobre a situação, fatos e tendências que marcam a dinâmica do sistema agropecuário nacional. Trata-se de uma iniciativa que se enquadra no Plano Médio Prazo 2010 – 2014 do Instituto e das prioridades do novo Governo da presidenta Dilma Rousseff, e compartilha com nossos parceiros dos mais importantes eventos que afetam a evolução da agricultura e sua inserção regional e internacional.

Pretendemos, também, que este veículo de informação seja de interesse para os tomadores de decisão pública e privada, os líderes comunitários e os formuladores de políticas setoriais com interesse e objetivos direcionados à melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

Na elaboração deste Informe, contamos com a participação efetiva de importantes atores do acontecer agropecuário das instituições públicas e de autoridades e lideranças nos territórios rurais.

A difusão da informação e a qualidade das fontes são prioridades do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), de modo que esta publicação vem se somar a um conjunto crescente de produtos que oferecemos via nossos canais de comunicação.

Esperamos contribuir com o presente documento de maneira positiva nos processos de desenvolvimento e consolidação da agricultura no Brasil.

Cordialmente,
Manuel Rodolfo Otero
Representante do IICA no Brasil





SUMÁRIO

- 07** Apresentação
- 13** Introdução
- 15** **1.** Conjuntura macroeconômica
- 31** **2.** Comércio exterior brasileiro
- 43** **3.** Preços internacionais e domésticos das commodities
 - 56** 3.1. Implicações da evolução dos preços
 - 58** 3.2. Mercado futuro de commodities
- 61** **4.** Negociações internacionais
 - 61** 4.1. Desajustes cambiais
 - 62** 4.2. Negociações no âmbito da Rodada de Doha
 - 63** 4.3. Relações com a União Europeia
 - 63** 4.4. Acordos MERCOSUL - países emergentes
 - 63** 4.5. Acordo EU-MERCOSUL
 - 64** 4.6. MERCOSUL
 - 65** 4.7. Relação bilateral - Brasil/ EUA
 - 65** 4.8. Negociações sobre Cotas em Carne
- 69** **5.** Instrumentos de financiamento rural: crédito e seguro rural
- 73** **6.** Perspectivas da produção agropecuária 2010/2011
- 81** **7.** Rearranjos produtivos: concentrações, fusões e anexações de empresas do agronegócio
- 91** **8.** Gestão dos territórios, agricultura e bem estar rural
 - 91** 8.1. O contexto contemporâneo da pobreza rural no Brasil
 - 93** 8.2. Estratégias e programas de enfrentamento da pobreza rural
 - 94** 8.3. Situação da segurança alimentar no Brasil
 - 95** 8.4. Elementos a considerar na construção de uma agenda de políticas públicas para enfrentamento da pobreza rural no Brasil
- 101** **9.** Inovação para a Produtividade e a Competitividade
 - 102** 9.1. Novas tecnologias e conhecimentos gerados pelo SNPA
 - 102** 9.2. Tecnologias direcionadas para a agricultura familiar

103	9.3. Tecnologias direcionadas para agroenergia
103	9.4. Tecnologias direcionadas para a competitividade
105	9.5. Tecnologias direcionadas para a Gestão dos Territórios e Propriedades
106	9.6. Tecnologias direcionadas para a Gestão dos Recursos Naturais
107	9.7. Tecnologia direcionada para melhorar a oferta alimentar
107	9.8. Tecnologias direcionadas para segurança ambiental
111	10. Recursos naturais, gestão ambiental e adaptação às mudanças climáticas
111	10.1. Água (Cultivando Água Boa)
113	10.2. Índice de pobreza hídrica - WPI
117	10.4. Mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) e mudanças climáticas
120	10.5. Política Nacional de Segurança de Barragens
123	10.6. Geoprocessamento e Georreferenciamento a Experiência do IICA-RIB
131	10.7. Sistemas de Alerta Precoce para o Combate à Desertificação
133	10.9. ENED – uma experiência visando subsídios para um plano de desenvolvimento sustentável da Região Semi-Árida
134	10.10. Estratégia IICA-RIB para o WWC
139	11. Sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos
139	11.1. Situação do setor antes de 2010
140	11.2. Atuação do governo no ano 2010
151	11.3. Desafios para o 2011
155	12. Principais atividades dos projetos de cooperação técnica direcionadas para o setor rural no Brasil
163	13. Desafios para 2011
169	14. Referências Bibliográficas
171	Anexo 1: Siglas
181	Anexo 2: linha do tempo 2010 da agricultura brasileira



ÍNDICE DE FIGURAS

- 16** Figura 1 Evolução do PIB Brasil. 2002-2010
- 17** Figura 2 Comparação Brasil- outros países emergentes
- 18** Figura 3 Evolução do emprego industrial
- 20** Figura 4 Evolução do setor externo Brasil 2001 - 2010
- 21** Figura 5 Taxa de juros reais (descontada a inflação)
- 25** Figura 6 Taxas de inflação Brasil 2003 - 2010
- 26** Figura 7 Evolução das reservas internacionais. Brasil-2002-1010
- 27** Figura 8 Evolução da dívida pública 2002-2010
- 32** Figura 9 Evolução dos preços das commodities
- 32** Figura 10 Saldo comercial Brasil
- 33** Figura 11 Evolução recente da Balança Comercial Brasileira *
- 34** Figura 12 Termos de troca das exportações
- 38** Figura 13 Balança comercial do agronegócio – evolução 2009 e 2010
- 116** Figura 14 Mapa temático da situação hídrica classificado pelo índice de pobreza hídrica.
- 124** Figura 15 Rede de drenagem das microbacias do Oeste Baiano
- 125** Figura 16 Municípios a serem mapeados
- 126** Figura 17 Fluxograma das atividades do Plano de Trabalho, especialização das ações
- 127** Figura 18 Tela do Software de acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho.
- 127** Figura 19 Pontos de Coleta de Solos
- 128** Figura 20 Mosaico das imagens ALOS com a articulação das 413 cartas na escala de 1:25.000 do projeto
- 129** Figura 21 Modelo de mapa entregue aos proprietários (propriedade digitalizada)



ÍNDICE DE GRÁFICOS

- 21** Gráfico 1 Evolução da taxa Selic (2009 a 2010)
- 22** Gráfico 2 Evolução da taxa de câmbio (R\$/US\$)
- 31** Gráfico 3 Evolução do saldo comercial. Brasil 2001-2010
- 34** Gráfico 4 Participação setorial nas exportações
- 35** Gráfico 5 Exportações de produtos primários
- 78** Gráfico 6 Consumo de fertilizantes em países selecionados de América Latina.



ÍNDICE DE TABELAS

- 19** Tabela 1 Contas externas- Brasil- 2009-2011 (valores em R\$ bilhões)
- 27** Tabela 2 Projeções de investimentos em infraestrutura. Brasil 2005-2013
- 33** Tabela 3 Balança comercial comparada 2009 e 2010. Brasil
- 36** Tabela 4 Composição da pauta exportadora brasileira
- 36** Tabela 5 Destino dos bens exportados pelo Brasil
- 37** Tabela 6 Comparativo balança comercial
- 38** Tabela 7 Balança comercial do agronegócio. Janeiro-Novembro/2010
- 69** Tabela 8 Programação de recursos de crédito rural 2010/2011
- 70** Tabela 9 Crédito rural concedido produtores e cooperativas e agricultores familiares de Janeiro a Novembro 2010.
- 73** Tabela 10 Estimativa de produção da safra 2010/2011 dos principais produtos da lavoura brasileira



INTRODUÇÃO

O ano de 2010 foi marcado por um alto crescimento da economia brasileira que conseguiu um desempenho surpreendente entre os países em vias de desenvolvimento ou emergentes após a grave crise financeira internacional que abalou o mundo em 2008 e a leve recessão de 2009.

No Brasil, o resultado até agora tem sido o de um PIB bastante vigoroso. O PIB do Brasil tinha caído bastante em 2009, em função da crise, mas em 2010 recuperou os níveis anteriores à crise, com uma taxa, segundo as previsões, que pode estar chegando perto de 7,3% de crescimento, como revela o capítulo primeiro deste trabalho.

Os efeitos no emprego também tem sido positivos, com uma redução dos mesmos para menos de 7% ao ano, contudo há também sinais preocupantes no horizonte da economia do país como taxa de inflação em aumento, déficit na balança de transações correntes, valorização cambial e problemas de infraestrutura a ser resolvidos. Estes e outros temas são desenvolvidos no capítulo 1 referido a Conjuntura Macroeconômica.

A dinâmica do Comércio Exterior Brasileiro é analisado no capítulo 2, e mostra a contribuição do agronegócio às exportações e importações na Balança Comercial. Já no capítulo 3 se faz uma análise das condições de oferta e demanda das principais commodities e seu correlato com os preços domésticos e internacionais. Os capítulos seguintes são dedicados à análise da evolução das negociações internacionais (capítulo 4) e aos estímulos provenientes dos instrumentos das políticas de Financiamento Rural (capítulo 5). Uma primeira seção do informe é concluída através das Perspectivas da Produção Agropecuária 2010/2011 (capítulo 6) e da apresentação do tema dos Rearranjos Produtivos (capítulo 7).

Nos capítulos seguintes, é mostrada uma visão mais ampliada da agricultura e faz referência a políticas vinculadas ao desenvolvimento rural (capítulo 8), inovação tecnológica (capítulo 9), recursos naturais e meio ambiente (capítulo 10) além de defesa agropecuária (capítulo 11) (cap. 10) entre outras com as quais de forma eficiente o Governo Brasileiro e o setor privado têm buscado a solução de problemas emergentes relacionados a desenvolvimento rural sustentável e a combate a pobreza rural.

A publicação conclui em um breve relatório das principais atividades de cooperação técnica desenvolvidas durante 2010 (capítulo 13) e os Desafios para 2011 (capítulo 14).



1. CONJUNTURA MACROECONÔMICA

A economia global reagiu bem em 2010 à crise de 2008, mas, nos últimos meses, há indícios de que a intensidade desse processo poderá ser menor do que a esperada.

A recessão de 2008/9 foi severa no mundo desenvolvido, com retrações dramáticas, da ordem de 2% a 5%. Em 2010, a partir de uma base extremamente deprimida, o crescimento econômico nos Estados Unidos, Japão e na área do euro chegou a uma média de 2% a 3%.

Segundo a OECD, as sete maiores economias do mundo cresceram no segundo trimestre de 2010 em ritmo equivalente a 2,5% ao ano, depois de uma expansão de 3,2% no trimestre anterior. No segundo semestre as perspectivas eram de que aqueles sete países deviam crescer à taxa anualizada de 1,5%.

Não se sabe ainda, segundo a OECD, se a perda de impulso é temporária ou se é sinal de um enfraquecimento dos gastos privados como consequência da retirada de estímulos, entretanto para 2011, as perspectivas são de uma desaceleração para a faixa de 1% a 2%.

A persistência de um enorme número de trabalhadores desocupados nos EUA - atualmente mais de 9% da população ativa - retardará provavelmente a expansão do consumo e a recuperação econômica. (Estado de São Paulo 23/09/2010).

O mundo agora enfrenta três problemas: maior regulamentação dos bancos, menor alavancagem financeira e menor espaço para expansão fiscal. (Marcelo Carvalho, 29/11/2010 Valor Econômico, 29 de novembro de 2010).

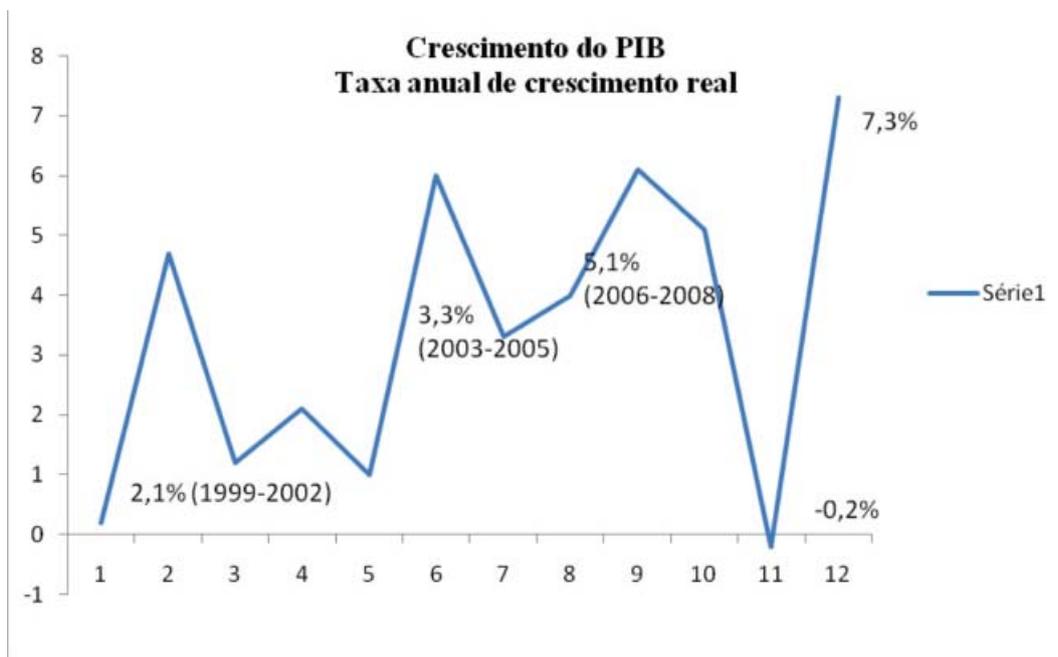
Paradoxalmente, o cenário global parece favorável aos países emergentes. O cenário de crescimento lento no mundo desenvolvido significa que os juros nas economias avançadas continuarão extremamente baixos ainda por um bom tempo. Desde que se evite uma recaída séria da economia global, essa liquidez global abundante estimula a procura dos investidores internacionais por ativos de maior remuneração. Isto ajuda a explicar as pressões para valorização cambial em países como o Brasil (Carvalho, op. cit.).



O Brasil tem vínculos crescentes com Ásia emergente - e com a China em particular. Porquanto, enquanto a China continuar a ter um bom desempenho econômico e os preços internacionais de commodities permanecerem elevados, países exportadores de commodities como o Brasil tendem a se beneficiar.

No Brasil o resultado até agora tem sido o de um PIB bastante vigoroso. O PIB do Brasil tinha caído bastante em 2009, em função da crise, mas em 2010 recupera níveis anteriores à crise, com uma taxa, segundo as previsões, que pode estar chegando perto de 7,3% de crescimento, como revela a figura que segue:

Figura 1 - Evolução do PIB Brasil. 2002-2010

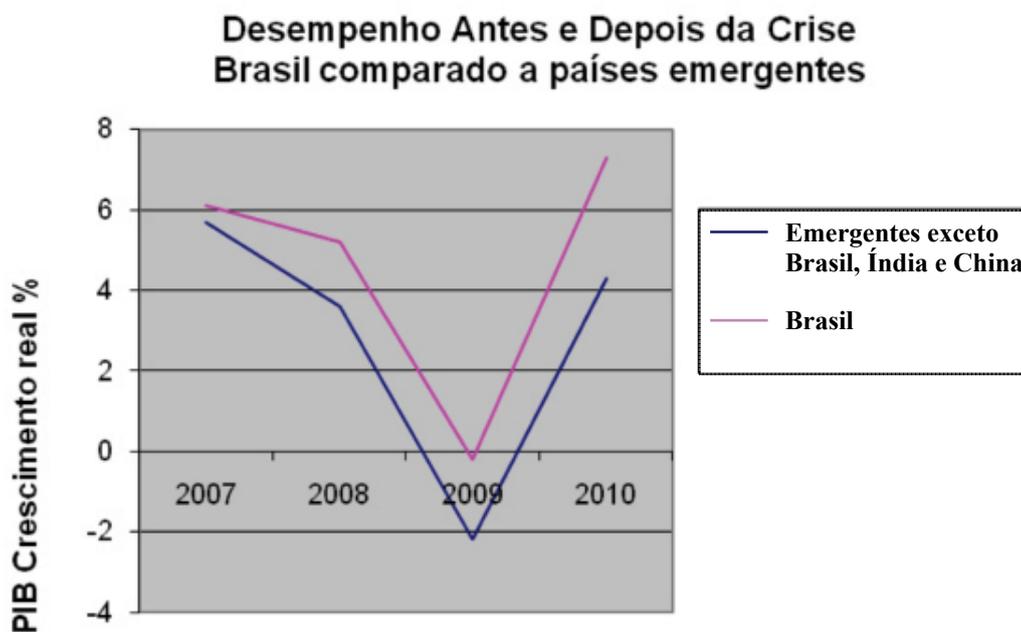


Nota: Pelas projeções do FMI, divulgadas no seu Panorama Econômico Mundial, o Brasil terá ao final deste ano um PIB de US\$ 2,023 trilhões, medido em dólares. Será um salto de 28,5% em relação ao US\$ 1,574 trilhão registrado em 2009, dos quais apenas 7,5% podem ser creditados ao crescimento real do PIB. A maior parte se refere à valorização da taxa de câmbio do Brasil e às eventuais diferenças entre a inflação brasileira e americana (Celso Mig, Estado de São Paulo, 20/10/2010).

O Brasil seguirá como a sétima maior economia do mundo, mas deverá ultrapassar a Itália em 2011 (Celso Mig, Estado de São Paulo, 20/10/2020).

A recuperação da crise no Brasil foi inclusive superior à média dos emergentes, excluído a China e Índia, como pode ser visto na figura abaixo:

Figura 2 - Comparação Brasil- outros países emergentes



As empresas de consultoria, no entanto, avaliam que o ritmo do crescimento em 2011 cairá para 4,5%, por causa das restrições ao crédito impostas pelo Banco Central, da quase certa elevação da taxa básica de juros (Selic) e do aumento das importações.

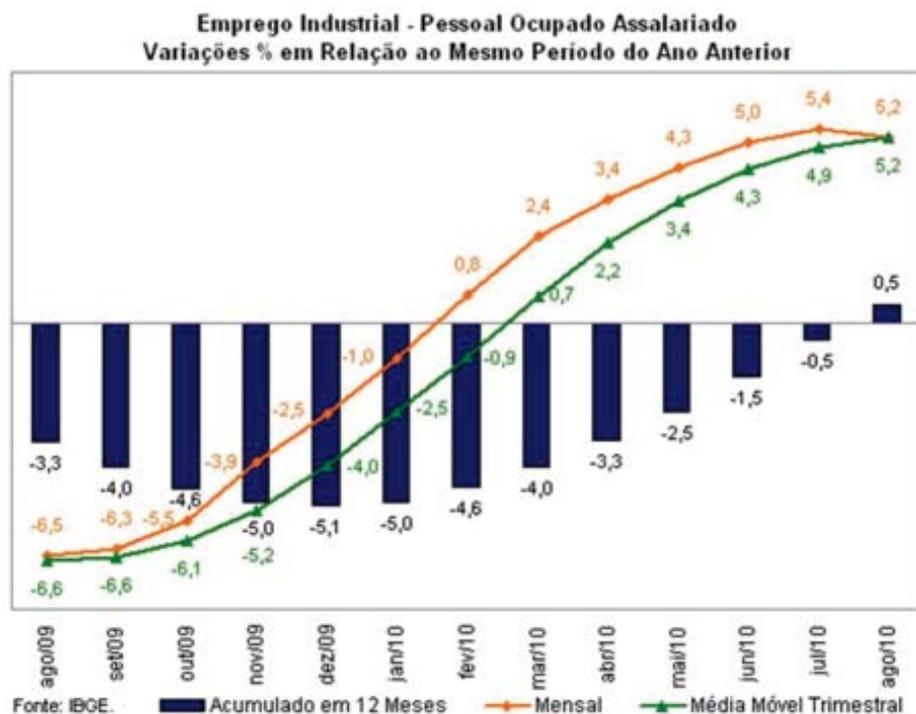
O IBGE no terceiro trimestre de 2010 estimou uma queda do PIB industrial em grande parte, por causa da expressiva valorização do real frente ao dólar, que fez crescer demasiado as importações (Correio Braziliense, Luciano Pires 10/12/2010).

Em 2010, em decorrência do aumento do PIB, o desemprego caiu bastante. Segundo Fabiana Ribeiro (Folha de São Paulo, 25/09/2010), o mercado de trabalho brasileiro está no melhor momento dos últimos oito anos. Em agosto, a taxa de desemprego das seis principais regiões metropolitanas do país tingiu 6,7% — abaixo de 6,9% de julho e de 8,1% de igual mês do ano anterior.

Trata-se da menor taxa apurada desde que o IBGE iniciou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), em março de 2002.

E os ganhos dos trabalhadores também foram altos: o rendimento médio está em R\$ 1.472,10, numa alta de 1,4% frente a julho e de 5,5% em relação a agosto de 2009. Segundo economistas, os números do mercado de trabalho apontam para novas quedas na desocupação que, contudo, podem pressionar a inflação.

Figura 3 - Evolução do emprego industrial



No Brasil, a demanda encontra-se robusta, em grande parte devido aos efeitos de fatores de estímulo, como o crescimento da renda e a expansão do crédito. Impulsos fiscais e creditícios foram aplicados na economia nos últimos trimestres, e ainda deverão contribuir para a solidificação da expansão da atividade e, conseqüentemente, para que o nível de ociosidade dos fatores se mantenha em patamares baixos.

No entanto, há na economia brasileira alguns sinais que alertam para o perigo de uma crise. Segundo relatório do IEDI ¹, o saldo em conta corrente do balanço de pagamentos permanece em trajetória contínua de déficits crescentes em relação a 2009. Até agosto de 2010, os déficits mensais acumulados nas transações correntes atingiram US\$ 31,1 bilhões, registrando um aumento de 223,9% em relação ao mesmo período do ano passado (US\$ 9,6 bilhões).

Sua decomposição, em termos da contribuição de seus componentes, mostra que o aumento dos déficits nas transações correntes entre abril e agosto de 2010 foi alimentado, principalmente, pela conta serviços e rendas, cuja participação atingiu 59,3%.

A conta de serviços tem piorado principalmente por conta da valorização do real. Essa conta inclui, entre outros itens, as viagens ao exterior - agora mais baratas uma vez que o dólar está mais barato. No segundo trimestre, a contribuição do setor externo - transações com mercadorias e serviços - foi negativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com receitas 7,3% superiores às de abril a junho de 2009 e despesas 38,8% mais altas.

As projeções do mercado financeiro e das consultorias para as transações correntes continuam intimidantes. No último relatório Focus, baseado em pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco

¹ Carta IEDI n. 437 - Terceiro Trimestre de 2010: Indústria Aquém da Economia

Central (Bacen), o déficit estimado para 2010 aumentou ligeiramente, para US\$ 50 bilhões. A previsão era para US\$ 49 bilhões duas semanas antes. Para 2011 o valor projetado foi mantido em US\$ 60 bilhões (tabela abaixo).

Investimentos estrangeiros, diretos e em portfólio, financiam o balanço de pagamentos e permitem, por enquanto, o fortalecimento das reservas. Até julho de 2010, entraram US\$ 26,7 bilhões de investimento direto estrangeiro. O resto do déficit foi coberto com outros tipos de financiamento - empréstimos e aplicações especulativas - menos estáveis e menos saudáveis para o país.

Segundo a análise do IEDI, a piora das contas externas é atribuível ao câmbio valorizado e a outros fatores prejudiciais à competitividade da produção nacional.

A tabela abaixo ilustra esta situação com bastante clareza:

Tabela 1 - Contas externas- Brasil- 2009-2011(valores em R\$ bilhões)

PERÍODO	RI - Jun/2010		RI - Set/2010	
	2009	2010	2010	2011
Balança Comercial	25,3	13,0	15,0	11,0
Serviços	-19,2	-24,7	-26,7	-30,1
Juros	-9,1	-9,4	-9,4	-9,5
Lucros e Dividendos	-25,2	-32,0	-32,0	-36,0
Transferências Unilaterais	3,3	3,5	3,5	4,0
Transações Correntes	-24,3	-49,0	-49,0	-60,0
Amortizações MPL	-30,1	-28,6	-29,5	-30,1
Desembolsos MPL	35,8	36,6	46,4	46,0
Taxa de rolagem	88%	125%	175%	150%
IED	25,9	38,0	30,0	45,0
Portfólio	46,7	35,0	38,0	36,0
Ativos de Reserva	-46,7	-16,7	-24,7	-4,8
Hiato Financeiro	42,3	7,0	19,5	5,1
Bancos	-5,8	5,6	-0,3	-5,1

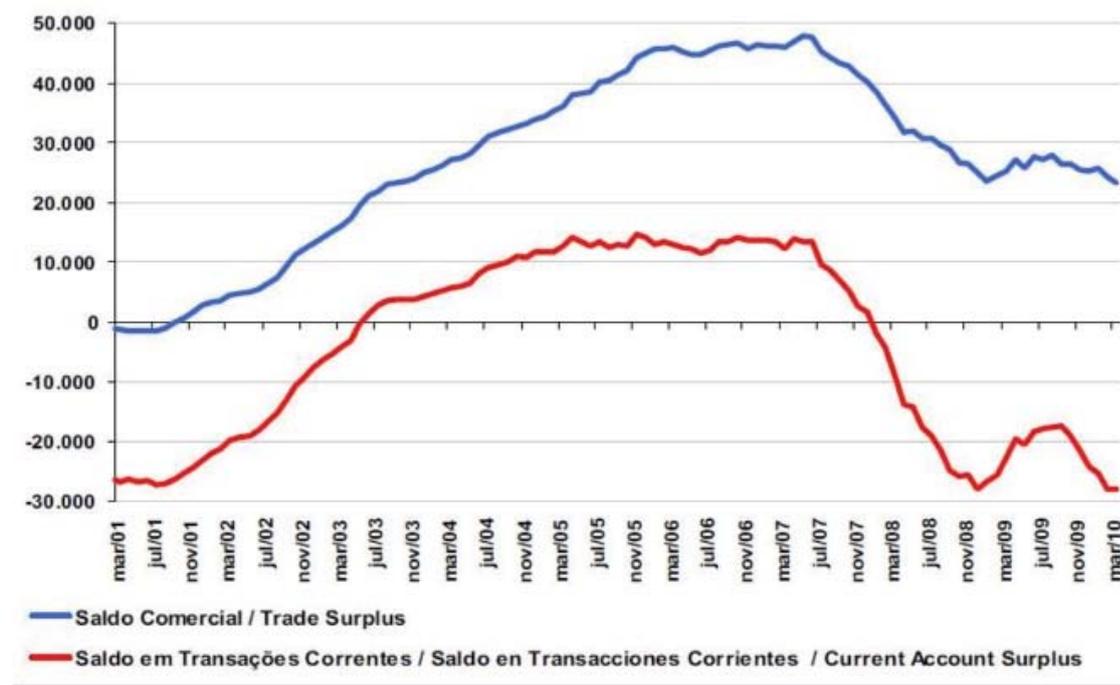
Tabela extraída de apresentação "Brasil Forte e Sustentável" do Presidente Substituto do Banco Central, Antonio Gustavo Matos do Vale por ocasião do XXI ENBRA em Tocantins, em setembro 2010, divulgada no site do Banco Central do Brasil, acessado no dia 19/10/2010.

Apesar de trabalhar com um cenário de déficit maior, o BACEN prevê uma melhor qualidade de financiamento das contas externas em 2011. A estimativa mais pessimista para a conta corrente foi acompanhada por uma previsão bem mais otimista para o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED), voltado para a produção no Brasil. A expectativa é que os investimentos externos em produção

somem US\$ 45 bilhões em 2011, o correspondente a 2,08% do PIB. Para 2010, o BACEN prevê US\$ 30 bilhões - projeção 21% menor do que a anterior (Fábio Graner, Fernando Nakagawa / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo, 23/09/2010).

Acumulado em 12 Meses em US\$ Milhões

Figura 4 - Evolução do setor externo Brasil 2001 - 2010



Fonte / Fuente / Source: SECEX/MDIC

Alguns analistas especulavam no passado que o provável déficit de transações correntes teria como consequência um efeito no câmbio - dada a maior pressão compradora por dólar que ele acarreta. A paulatina diminuição da taxa de juros era vista também como uma coadjuvante na luta para tentar parar a valorização do real.

TAXA DE JUROS

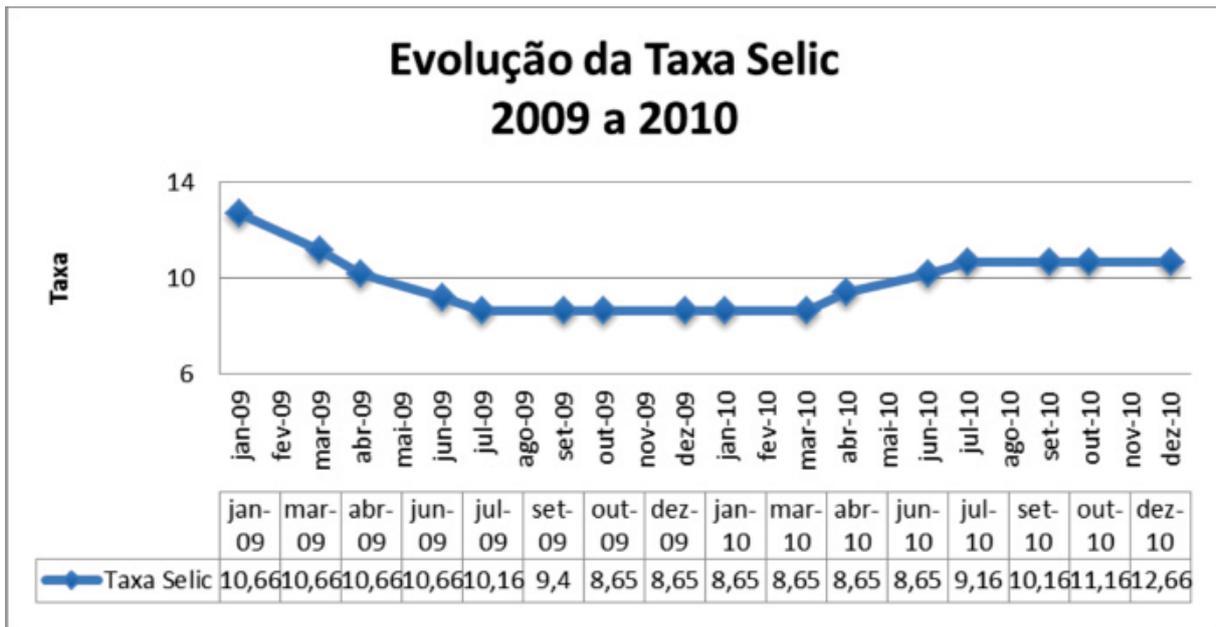
A taxa de juros brasileira (Selic) atualmente encontra-se em 10,75% ao ano e permaneceu nesse patamar até o fim do ano de 2010.

O Copom não aumentou os juros em dezembro, porque tinha antes aumentado o compulsório que, na prática, funciona como um aumento encoberto dos juros. Haverá, no entanto, segundo os analistas, alta de juros em 2011, de pelo menos 0,5 ponto percentual em função do aumento notável da taxa de inflação nos últimos meses do ano.

Os juros dos contratos futuros para janeiro de 2012 ficaram estáveis em 11,3% desde a divulgação da ata da mais recente reunião do BACEN. Já as expectativas capturadas pelo relatório Focus subiram de 11,5% para 11,75%.

Mesmo assim, calcula-se que em abril de 2011 a Selic já estará em 12,25% se não diminuir a inflação.

Gráfico 1 - Evolução da Taxa Selic (2009 a 2010)



Fonte: Banco Central Do Brasil

Figura 5 - Taxa de juros reais (descontada a inflação)



Apesar da subida recente, observa-se em geral uma trajetória declinante tanto nos juros nominais como nos juros reais nos últimos anos.

Isto em parte dependerá do risco Brasil. Um dos principais termômetros da confiança dos investidores, o índice EMBI + Brasil (risco Brasil), calculado pelo Banco JP Morgan Chase, encontra-se em 213 pontos.

Basicamente, o mercado usa o EMBI+ para medir a capacidade de um país honrar os seus compromissos financeiros. A interpretação dos investidores é de que quanto maior a pontuação do indicador de risco, mais perigoso fica aplicar no país.

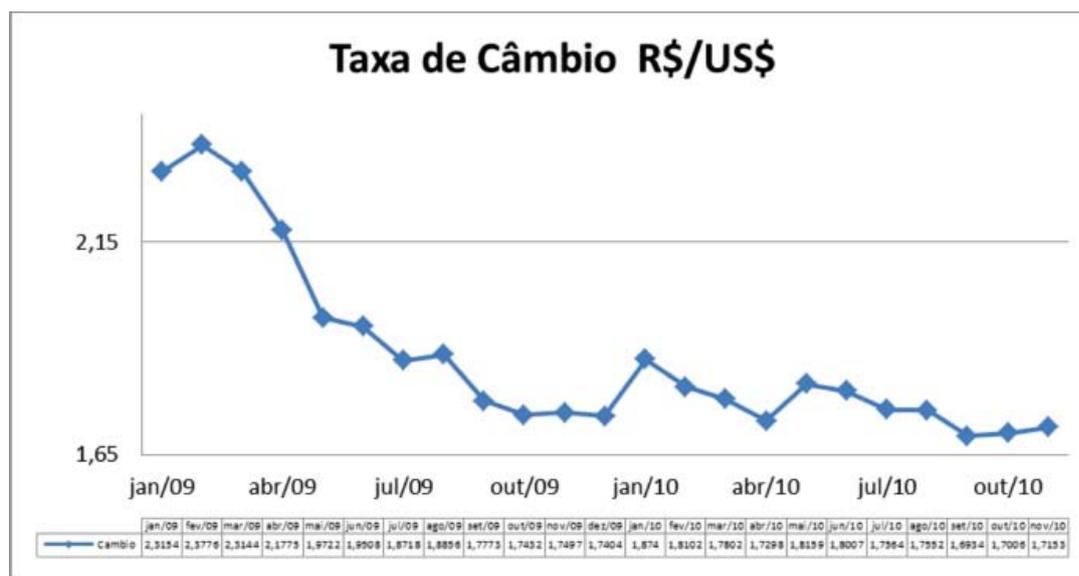
O Ibovespa (índice da Bolsa de São Paulo) encontra-se no patamar de 68 mil pontos, sendo que analistas preveem que o índice atinja, no final do ano, de 74 a 78 mil pontos. O Ibovespa teve em 2009 uma valorização de cerca de 150% em dólar, o maior ganho da Bovespa em 18 anos, desde 1991, quando subiu para 288%.

Os maiores efeitos de uma taxa de juros alta dizem respeito do nível de preços internos e sobre a avaliação de investimentos de capitais nacionais.

Os aplicadores internacionais não se importam tanto com a taxa real de juros, já que não é a inflação brasileira que afeta a rentabilidade dos seus títulos. O que afeta essa rentabilidade é o chamado cupom cambial, que é a diferença entre as cotações do dólar na entrada versus a cotação na saída do país, mais os juros nominais.

A taxa de câmbio efetivamente vem caindo em relação ao dólar nos últimos anos, ou seja, o real está se valorizando como mostra o gráfico que segue:

Gráfico 2 - Evolução da taxa de câmbio (R\$/US\$)



Fonte: Banco Central do Brasil.

A valorização da moeda brasileira nos últimos anos está levando o governo brasileiro a adotar medidas de contenção da valorização do real (R\$), já que setores importantes da economia têm perdido competitividade no comércio internacional, o que conseqüentemente afeta a balança comercial brasileira.

O Governo recentemente duplicou a taxa do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que passou de 2% a 4% do valor de cada operação realizada no país. Mas, apesar disso, o Brasil continua a receber dólares. E o dólar continua caindo de valor em relação ao real.

Segundo analistas, parte do capital estrangeiro estaria fazendo uma operação chamada carry-trade. Como os juros lá fora estão em zero ou próximos disso, os investidores pegam empréstimos e aplicam o dinheiro no Brasil, principalmente em títulos públicos, que pagam 10,75% ao ano. Mesmo com o IOF, o retorno ainda é de 6,75% e o risco de perda é mínimo. O resultado disso é que a entrada de dólares tem sido cada vez maior, supervalorizando o real ante a moeda norte-americana e tirando a competitividade dos exportadores brasileiros. (Vitor Martins, Folha de São Paulo, 12/10/2010).

O Governo pode vir a usar de outros instrumentos para conter a valorização cambial. Em entrevista para o Estado de São Paulo, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini demonstrou posição um pouco mais intervencionista no dólar (Fernando Nakagawa e Fábio Grane 12/12,).

Disse que há espaço para as reservas crescerem. Isso indica quão longe estão de compras de dólares de atingirem o limite, e que "Não adianta aproveitar a abundante liquidez internacional existente, ter hoje fluxo de capitais de grandes proporções e, quando lá na frente eventualmente houver reversão, ter problemas". Ou seja, não descarta a possibilidade de aplicar algum tipo de controle de câmbio mais forte e efetivo que a IOF.

A avaliação dentro do governo e no mercado é de que, enquanto as nações desenvolvidas continuarem com as políticas relaxadas, as emergentes continuarão a ser inundadas de dólares. O que assusta a todos é a possibilidade de o Federal Reserve, o BACEN dos Estados Unidos, dar novos estímulos à economia local, o que tenderá a derreter ainda mais o dólar. "O fluxo cambial da última semana mostrou que o impacto das medidas tomadas pelo governo brasileiro é limitado", disse o economista-chefe da Prosper Corretora, Eduardo Velho. Ele estima que, nos 12 meses até outubro, a entrada líquida de dólares no Brasil chegará a US\$ 30,3 bilhões. (Luciana Otoni e Cláudia Safatle | Correio Braziliense, 15/10/2010).

A diferença entre juros internos e externos não é a única porta pela qual entram os capitais. Eles vêm também pelo superávit comercial (exportações menos importações), pelos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e pela Bolsa.

Os investimentos são atraídos pelos bons resultados da economia brasileira, cujo consumo está crescendo mais de 10% ao ano graças ao aumento das despesas públicas e às necessidades de financiamento do pré-sal, das obras da Copa e da Olimpíada, do trem-bala, aos projetos do PAC e à capitalização das empresas brasileiras.

O objetivo mais importante, no entanto, não deveria ser desvalorizar o real. Seria garantir competitividade ao produto brasileiro aqui e lá fora. Durante muito tempo, o governo federal tentou compensar essa falta com dólar mais caro. Mas isso já não está sendo atingido. O aumento de competitividade tem agora de ser obtido por meio da derrubada de custo no Brasil: queda da carga tributária, baixa dos juros, redução

dos custos trabalhistas, infraestrutura abundante e barata, uma justiça rápida e coerente e eliminação do excesso de burocracia.

O câmbio valorizado, que encarece as exportações ao mesmo tempo em que torna as importações mais baratas, está causando desindustrialização no Brasil. Há também outros fatores os quais contribuem para acelerar ainda mais este processo, como a recessão dos países ricos e os velhos problemas de custos acentuando a perda de competitividade da indústria local, como o preço da energia e a infraestrutura.

A apreciação cambial brasileira não é um fenômeno recente. Usando as estatísticas calculadas pelo IPEA, a valorização desde 2002 é de aproximadamente 33%, trajetória que só foi interrompida brevemente em 2008. Em termos teóricos, são quatro os fatores considerados como os principais determinantes da taxa de câmbio real: termos de troca, passivo externo líquido, gastos do governo e diferencial de produtividade entre os setores produtores de bens comercializáveis e não comercializáveis. O gasto público e indicadores de produtividade estão ainda pressionando a taxa de câmbio. (Valor, Gino Olivares 29/11/2010).

No entanto, Roberto Olinto - coordenador de Contas Nacionais do IBGE - disse (Correio Braziliense, 17/12/2010) que é preciso observar a qualidade das importações. Segundo ele, o aumento das compras externas não é um fenômeno de todo negativo. "Esse aumento está atendendo a um determinado crescimento de demanda. Houve uma importação grande de bens de capital. Esse movimento aumenta o potencial de PIB".

Segundo o IEDI (Carta op. cit.), nos últimos cinco anos, apesar disso, a indústria total (incluindo extrativa, construção e serviços públicos) cresceu 17%, bem abaixo da alta de 26% do PIB no mesmo período.

Denise Neumann em artigo intitulado "Peso da Indústria no PIB Cai para 15,5% e Volta ao Nível de 1947" publicado no Valor Econômico - 27/09/2010 diz que em apenas cinco anos, a indústria de transformação perdeu quatro pontos percentuais de peso no Produto Interno Bruto (PIB) - passou de uma participação de 19,2% em 2004 para apenas 15,5% no ano passado. Esse dado foi publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse é menor percentual desde 1947, quando o Brasil ainda era um país agrícola e não possuía nenhuma montadora de automóveis. Naquela época, a participação foi de 16%.

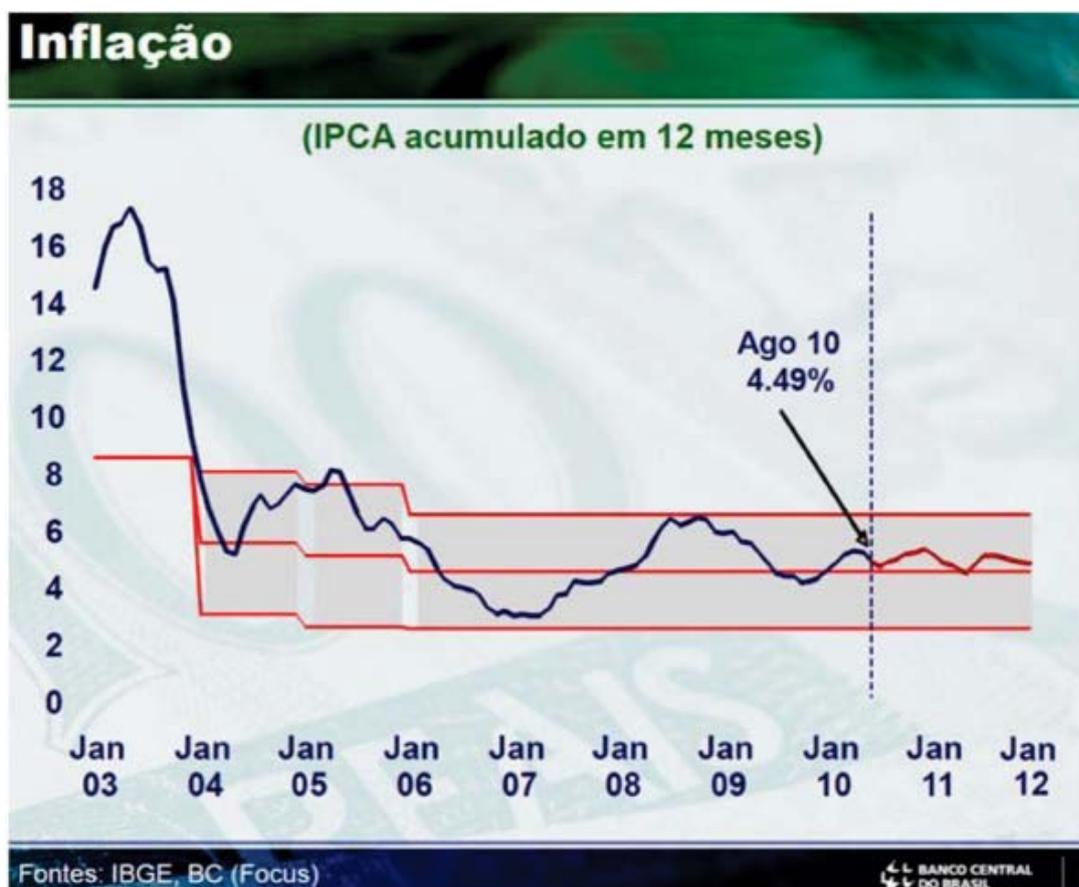
Nos primeiros oito meses de 2010, a indústria brasileira de transformação exportou 12% menos que em igual período de 2008, quando o país e o mundo ainda cresciam - a crise chegou em setembro daquele ano. Na mesma comparação, a importação de bens industriais cresceu 6%, abrindo espaço para um déficit comercial de bens industriais de US\$ 23 bilhões. É especialmente essa combinação de exportações menores com importações maiores que eleva o tom do debate sobre a perda de competitividade da indústria brasileira.

Os dados internos da indústria mostram que em julho (último dado disponível) a maioria dos setores ainda produziu menos do que em meados de 2008, no pré-crise. Na indústria de transformação, a diferença de menos 1,6%. No setor de material elétrico e de comunicação, a queda foi de 16%, enquanto em material de transporte a produção cresceu 1,1%, mesmo com menor uso da capacidade instalada. (Valor, 24/09/2010).

A valorização do real, entretanto, tem seu lado positivo. Um deles é ter contribuído para a diminuição

da inflação - pelo menos até o presente momento - como mostra a figura abaixo:

Figura 6 - Taxas de inflação Brasil 2003 - 2010



O Copom do Banco Central do Brasil avalia que os efeitos do comportamento dos preços no atacado sobre a inflação para os consumidores dependerão, dentre outros fatores, das condições atuais e prospectivas da demanda, da exposição de cada setor à competição externa e interna, e das expectativas dos formadores de preços em relação à trajetória futura da inflação.

Nos últimos meses, os itens alimentícios tiveram maior impacto sobre a inflação, a se destacar o preço os preços das carnes bovinas, 5,48% mais altos que o mês passado; as carnes suínas, que ficaram 2,78% mais caras; os pescados (1,06%); além da expressiva alta da farinha de trigo (4,49%). Analistas estimam que as recentes altas nos preços dos alimentos devam prosseguir em trajetória ascendente – a pressionar as taxas de inflação nos próximos meses.

Prévias divulgadas mostram que o repique de preços em novembro atingiu em cheio classes de consumo vitais para as famílias como os alimentos e bebidas que exerceram forte influência sobre a prévia da inflação oficial medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15). O resultado foi uma taxa de 0,86% — bem acima dos cálculos dos operadores, que esperavam algo entre 0,66% e 0,77% em Novembro de 2010. (Valor, Luciano Pires 4/12/2010).

A inflação medida pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos últimos 12 meses totaliza 4,49%, enquanto sua previsão para 2010 foi elevada de 4,5% para 4,95%.

O mercado já projeta IPCA a 5,78% este ano e a 5,20% em 2011, longe do centro da meta do governo, de 4,5%. Em novembro, o IPCA avançou 0,83%, a maior alta desde abril de 2005.

O IPA (Índice de Preços por Atacado) aumentou 8,13% no período de doze meses encerrado em agosto, resultado de altas respectivas de 8,97% e 5,56% nos preços dos produtos industriais e agropecuários.

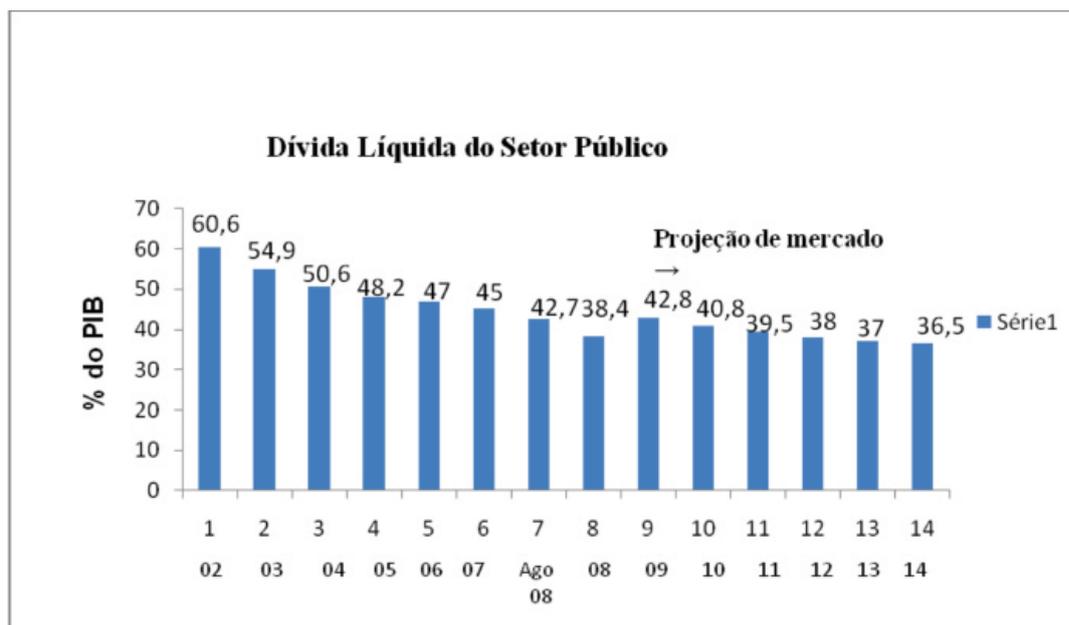
Outro aspecto importante a destacar sobre a conjuntura macroeconômica de 2010 é o aumento das reservas. A entrada maciça de capitais, os superávits comerciais e a valorização do real têm permitido também ao governo aumentar suas reservas significativamente como revela o gráfico do Banco Central, na figura que segue:

Figura 7 - Evolução das reservas internacionais. Brasil-2002-1010



Como aspecto positivo cabe assinalar a significativa diminuição da relação dívida/PIB, que acontece como fruto da entrada de capitais, como mostra a figura a seguir:

Figura 8 - Evolução da dívida pública 2002-2010



O último elemento positivo da entrada de capitais é a expectativa de investimentos que se gerou na área de infraestrutura, que segundo o BACEN podem chegar a R\$ 310 bilhões no próximo triênio:

Tabela 2 - Projeções de investimentos em infraestrutura. Brasil 2005-2013

	R\$ Bilhões		CRESCIMENTO
	2005 - 2008	2010 - 2013	%
Eletricidade	67	98	45,2
Telecomunicações	66	67	2,1
Água/Esgoto	22	39	76,5
Ferrovias	19	56	195,3
Estradas	21	36	73,0
Portos	5	15	217,9
Total	199	310	55,6

Fonte: BNDES/BACEN

DESAFIOS MACROECONÔMICOS:

Vários desafios deverão ser superados pelo próximo governo para manter a mesma taxa de crescimento atual.

O relatório do instituto de pesquisa americano Brookings (citado por Gabriel Baldocchi no artigo: Economia brasileira) será um quebra-cabeça para o novo presidente do Instituto, (Folha de São Paulo de 08/10/2008) sugere que, para manter o ímpeto econômico, o país precisará diminuir os gargalos em infraestrutura, expandir os benefícios sociais e reduzir o peso da carga tributária.

O governo mesmo tendo reduzido a meta de economia para pagamento de juros não conseguiu atingir a meta de superávit primário, que foi de apenas 2,85% do PIB em 2010.

Para cumprir o objetivo para 2011, será necessário aumentar a arrecadação ou obter redução inédita de gasto.

A formação bruta de capital (FBK) é igual à poupança total - doméstica e externa. O Brasil tinha uma FBK de 18% do PIB em 1995, no começo do Plano Real. E o número deve ser novamente da ordem de 18% do PIB em 2010. Em 15 anos, não se avançou quase nada nesse quesito, fundamental para o crescimento do país. Para aumentar a taxa de investimento, precisa-se elevar a poupança.

Para aumentar o PIB de forma sustentável, a economia brasileira deveria ter uma taxa de investimento de pelo menos 25% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa taxa junto a investimentos em capital humano é o que permite aumentar o chamado PIB potencial, que é o limite do crescimento econômico, para que este ocorra sem inflação.

Para poder programar e fazer de fato os grandes projetos de infraestrutura já previstos ou em gestação pelo governo (Copa 2014, Pré Sal, PAC e Olimpíadas) o próximo governo vai precisar estimular novas formas de financiamento para empreendimentos de maior fôlego, pois o BNDES está perto do esgotamento. Medidas devem incentivar os bancos privados a entrar nesse segmento.

Nesta perspectiva, na visão dos analistas, o novo governo terá dificuldades em ampliar as políticas de transferência de renda. A expansão dos subsídios sociais intensificaria as pressões ao caixa do governo, que já sofre com os altos gastos do setor público.

Sobre o gasto do governo, o economista Fabio Giambiagi ilustra os problemas que o país tem. Segundo ele, a despesa primária do governo central (como proporção do PIB) passou de 19,5% em 2002 para um valor estimado de 22,7% em 2010, o que significa dizer que cresceram o dobro do que o PIB no mesmo período. Essa trajetória deve ter contribuído de forma significativa para a valorização cambial brasileira.

As despesas do orçamento cresceram muito no governo Lula, principalmente os chamados gastos correntes, que engessam as contas, porque depois de contratados não podem ser cancelados. Os gastos com a Previdência e com pessoal estão nessa categoria.

No caso de pessoal, embora as despesas tenham se mantido estáveis em percentual do PIB, abaixo de 5 pontos, subiram fortemente em relação à inflação. Entre 2003 e 2010, a folha cresceu 114%, enquanto a inflação ficou em 63%.

As despesas correntes — pessoal, previdência, gastos com a máquina e programas de transferência de renda — subiram de 15,04% em 2003 para 17,51% do PIB em 2010, diferença de 2,47 pontos. E, em 2011, devem chegar a 17,76% do PIB, o que equivale a R\$ 691 bilhões (Correio Braziliense, Luciano Pires, 10/12).

Assim, a intenção do governo de fazer um superávit de 3,3% do PIB, em 2011, sem descontar as obras do PAC, expressa nos bastidores, é difícil de ser cumprida, pois só foram reservados R\$ 49,7 bilhões para esse fim no orçamento, equivalente a 1,28% do PIB. Para alcançar a meta global de 3,3%, a contribuição do governo federal precisaria chegar a 2,15% do PIB, um esforço adicional de R\$ 34 bilhões.

Isso levaria à manutenção da fórmula que o Estado usa para conseguir manter os gastos: alta carga tributária e baixo nível de investimentos.

Os tributos brasileiros -- cerca de 30% do PIB -- superam a carga de países desenvolvidos e a taxa de investimento é uma das mais baixas da América Latina.

Os analistas recomendam que o país reavalie os programas que não contribuem para os objetivos sociais, redirecionando-os para investimentos. Estes também poderiam gerar dividendos sociais. (op. cit. Baldocci).

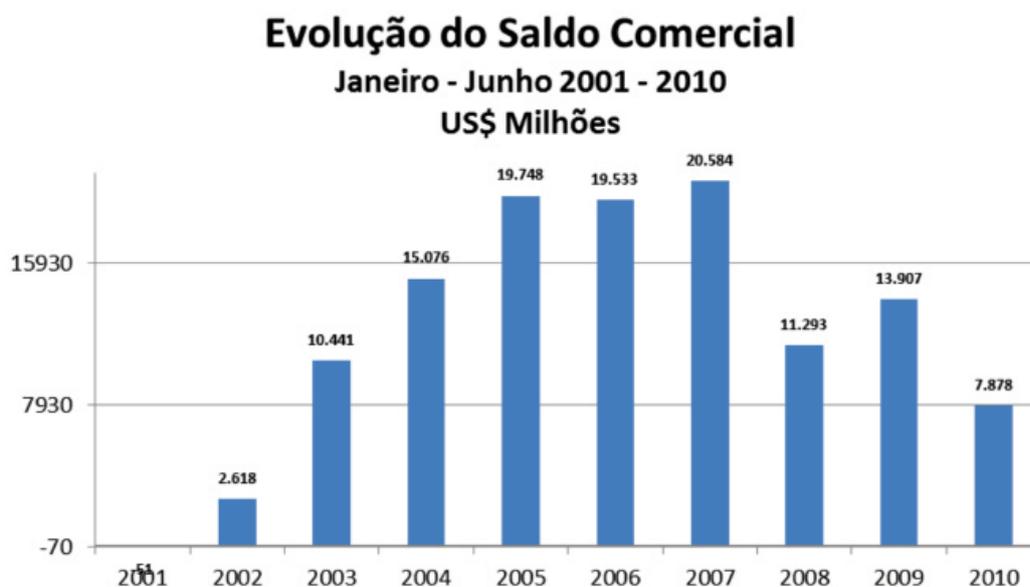
Em suma, como se vê além da questão cambial, que estaria ocasionando algum grau de desindustrialização no país, resta resolver problemas estruturais, que obstaculizam o futuro desenvolvimento da economia brasileira.



2. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

As contas externas são sem dúvida o ponto mais frágil da economia brasileira neste momento. Em 2010 as exportações de mercadorias foram 28% maiores que as de um ano antes. O valor importado ficou 48,6% acima do registrado em 2009. A tendência importadora que havia sido observada na fase de rápido crescimento até 2008, foi interrompida na recessão e voltou a manifestar-se com a recuperação da atividade. (Carta op. cit., Instituto de Economia e Desenvolvimento Industrial).

Gráfico 3 - Evolução do saldo comercial. Brasil 2001-2010

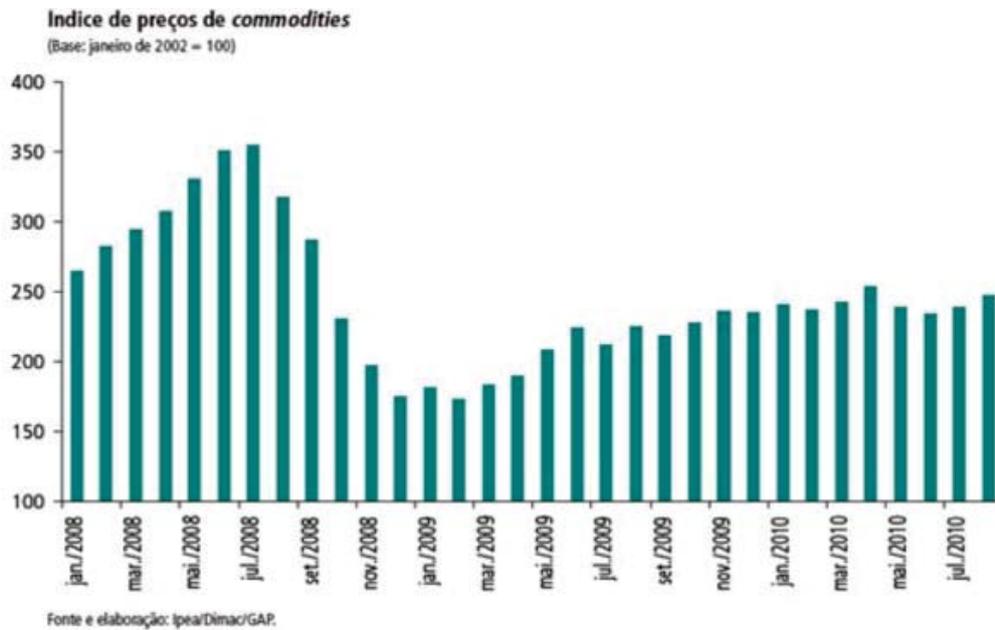


Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria de Comércio Exterior Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior Balança Comercial Brasileira.

Segundo Kuntz, do jornal O Estado de São Paulo, as exportações apesar de menos dinâmicas do que as importações tem tido razoáveis, sobretudo, nas vendas externas de bens básicos, mais especificamente, de commodities, cujas cotações têm se elevado no mercado internacional devido a choques agrícolas, desvalorização do dólar ou mesmo em decorrência das operações especulativas no mercado futuro, as quais são

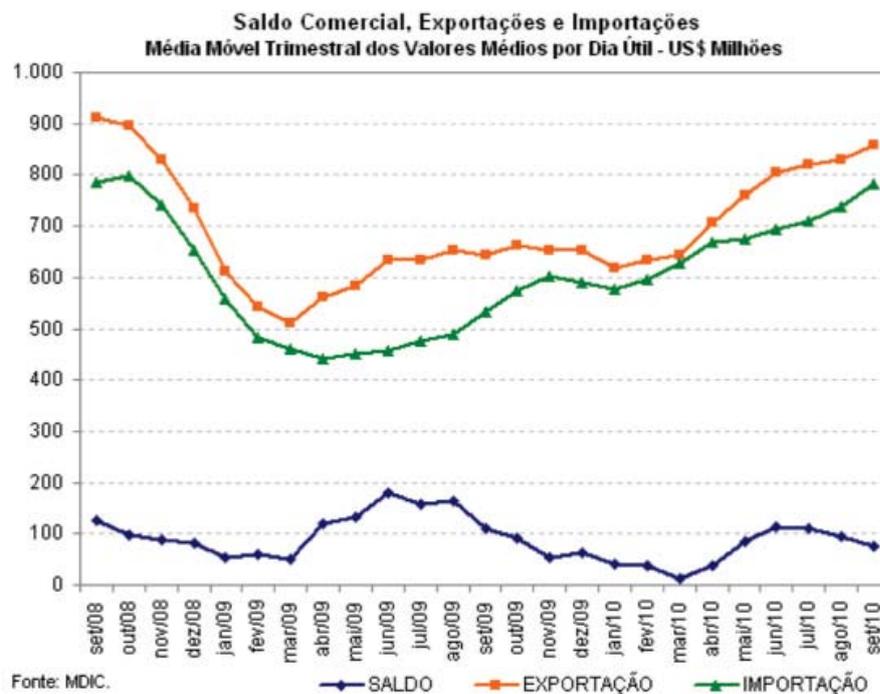
estimuladas pelas taxas de juros historicamente baixas nos países centrais. As exportações de semimanufaturados também se beneficiaram da alta dos preços das commodities, mas em menor intensidade. (O Dueto Brasil-China O Estado de São Paulo - 08/09/2010 Rolf Kuntz).

Figura 9 - Evolução dos preços das commodities



Em contrapartida, no caso dos manufaturados, as vendas externas recuaram devido fraco desempenho econômico dos Estados Unidos (importante destino desses bens) e a concorrência no mercado internacional no contexto pós-crise (especialmente de produtos chineses).

Figura 10 - Saldo comercial Brasil



A tabela abaixo revela queda brusca do saldo comercial entre 2009 e 2010, ocasionado principalmente pelo aumento das importações de manufaturados.

Tabela 3 - Balança comercial comparada 2009 e 2010. Brasil

Balança Comercial Brasileira

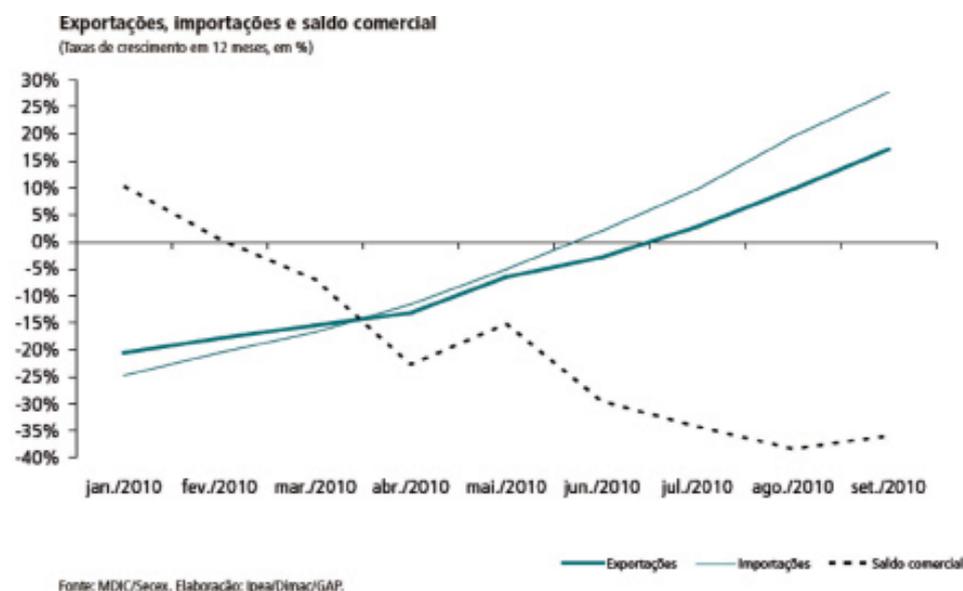
Janeiro-Junho (2009 - 2010) em US\$ Milhões

	2010	2009	% 2010/09
Exportação	89.187	69.951	27,5
Importação	81.309	56.044	45,1
Saldo	7.878	13.907	-43,4
Corrente de Comércio	170.496	125.995	35,3

Fonte: CECEX/MDIC

O saldo comercial do agronegócio aumentou de US\$ 42, 431 bilhões para US\$ 47, 444 bilhões, compensando o saldo negativo que teve o setor de manufaturados.

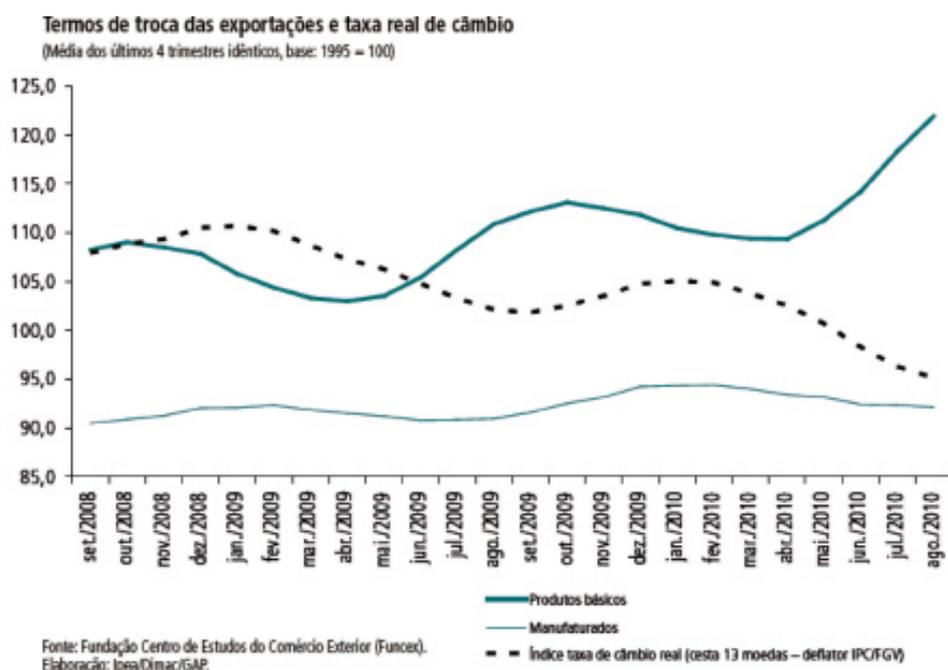
Figura 11 - Evolução recente da Balança Comercial Brasileira *



*Gráfico Extraído de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria de Comércio Exterior Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior Balança Comercial Brasileira, Dados Consolidados Balança Comercial Brasileira/Janeiro-Junho. (Dados Consolidados 2010).

Como se pode observar no gráfico abaixo, a taxa de câmbio está diretamente relacionada à queda das exportações de bens manufaturados:

Figura 12 - Termos de troca das exportações



O Brasil tem aumentado significativamente sua participação nas exportações de bens básicos vis a vis os produtos manufaturados, como é possível ver no gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Participação setorial nas exportações



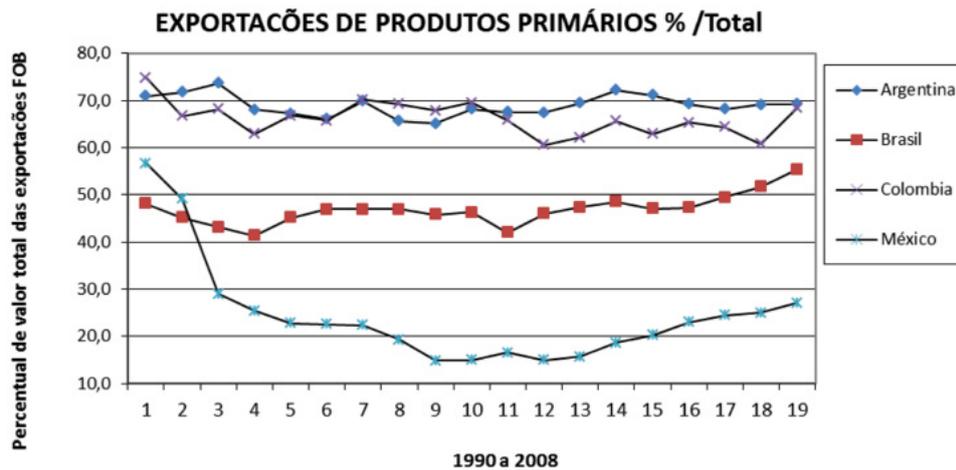
Fonte: SECEX/MDIC

A “*primarização*” da pauta de exportação é preocupante, porque torna os países mais vulneráveis às oscilações de preços das commodities. Além disso, a entrada maciça e permanente de divisas oriundas de exportações de commodities contribui com a valorização cambial e a taxa de câmbio apreciada é responsável pelo aumento das importações de manufaturados. Esses passam a competir com a indústria nacional em condições favoráveis. Este fenômeno conhecido como “doença holandesa” pode gerar um

processo de desindustrialização e a busca de vantagens comparativas estáticas, que em nossos países ocorrem no setor agropecuário. Os países podem começar a aprofundar-se nesta tendência de especializarem-se em produtos do setor agroindustrial, onde aparentemente seriam mais competitivos.

Este fenômeno aconteceu em vários países de América Latina, como pode ser apreciado na série 1990-2008 do gráfico que segue:

Gráfico 5 - Exportações de produtos primários



FONTE: Elaboração Própria com dados do Anuário Estatístico de América Latina e Caribe, 2009 da CEPAL

Países como Argentina, Colômbia, Brasil e México, que foram os que empreenderam o maior esforço industrializante na América Latina desde os tempos da CEPAL, estão revertendo à tendência de substituição de importações inaugurada nos anos cinquenta.

No caso do Brasil, que em 1990 tinha uma participação das exportações agropecuárias de 48,1% do total, no final do período em questão (1998) teve 55,4% concentrados em produtos primários. Colômbia passou de 75% em 1990 para quase 60% em 2001, mas terminou o período com 68,5%. Idêntico processo teve México que estava com 56% em 1990, chegou a menos de 15% em 1990 e subiu novamente a 27% de produtos primários em 2008. Argentina se manteve constante no período, com percentuais próximos a 70% de exportações agrícolas sobre o total das exportações, em todo o período.

Tabela 4 - Composição da pauta exportadora brasileira

Principais Produtos Exportados Janeiro a Junho de 2010 em US\$ Milhões			
	Valor	2010/09	Part. %
1. Petróleo e Combustíveis	11.249	131,8	12,6
2. Minérios	10.389	48,6	11,6
3. Complexo Soja	9.561	-6,0	10,7
4. Material de Transporte	9.520	27,7	10,7
5. Químicos	6.364	31,8	7,1
6. Carnes	6.299	18,2	7,1
7. Produtos Metalúrgicos	5.973	15,0	6,7
8. Açúcar e Etanol	5.201	38,6	5,8
9. Máquinas e Equipamentos	3.640	26,2	4,1
10. Papel e Celulose	3.324	44,9	3,7
11. Equipamentos Elétricos	2.265	-3,4	2,5
12. Café	2.256	14,3	2,5
13. Calçados e Couro	1.756	36,5	2,0
14. Fumo e Sucedâneos	1.170	-15,2	1,3
15. Metais e Pedras Preciosas	983	20,2	1,1

Fonte: SECEX/MDIC

As exportações, além de terem diminuído em diversificação, concentraram-se em poucos países, sendo atualmente a China o principal comprador dos produtos brasileiros, seguido por Estados Unidos e por Argentina, mas a uma longa distância do primeiro.

Na tabela abaixo observa-se a predominância de commodities na pauta exportadora do Brasil:

Tabela 5 - Destino dos bens exportados pelo Brasil

Principais Países Compradores Janeiro a Junho de 2010 em US\$ Milhões			
	Valor	2010/09	Part. %
1. China	13.467	18,9	15,1
2. Estados Unidos	9.012	23,3	10,1
3. Argentina	7.812	58,11	8,8
4. Países Baixos	4.787	23,9	5,4

5.	Alemanha	3.603	31,3	4,0
6.	Japão	2.854	45,8	3,2
7.	Rússia	2.118	49,0	2,4
8.	Índia	2.000	114,3	2,2
9.	Reino Unido	1.967	15,6	2,2
10.	Itália	1.887	24,7	2,1
11.	Chile	1.807	63,8	2,0
12.	Venezuela	1.778	7,0	2,0
13.	Espanha	1.748	34,8	2,0
14.	México	1.738	43,9	2,0
15.	França	1.687	18,8	1,9

Fonte: SECEX/MDIC

No período de Janeiro a Dezembro de 2010, segundo relatório do MAPA (NOTA 11 2010) e tabela abaixo, as exportações do agronegócio totalizaram em US\$ 76,441 bilhões, o que significou um crescimento de 18% em relação ao valor exportado no mesmo período de 2009. As importações também apresentaram variação positiva (35,2%), totalizando US\$ 13,387 bilhões. O saldo comercial do agronegócio aumentou de US\$ 50,915 bilhões para US\$ 63,1 bilhões.

Como mostra a tabela seguinte, se não fosse pelo saldo positivo da balança comercial agrícola, a balança comercial total teria sido deficitária. No item demais produtos (onde entram todos os manufaturados e serviços) as importações superaram as exportações em quase US\$ 45 bilhões, ou seja, foi deficitário em termos de balança comercial.

Tabela 6 – Comparativo balança comercial

	Exportação (US\$ milhões)			Importação (US\$ milhões)		
	2009	2010	%	2009	2010	%
Total Brasil	152.996	201.917	32,0	127.717	181.617	42,2
Demais Produtos	88.211	125.476	42,2	117.819	168.230	42,8
Agronegócio	64.785	76.441	18,0	9.898	13.387	35,2
Participação %	42,3	37,9	-	7,7	7,4	-

Fonte: AgroSat Brasil a partir dos dados da SECEX/MDIC

Elaboração: CGOE/DPI/SRI/MAPA

O resultado positivo no período assinalado acima decorreu do incremento das exportações dos seguintes setores: complexo sucroalcooleiro (41,8%, de US\$ 9,715 bilhões para US\$ 13,775 bilhões); produtos florestais (28,4%, de US\$ 7,227 bilhões para US\$ 9,281 bilhões); carnes (15,6%, de US\$ 11,387 bilhões para US\$ 13,629 bilhões); café (34,7%, de US\$ 4,278 bilhões para US\$ 5,764 bilhões); cereais, farinhas e preparações (49,3%, de US\$ 1,818 bilhão para US\$ 2,715 bilhões); couros e produtos de couro (29,3%, de US\$ 2,041 bilhão para US\$ 2,639 bilhões). Apresentaram variação negativa os seguintes setores: complexo soja (-0,8 %); fumo e seus produtos (-9,3%); e lácteos (-9,6%).

No que se refere às importações, no período de janeiro a dezembro, houve um aumento de 35,6%. Os setores mais importantes da pauta importadora, cereais, farinhas e preparações e produtos florestais apresentaram crescimento das importações de 10,6% e 62,8%, respectivamente.

Figura 13 - Balança comercial do agronegócio – evolução 2009 e 2010

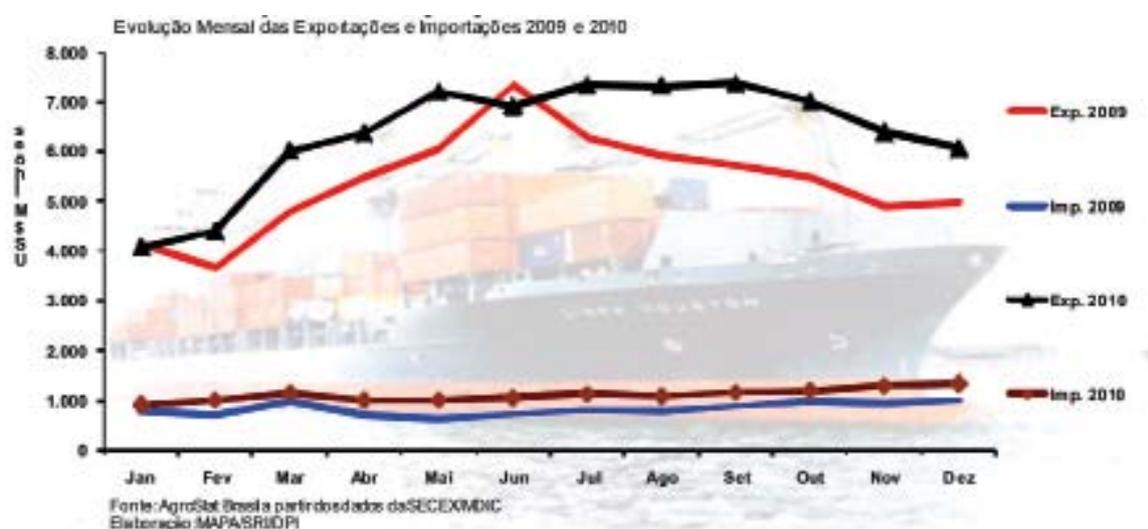


Tabela 7 - Balança Comercial do Agronegócio. Janeiro-Novembro/2010

Exportações, Importações e Saldos: Janeiro-Dezembro 2010 (em US\$ Mil)

Setores	Janeiro-Dezembro 2009			Janeiro-Dezembro 2010			Var. %	
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	15.269.361	1.546.007	13.723.360	18.106.025	2.003.395	16.102.630	18,6	29,6
CARNES	11.787.227	265.904	11.521.323	13.629.853	313.261	13.316.592	15,6	17,8
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA.	2.041.066	156.305	1.884.761	2.639.405	184.776	2.454.629	29,3	18,2
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	536.794	115.647	421.147	706.882	154.806	552.076	31,7	33,9
ANIMAIS VIVOS (EXCETO PESCADOS)	471.141	26.364	444.777	697.278	13.018	684.260	48,0	-50,6

Setores	Janeiro-Dezembro 2009			Janeiro-Dezembro 2010			Var. %	
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP
PESCADOS	194.789	714.981	-520.192	216.417	1.001.345	-784.928	11,1	40,1
LÁCTEOS	167.478	266.794	-99.316	156.477	336.167	-179.690	-6,6	26,0
PRODUTOS APICOLAS	70.872	12	70.860	59.713	22	59.691	-15,7	83,3
PRUTOS DE ORIGEM VEGETAL	49.515.543	8.351.979	41.163.564	58.335.392	11.383.341	46.952.051	17,8	36,3
COMPLEXO SOJA	17.239.708	72.651	17.167.057	17.107.048	69.353	17.037.695	-0,8	-4,5
COMPLEXO SUCROALCOLEIRO	9.715.971	2.363	9.713.608	13.775.944	39.279	13.736.665	41,8	1562,3
PRODUTOS FLORESTAIS	7.227.207	1.748.434	5.478.773	9.281.604	2.846.350	6.435.254	28,4	62,8
CAFÉ	4.278.940	16.383	4.262.557	5.764.620	24.242	5.740.378	34,7	48,0
FUMO E SEUS PRODUTOS	3.046.032	67.224	2.978.808	2.762.246	73.686	2.688.560	-9,3	9,6
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	1.818.559	2.558.008	-739.449	2.715.365	2.829.513	-114.148	49,3	10,6
SUCOS DE FRUTA	1.260.340	16.358	1.735.470	1.925.125	27.268	1.897.857	9,9	66,7
FIBRAS E PRODUTOS TEXTEIS	1.751.828	755.139	505.201	1.446.160	1.319.755	126.405	14,7	74,8
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	871.153	460.542	410.611	906.138	608.966	297.172	4,0	32,2
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	671.907	418.999	252.908	866.440	506.289	360.151	29,0	20,8
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	411.106	245.204	165.902	465.696	300.333	165.363	13,3	22,5
CACAU E SEUS PRODUTOS	352.338	274.184	78.154	418.785	278.394	140.391	18,9	1,5
BEBIDAS	234.191	350.723	-116.532	261.705	444.446	-182.741	11,7	26,7
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	191.511	32.856	158.655	197.413	36.765	160.648	3,1	11,9
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	149.276	575.457	-426.181	152.281	732.625	-580.344	2,0	27,3
RAÇÕES PARA ANIMAIS	102.570	152.663	-50.093	138.696	187.952	-49.256	35,2	23,1
PRODUTOS HORTICULAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBERCULOS	161.327	585.146	-423.819	119.242	1.033.252	-914.010	-26,1	76,6

Fonte: AgroSat Brasil a partir dos dados da SECEX/MDIC

Elaboração: MAPA/SRI/DPI

As exportações do agronegócio como se viu antes representam US\$ 76 bilhões na balança comercial brasileira este ano. Apesar da queda do volume de exportação de muitos produtos, como a carne bovina, houve compensações em relação a preços. (Lourenço Canuto, Tempo Real 26/11/2010).

Alguns destaques ficarão por conta dos frangos, do café da soja e do milho. O Brasil será o maior exportador de frango do mundo até o fim do ano. As estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) indicam que em 2010 o País vai superar, pela primeira vez, as vendas dos Estados Unidos (Jamil Chade - O Estado de S.Paulo).

As exportações brasileiras de café também vão ser recordes neste ano. No ritmo em que as vendas externas seguem, o país deverá somar 32,5 milhões de sacas comercializadas no exterior, com valor superior a US\$ 5,5 bilhões (Mauro Zafalon, Vaivém, Valor, 12/12/10)

A maior presença do Brasil no mercado internacional se deve ao recuo das exportações de países tradicionais, como a Colômbia. Apesar da boa safra brasileira, os preços não tiveram tendência de baixa. As exportações de milho do Brasil deverão fechar 2010 com aumento de cerca de 30% em relação a 2009, em aproximadamente 10 milhões de toneladas. (Roberto Samora, Valor, 12/11).

No caso da soja, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), os embarques deverão render, no total, US\$ 19,643 bilhões em 2011, 15,2% mais que o previsto para este ano, 9,2% acima do recorde 2008 e quase quatro vezes mais que em 2001. Mas cresce a expectativa de que a marca de US\$ 20 bilhões poderá ser superada pela primeira vez.





3. PREÇOS INTERNACIONAIS E DOMÉSTICOS DAS COMMODITIES.

A intensificação do ritmo de aumento dos preços dos grãos no mercado internacional nos últimos meses levou a “agroinflação” ao centro do debate global.

Embora as cotações da bolsa de Chicago não tenham atingido ainda os níveis de meados de 2008, as altas acumuladas nos últimos 12 meses começam a preocupar os analistas deste mercado. Os contratos futuros de segunda posição de entrega (normalmente os de maior liquidez) do milho passaram a acumular ganhos de 52,75% nesse intervalo, segundo cálculos do Valor Data. No trigo, a alta no mesmo período chegou a 52,11%; na soja, a 22,82%. (15 /10/2010, Fernando Lopes | Valor De São Paulo)

Cálculos do Jornal Valor (Valor Data), baseados nas médias mensais de contratos de segunda posição de commodities negociadas nas bolsas de Nova York e Chicago, mostram que, em setembro a alta do ouro foi menor que as altas do açúcar, milho, algodão, café, suco de laranja e soja. O trigo subiu menos e apenas o cacau, entre as agrícolas mais transacionadas pelo país no exterior, recuou.

O índice de preços de alimentos da FAO, que mede as variações mensais de preços de uma cesta de alimentos (cereais, oleaginosas, laticínios, carne e açúcar), subiu pelo quinto mês seguido e atingiu patamar recorde em 28 meses. O indicador da FAO registrou média de 205,4 pontos em Novembro de 2010, alcançando o maior patamar desde julho de 2008.

(02/12/2010 ChauKuoHue - O Estado de S.Paulo).



A maior responsabilidade pelos aumentos dos preços recaiu sobre os problemas climáticos que prejudicaram a produção de trigo da Rússia e de outros países europeus. Esses problemas alavancaram as cotações do cereal e puxaram também o milho, alternativa usual ao trigo em rações, principalmente na Europa. (Lopes, op. cit.).

Mas as projeções de longo prazo de expansão do consumo de alimentos em países emergentes estimulam o mercado especulativo, gerando apostas de fundos de investimentos que aproveitam o momento do mercado e esquentam ainda mais os preços do setor.

O secretário de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Célio Porto, aponta pelo menos três razões para esse cenário: a) mudanças climáticas que levaram a suspensão das exportações de trigo pela Rússia; b) a forte demanda por alimentos pelos asiáticos, com destaque para a China; c) aumento do uso do milho, nos EUA, para a fabricação de etanol.

No que se refere às mudanças climáticas, cabe destacar a grave seca enfrentada pelo Leste Europeu, em especial no caso de Rússia e Ucrânia, além de excesso de chuvas na Ásia.

Na Rússia, a produção deverá cair de 97 milhões para aproximadamente 60 ou 63 milhões de toneladas, obrigando o país a prolongar a suspensão das exportações de trigo até 2011, conforme calculam os economistas Alexandre Mendonça de Barros, da MB Agro, e Fábio Romão, da LCA Consultores.

A produção mundial de arroz, milho, soja, trigo e algodão, na estimativa de setembro do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), (Lauro Veiga Filho, Valor, 17/10/2010) deverão situar-se pouco acima de 2,2 bilhões de toneladas na safra 2010/2011, cerca de 10,4 milhões de toneladas abaixo da produção colhida antes. Mas o suprimento total, incluindo estoques de passagem e importações, deverá repetir o número da safra passada, alcançando pouco mais de 3 bilhões de toneladas para um consumo projetado em 2,22 bilhões de toneladas. O resultado será uma redução de 4,2% nos volumes que o mundo deverá estocar para enfrentar a entressafra, que tendem a se limitar a 481,5 milhões de toneladas, cobrindo um quinto da demanda global, incluindo a alimentação de pessoas e a nutrição de animais. (USDA).

As perspectivas para 2010/2011, a despeito do fenômeno climático mais conhecido como La Niña, são de aumento no plantio de soja e algodão, neste último caso, numa recuperação após dois anos de perdas, e algum recuo para o milho, diante dos preços ruins enfrentados pelos produtores neste ano, diz Marcos Rubin, analista de mercado da Agroconsult (Lauro Veiga, op. cit.).

Essas condições climáticas incertas na América do Sul tendem a gerar um “período de grande nervosismo” nos mercados agrícolas, o que pode significar fortes oscilações especialmente se as previsões de colheitas abundantes não se confirmarem.

O segundo fator é a China que dobrou suas compras da oleaginosa no mercado externo, saindo de 28,7 milhões de toneladas na safra 2006/2007, equivalentes à época a 41,6% das importações mundiais de soja em grão, para estimadas 55 milhões de toneladas na safra 2010/2011. Esse volume representará 59,4% das importações globais, segundo o USDA.

Para fechar o circuito, a desvalorização do dólar tem sido acompanhada por elevação nos preços da soja, do milho, do açúcar, do algodão, do café, do suco de laranja, do petróleo e dos metais. Como a

depreciação da moeda americana não dá sinais de que poderá ser revertida em curto ou médio prazo, a tendência de valorização das commodities ainda deve prosseguir.

Além da tendência à alta dos preços cabe destacar a tendência ao aumento da volatilidade desses preços. (Valor Assis Moreira, 17/11/10).

Vejamos a seguir o comportamento das principais commodities.

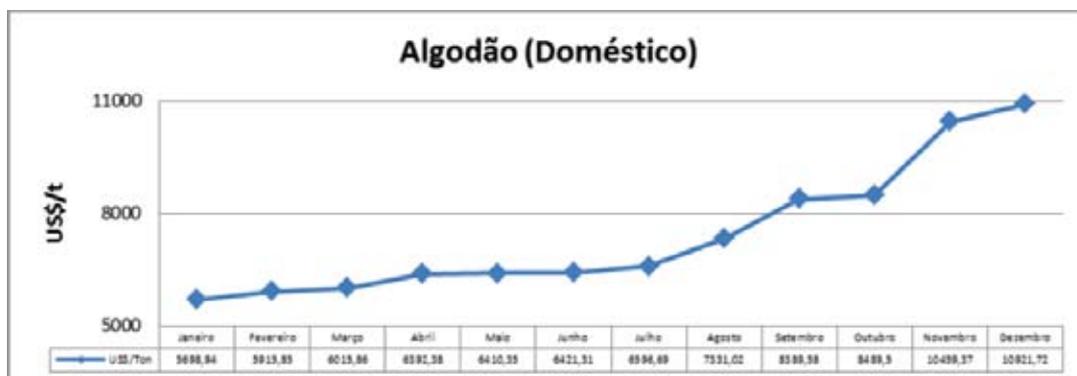
ALGODÃO

Os preços do algodão no mercado internacional, a partir do final de 2009 em diante, têm tendência de alta.

Os preços superaram US\$ 1 por libra-peso (454 gramas) pela primeira vez nos últimos 15 anos.

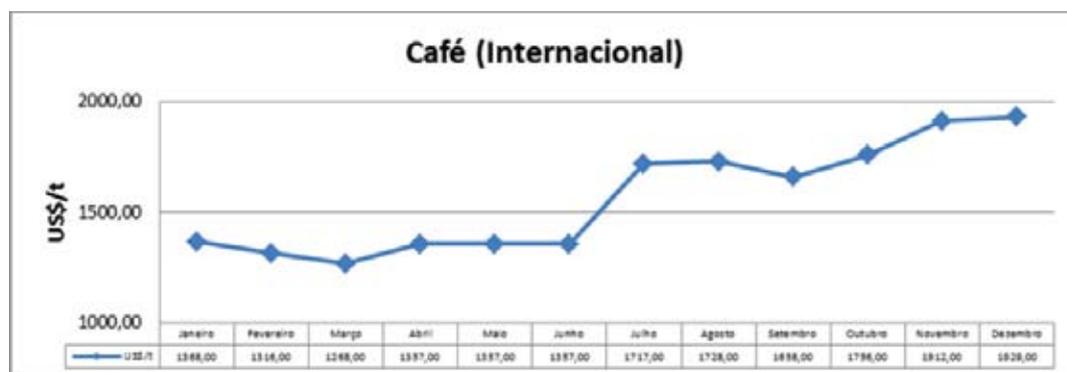
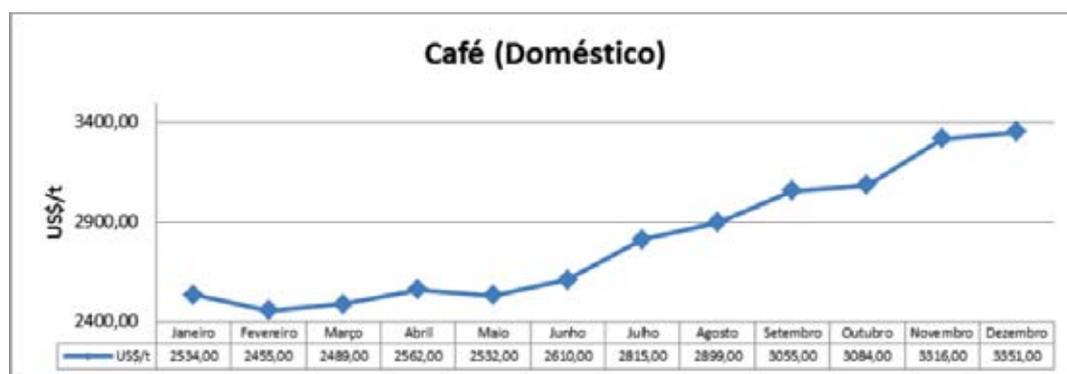
A explicação está em parte na recuperação da demanda mundial e pelo lado da oferta, na diminuição da produção em Paquistão ocasionada por graves enchentes nesse país, que é um dos quatro maiores produtores e exportadores mundiais de algodão. (Picchetti, op. cit.).

O resultado é a elevação de preços e da volatilidade também no mercado interno. O algodão em caroço comercializado no atacado subiu 30,9% em setembro (de acordo com os dados do índice de Preços no Atacado da FGV), após ter ficado praticamente estável em agosto.



CAFÉ

A tendência a valorização dos preços tem favorecido também o setor cafeeiro, que passa a apostar em exportações na casa dos US\$ 5 bilhões em 2010, o que significaria um crescimento de 17% em relação aos US\$ 4,27 bilhões exportados em 2009, de acordo com o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). Como o volume exportado não deverá observar variação, mantendo-se entre 29 milhões e 30 milhões de sacas, o ganho virá pela elevação das cotações do grão. Entre janeiro e agosto, o embarque de 19,62 milhões de sacas foi apenas 0,3% menor que nos mesmos oito meses do ano passado, mas a receita subiu 16%, para US\$ 3,1 bilhões, reflexo da alta de 16,5% nos preços médios alcançados no exterior pela saca do grão.



MILHO

A tendência de recuperação dos preços do milho no mercado interno, com a sequência de leilões de apoio do governo ao escoamento da safrinha, foi confirmada. Os preços do milho nos mercados interno e externo devem manter-se firmes durante todo o segundo semestre deste ano no Brasil. A demanda por milho está aquecida tanto dentro quanto fora do Brasil, principalmente em função da falta de trigo do leste europeu - região atingida por forte estiagem - e pela reposição de estoques da China. Todos estes fatores levam à tendência de preços mais sustentados até o fim do ano. O último levantamento da safra 2009/2010 da Conab indica elevação dos embarques de milho para 9,5 milhões de toneladas, estimulados pelos leilões de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) realizados pelo governo. No mercado interno de milho, na média das principais regiões produtoras do País, os preços acumulam uma alta de 4,1% em uma semana e de 18,4% nos últimos 30 dias. Nem a perspectiva de maior estoque de passagem do grão, de 12,7 milhões de toneladas, mudou o viés de alta das cotações nas últimas semanas no mercado interno.

No mercado internacional os preços também tendem a seguir firmes. Na Bolsa de Chicago, as cotações do milho no contrato de setembro de 2010 subiram 4,3% em uma semana e 19,2% nos últimos 30 dias. Os preços futuros já acumulam uma alta de 38% desde o início de julho. Na Bolsa de Chicago (CBOT), o contrato de dezembro de 2010 está cotado acima de US\$ 4,80 por bushel. Para a safra 2010/2011, a produção mundial de milho foi reduzida para 826,07 milhões de toneladas (contra 831,59 milhões de toneladas no relatório de agosto e 835,77 milhões de toneladas no relatório de junho), um aumento de 1,9% sobre 810,97 milhões de toneladas da safra 2009/2010. O consumo mundial está projetado em 829,50 milhões de toneladas em 2010/2011 (contra 831,42 milhões de toneladas no relatório de agosto), um aumento de 1,2% contra a projeção de 820,0 milhões de toneladas em 2009/2010. Com isso, os estoques finais mundiais de milho em 2010/2011 devem recuar 2,5% em 2010/2011, para 135,56 milhões de toneladas (contra 154,21 milhões de toneladas previstas em maio passado - uma forte queda). Os estoques finais da safra 2009/2010 estão projetados em 138,99 milhões de toneladas. A relação entre estoques finais mundiais de milho e a demanda mundial em 2010/2011 recuará para 16,3%, contra 17,0% registrados na safra atual 2009/2010 e 18,9% em 2008/2009.

As exportações de milho em agosto somaram 1,191 milhão de toneladas, um volume 316,5% superior ao embarcado em julho, de apenas 286 mil toneladas. Em relação a agosto de 2009, quando foram embarcadas 372,2 mil toneladas do grão, a alta foi de 220%. O apoio dado pelo governo à comercialização da safra de milho se refletiu nos embarques do grão para o exterior no mês de agosto. A receita com as vendas externas de milho em agosto foi de R\$ 214,3 milhões contra R\$ 50,4 milhões no mês anterior, uma alta de 325,2%. No mesmo mês do ano passado, o faturamento foi de R\$ 63,5 milhões. No acumulado do ano, o volume exportado de milho soma 3,544 milhões de toneladas. Nos oito meses de 2009, o volume chegava a 3,776 milhões de toneladas. Por conta dos subsídios arrematados nos leilões de Prêmio de Escoamento de Produto para o equivalente a 10,9 milhões de toneladas, o governo espera que as exportações continuem em ritmo acelerado neste semestre.

Na 1ª safra 2010/2011, a área de milho deve ter um acentuado recuo no Brasil. Os produtores brasileiros devem reduzir a área plantada de milho na 1ª safra 2010/2011 (verão), desestimulados com os preços baixos do grão no primeiro semestre deste ano, e substituí-lo pela soja, que, atualmente tem maior liquidez e preço firme, inclusive no mercado internacional. Na 1ª safra de milho 2010/2011, a área de cultivo deve recuar 6%, para uma faixa entre 7,2 milhões de hectares e 7,3 milhões de hectares no Brasil, contra 7,7 milhões de hectares na 1ª safra 2009/2010.

Considerando possíveis impactos negativos do fenômeno climático La Niña sobre a produtividade média da próxima safra de milho 2010/2011 (verão), a produção brasileira tende a recuar, para uma faixa entre 29,5 e 30,7 milhões de toneladas, contra 34,2 milhões de toneladas em 2009/2010. Por outro lado, a projeção atual aponta para um aumento de 5,5% na área de soja no Brasil na safra 2010/2011. Na safra de soja 2010/2011, a área de cultivo deve crescer para uma faixa entre 24,5 milhões de hectares e 24,8 milhões de hectares no Brasil, contra 23,4 milhões de hectares na 1ª safra 2009/2010.

Considerando possíveis impactos negativos do fenômeno La Niña sobre a produtividade média da próxima safra de soja 2010/2011, a produção brasileira tende a recuar, para uma faixa entre 63,4 milhões de toneladas e 64,0 milhões de toneladas, contra o recorde de 68,5 milhões de toneladas em 2009/2010.

As primeiras estimativas oficiais de plantio para milho na safra verão (1ª safra 2010/2011) da Região Sul confirmam os rumores do mercado de que haveria redução de área para a cultura por causa dos baixos preços do cereal no primeiro semestre e das preocupações com uma possível estiagem no verão. O Paraná, que é o maior produtor do grão, deve ter a menor área em 40 anos, com uma queda de 15,3% (762 mil hectares), segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura do Estado (Seab).

A substituição deverá ser feita pela soja e pelo feijão da 1ª safra, que, neste momento, têm maior liquidez e preços mais remuneradores que o milho. No Rio Grande do Sul, onde os produtores preservam a rotação de culturas, a Emater aponta que um número menor de agricultores deve substituir milho por soja, o que deverá resultar em uma área 4,3% menor (1,109 milhões de hectares). No entanto, o clima ainda é a maior preocupação dos produtores. Eles temem o atraso no retorno das chuvas, que acontecem de forma irregular - características do fenômeno climático La Niña, que está atuando sobre o País -, possa retardar o plantio e prejudicar o desenvolvimento das lavouras.

O mês de setembro começa totalmente seco no Centro-Oeste, interior do Sudeste e no interior do Nordeste do Brasil. Há previsão de chuvas nas duas semanas seguintes, apenas no Sul do Brasil, onde uma frente fria traz água, em volume de moderado a forte, no Rio Grande do Sul. Isso deve favorecer a implantação das lavouras de milho, que já começaram a ser feitas nesse estado. Em outras regiões do Brasil, como em Minas Gerais, a Federação de Agricultura (Faemg) continua monitorando o clima com atenção. Em algumas áreas não chove há mais de 90 dias, o que pode atrasar o plantio da safra de verão, que deve começar a ser feito na metade de outubro. Em Minas Gerais, os produtores terão que esperar a regularidade das chuvas para poder iniciar o cultivo. Em 2008, ano também sob influência de La Niña, o plantio chegou a atrasar um mês. Na segunda quinzena de setembro, a Faemg deve divulgar a primeira estimativa do Estado para a safra de verão dos grãos.

O governo considera que o apoio dado à comercialização da safra de milho atendeu às expectativas e por isso não fará mais nenhuma intervenção no mercado. Segundo o governo, o apoio à comercialização via leilões de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) cumpriu o seu propósito de enxugar o excedente de oferta nas regiões produtoras e fará com que o Brasil exporte mais milho do que o esperado inicialmente. A projeção agora é de embarques de 7,0 milhões de toneladas de milho somente neste segundo semestre. Com o preço favorável no mercado externo, o governo já acredita que a exportação possa atingir uma faixa entre 9,0 milhões de toneladas e 9,5 milhões de toneladas em 2010. A Companhia Nacional de Abastecimento estimava exportações de 9,5 milhões de toneladas do cereal neste ano. Em relação ao estoque de passagem, o volume deve oscilar entre 12,0 e 12,5 milhões de toneladas no final de 2010, sendo 5,6 milhões de toneladas nos armazéns do governo. Para 2010/2011, os estoques devem recuar ainda mais. Com uma produção menor na primeira safra 2010/2011, os estoques brasileiros de milho devem diminuir para 7 a 8 milhões de toneladas.

Fonte: Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica Especial: Perspectivas para 2010/2011

http://www.deere.com.br/pt_BR/ag/veja_mais/info_mercado/maize.html

Acessado em 01/06/2011

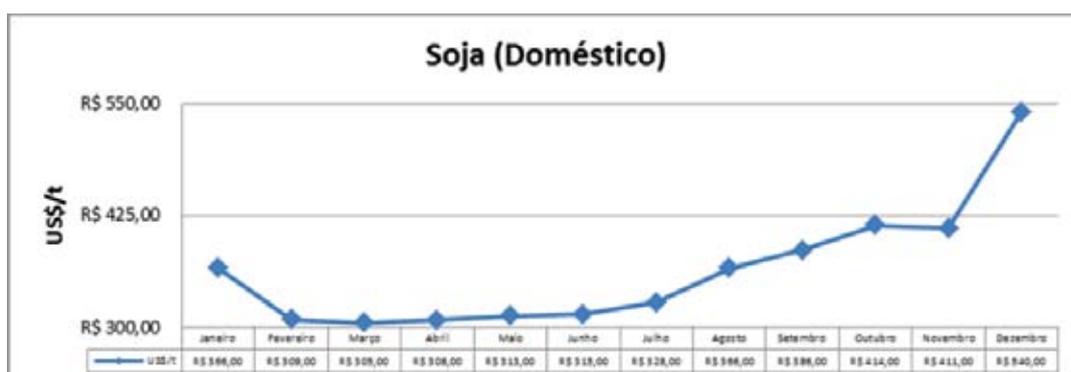


SOJA

As escaladas de preços mais importantes são as de grãos como, milho, trigo e soja que são commodities de elevada liquidez que também atraem mais atenções de grandes fundos de investimentos, a qual com a elevação de posições compradas ajudam a maximizar as valorizações.

As três têm na bolsa de Chicago sua principal referência global de preços. Os contratos futuros de segunda posição de entrega da oleaginosa (normalmente a mais negociada) subiram 3,29% e alcançaram US\$ 7,5350 por bushel. Segundo cálculos do Valor Data, o salto ampliou para 35,77% a alta acumulada dos papéis em 2010, e para 39,34% o salto nos últimos 12 meses.

A soja, carro-chefe do agronegócio brasileiro foi o que mais subiu em Chicago em novembro. A cotação média da oleaginosa foi 7,42% maior no mês do que em outubro, o que ampliou para 21,17% a alta na comparação com a média de dezembro e fez com que o salto sobre outubro do ano passado alcançasse 24,25%. (F. Lopes op. cit.).





TRIGO

Durante 2010 os preços do trigo subiram aceleradamente devidos aos problemas climáticos na Rússia, onde ocorre grande escassez deste produto.

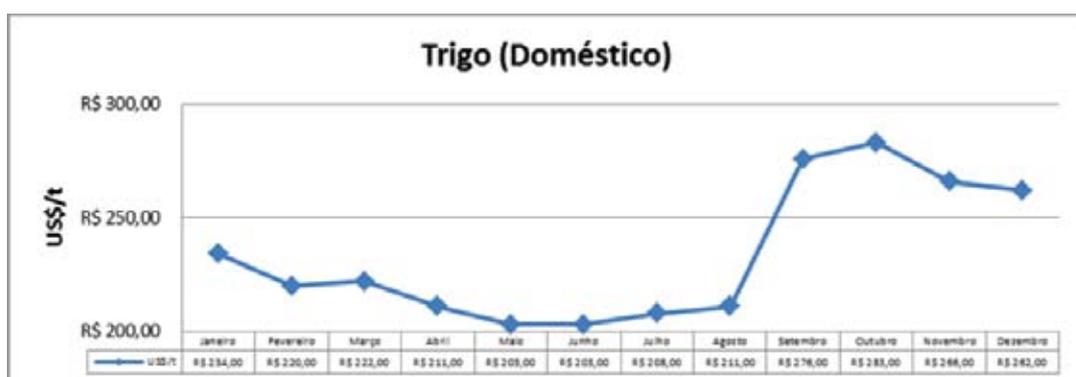
Os russos comem trigo sarraceno o dia inteiro, transformado em cereal quente no café da manhã, em guarnição para carne, em recheios, panquecas e vários outros pratos. (Folha de São Paulo, 12/10/2010)

As autoridades do Governo russo têm abordado a escassez de trigo sarraceno em visitas a centros provinciais, tentando assegurar ao país que o governo está trabalhando para aliviar o problema.

A safra do trigo sarraceno foi sem dúvida afetada pela seca, que deve reduzir em cerca de um terço a produção geral de grãos. Antes do verão, o trigo sarraceno habitualmente custava cerca de US\$ 1 por quilo em Moscou. Agora,, custa US\$ 2 ou mais,,quando é encontrado.

Os preços da farinha de trigo no Brasil, que já subiram entre 12% e 13% desde junho, deverão ser corrigidos e então elevados nos próximos meses. Conforme Lawrence Pih, presidente do Moinho Pacífico e conselheiro da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), os moinhos ainda precisam repassar ao preço da farinha um aumento de 5% a 8%, o que deverá ser feito até o fim do ano. (Fabiana Batista, Valor, De São Paulo, 18/10/2010).

Segundo levantamento de preços da Safras& Mercado, a tonelada do cereal no norte do Paraná saiu do patamar de R\$ 410, no início de julho, veio avançando lentamente, descolado da disparada no exterior, e desde a primeira semana de setembro está sendo negociada a R\$ 480, uma alta de 17%%. (Fabiana, Op.cit.).





CANA-DE-AÇÚCAR

Segundo Antônio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única) citado por Fabiana Batista do Jornal Valor (20/10/2010), as monções na Ásia e as especulações em torno do tamanho da safra indiana, maior produtor mundial de açúcar, inflaram as tendências de alta para os preços do produto. Esses voltaram a rondar a faixa de 21 centavos de dólar para os contratos com vencimento em março de 2011, vários pontos acima da média observada na década (9,83 centavos de dólar), refletindo o desequilíbrio entre a oferta e a demanda global

Segundo relatório divulgado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), a moagem de cana pelas unidades produtoras da Região Centro-Sul do País atingiu 41,89 milhões de toneladas na segunda quinzena de agosto da safra 2010/2011, uma alta de 36,84% em relação ao mesmo período de 2009/2010. No acumulado desde o início da safra, a moagem totalizou 379,97 milhões de toneladas, uma alta de 19%. Segundo a Unica, foi observada uma retração no volume diário processado pelas unidades produtoras durante o período analisado em função da proibição de queima da cana por vários dias em São Paulo e do aumento do teor de fibra na matéria prima colhida. Devido aos baixos índices de umidade relativa do ar, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) proibiu a queima da palha da cana-de-açúcar, em qualquer horário. O ápice da suspensão ocorreu a partir do dia 23, quando a proibição estendeu-se a todos os municípios canavieiros paulistas, dificultando a manutenção do ritmo de moagem que vinha sendo observado. A proibição da queima também intensificou o aumento da fibra na cana-de-açúcar. Dados apurados pelo Sistema ATR (Consecana-SP) em 10 de setembro indicam um teor de 13,95% de fibra na cana amostrada no Estado de São Paulo na última semana de agosto, crescimento de 8,81% em relação ao valor observado no mesmo período da safra 2009/2010. A elevada quantidade de fibra na cana prejudica a moagem e a produção, pois reduz a eficiência de extração de caldo pelas moendas e diminui a capacidade de moagem nas unidades que estão operando próximo do limite diário de processamento.

Na segunda quinzena de agosto, a quantidade de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar atingiu 159,72 kg, contra 152,48 kg e 143,61 kg obtidos no mesmo período nas safras 2008/2009 e 2009/2010, respectivamente. No acumulado desde abril até a última quinzena de agosto, a concentração de ATR aumentou 5,41% em relação ao mesmo período de 2009, totalizando 138,22 kg de ATR por tonelada de cana. A mistura de produção continua direcionando a maior parte da cana colhida

para a produção de etanol, apesar do percentual voltado para o açúcar estar mais alto do que na safra anterior. Do volume total de cana-de-açúcar processado desde abril, 44,88% destinou-se à produção de açúcar, ante 43,31% observado no mesmo período de 2009. Na segunda quinzena de agosto, este percentual foi de 46,14%. A produção de açúcar nos últimos 15 dias desse mês atingiu 2,94 milhões de toneladas. A produção de etanol, por sua vez, somou 2,10 bilhões de litros, sendo 595,45 milhões de litros de etanol anidro e o restante, 1,51 bilhão de litros de etanol hidratado. No acumulado desde o início da safra 2010/2011, a produção de açúcar totalizou 22,46 milhões de toneladas e a de etanol 16,92 bilhões de litros, com especial destaque para a expansão de 35,08% no volume de etanol anidro produzido nesta safra comparado com a safra anterior. A produtividade média da cana-de-açúcar colhida em agosto caiu 9,1% quando comparada com agosto de 2009, conforme dados apurados pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC).

Segundo os dados pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), a quebra aconteceu devido à persistência do clima seco na maior parte da principal região produtora de cana do país. Dados de agosto mostram que a ocorrência de chuvas permaneceu em baixa, 95,72% inferior ao índice registrado no mesmo mês em 2009 e 88,23% abaixo dos índices históricos para esse período. Exceto no Mato Grosso do Sul, todos os demais estados da região apresentaram redução de produtividade agrícola em agosto, sendo que em São Paulo esta redução foi de 10,5%. No acumulado desde o início da safra, a redução média da produtividade agrícola no Centro-Sul é de 1,6%. A Única estima que essa queda deve se intensificar até o final da safra, pois não há expectativa de volume significativo de chuva em setembro. Além disso, praticamente toda a cana bisada que possuía maior quantidade de biomassa por unidade de área, já foi colhida. Segundo a Unica, a área de cana a ser colhida na safra 2010/2011 deve crescer pouco mais de 10,8% em relação à safra anterior. Por outro lado, o volume de cana processada até o momento apresentou um crescimento mais acentuado, de 19,03%, mesmo com a queda de produtividade do canavial. Portanto, é fácil concluir que a safra está avançada em mais de 8,0%, e deve avançar ainda mais no mês de setembro devido à pouca moagem verificada em setembro de 2009. Devido à antecipação da moagem na atual safra, já prevista pela Unica no mês passado, parte da cana deverá ser colhida com menos de 12 meses, intensificando a perda de produtividade e a redução da disponibilidade de cana para moagem. Enquanto em 2009 houve uma condição extrema devido ao excesso de chuva, este ano está ocorrendo o inverso. Se a condição climática atual persistir, poderemos ter uma redução na expectativa de moagem apresentada na projeção revisada que foi divulgada em agosto.

Do total de cana a ser esmagada, 54,9% (357,5 milhões de toneladas) são destinadas à produção de 28,4 bilhões de litros de álcool. Deste volume, 20,2 bilhões de litros são do tipo hidratado e 8,2 bilhões de litros do anidro. Os 45,1% (294 mil toneladas) restantes vão para a produção de 38,1 milhões de toneladas de açúcar. Na safra 2009/2010, foram produzidas 33,1 milhões de toneladas. O consumo interno deve chegar a 11,11 milhões de toneladas, somando consumo direto mais produtos industrializados. Comparado ao primeiro levantamento, realizado em abril, houve redução de 2%. A produtividade média também caiu 2,8% sobre a pesquisa anterior, passando agora a 79,8 toneladas por hectare.

O motivo é a estiagem nas áreas produtivas da região Centro-Sul, desde abril, que prejudicará também o desenvolvimento da cana a ser colhida na próxima safra. A área destinada ao setor sucroalcooleiro chega a 8,2 milhões de hectares ou 10,2% a mais que a anterior. O estado de São Paulo continua com a maior parte da área, com 4,4 milhões de hectares. Em seguida vêm Minas Gerais (706 mil hectares), Paraná (613,7 mil hectares), Goiás (599,3 mil hectares) e Alagoas (438,6 mil hectares).

O Brasil continua no caminho de aumentar produção de etanol e açúcar, segundo avaliação do Ministério da Agricultura. Os investimentos no setor têm sido adequados. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a previsão da safra de cana-de-açúcar que está sendo moída pela indústria sucroalcooleira este ano é de 651,51 milhões de toneladas. Se confirmada, haverá aumento de 7,8% na produção total em relação ao ciclo 2009/2010 (604,51 milhões de toneladas), alcançando recorde nacional. A perspectiva positiva leva em conta a projeção de que o setor utilizará 470 mil hectares a mais em 2011/2012 para produzir cana. Além disso, há a perspectiva de que outros 600 mil hectares, já plantados no ciclo atual, sejam renovados no ano que vem para a produção de cana em 2011/2012. Outrossim, os investimentos internacionais que têm sido dirigidos ao Brasil são acompanhados de grande entusiasmo. Segundo o governo, os investimentos mostram que estão em uma cadência adequada: não há euforia e nem abandono de projetos, salientando que os investimentos que acabaram sendo postergados em 2008, em função dos impactos da crise financeira internacional, já começaram a ser retomados.

AÇÚCAR



Os preços do açúcar estão firmes no mercado interno e no mercado externo. A tendência é de alta dos preços internos do açúcar, com a firmeza dos preços futuros, oferta interna mais equilibrada e demanda firme. No mercado interno, o Indicador ESALQ à vista do açúcar cristal está cotado em R\$ 51,10 por saca de 50 Kg. Em agosto a alta acumulada foi de 14,6%. Os preços firmes do etanol no mercado paulista também têm estimulado a produção desse combustível por ter maior liquidez. Para usinas brasileiras, o ritmo mais acelerado dos embarques de açúcar e as cotações favoráveis à exportação contribuem para o alívio de caixa e as torna mais firmes em suas ofertas de venda. Em São Paulo, após aumento de 14,6% em agosto, o Indicador do Açúcar Cristal Cepea/Esalq já acumula alta de 3,4%. Nesse mesmo mês, a média mensal do Indicador Cepea/Esalq foi de R\$ 46,42 por saca de 60 Kg, uma alta de 13,5% sobre a de julho. Comparando-se a média atual com a de agosto de 2009, de R\$ 45,43 por saca de 60 Kg, houve aumento nominal de 2,2%. As paridades entre os preços do açúcar cristal e do etanol no estado de São Paulo mostram que o primeiro remunera 51% a mais que o anidro e 72% a mais que o hidratado.

Os preços futuros do açúcar devem seguir firmes no curto prazo na Bolsa de Nova York (ICE Futures US). Sustentados pela oferta limitada do produto, a expectativa é de que as cotações permaneçam acima de 20 centavos de dólar por libra-peso no curto prazo. A demanda externa também deverá permanecer aquecida, o que contribui para que as cotações permaneçam sustentadas.

As vendas externas ficarão aquecidas pelos próximos meses. Assim, os embarques devem registrar expansão de 32% em valor no terceiro trimestre, com alta adicional de 11% no quarto trimestre, ambos na comparação com o trimestre anterior. O ano deve fechar com expansão de 51% da receita em comparação com a estabelecida em 2009. A expectativa é de que os fundamentos continuem dando sustentação ao mercado. Além dos efeitos do clima, o esperado aumento das importações chinesas pode concretizar-se durante o atual ano safra 2010/2011, o que deve se refletir nas cotações. Os preços futuros do açúcar deverão permanecer com o primeiro vencimento superior aos demais contratos. A previsão também é de um potencial de queda limitada. O mercado futuro em Nova York deverá ter preços médios de açúcar de 19,00 centavos de dólar por libra-peso no ciclo 2011/2012. A Índia deve assumir uma posição exportadora neste ano, após importar a commodity por dois anos consecutivos devido a déficit local. O otimismo sobre os preços internacionais deve levar a Índia a exportar entre 1,5 milhão a 2,0 milhões de toneladas de açúcar em 2010/2011, visando lucros com altas de preços provocadas pela incerteza de produção em diversos países, devido a condições climáticas adversas. Dentre esses, o Brasil, maior produtor e exportador mundial de açúcar. A região Centro-Sul, responsável pelo maior volume de cana produzido no Brasil vem passando por longos períodos de estiagem (desde abril), levando instituições que acompanham a evolução da safra, como a Unica, a reduzir suas expectativas de produção. Além do Brasil, Tailândia e Paquistão também vêm apresentando recuo nas previsões de produção. A Tailândia é o principal exportador de açúcar da Ásia.

ETANOL

Os preços médios do etanol combustível seguem em trajetória firme e altista nas usinas de São Paulo. O preço médio do etanol hidratado subiu 1,86% e o do anidro avançou 0,58% nas usinas de São Paulo na segunda semana de setembro, de acordo com os indicadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq). O preço médio do hidratado passou de R\$ 0,8358 o litro para R\$ 0,8514. Já o valor médio do litro do anidro superou R\$ 1,00 e saltou de R\$ 0,9971 para R\$ 1,0030. Os preços não incluem impostos. A alta, principalmente no hidratado, foi causada pela demanda aquecida no mercado. O Ministério da Agricultura não acredita que haja problemas na oferta de etanol neste ano, embora o consumo já se aproxime dos níveis do ano passado. A demanda de etanol já começa a se aproximar da do ano passado, quando houve um desequilíbrio de mercado.

Mas para este ano, a situação está mais estável. Em janeiro o governo reduziu o percentual de álcool anidro que é misturado à gasolina de 25% para 20%. Em maio, o volume voltou a 25%. A redução temporária na mistura teve objetivo de regularizar o abastecimento e amenizar o aumento de preços, causado, em grande parte, pelos problemas climáticos na safra passada. A projeção para a produção de cana-de-açúcar apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) garantirá a oferta de etanol para todo o País, levando-se em consideração a manutenção das características positivas para o setor.

As vendas de etanol pelas unidades produtoras da Região Centro-Sul somaram, em agosto, 2,35 bilhões de litros, sendo 623,70 milhões de litros de etanol anidro e 1,73 bilhão de etanol hidratado. Do total comercializado, 208,41 milhões de litros destinaram-se ao mercado externo, e 2,15 bilhões de litros ao consumo doméstico. As vendas de etanol anidro para o mercado doméstico totalizaram 585,50 milhões de litros em agosto, crescimento de 21,38% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as vendas

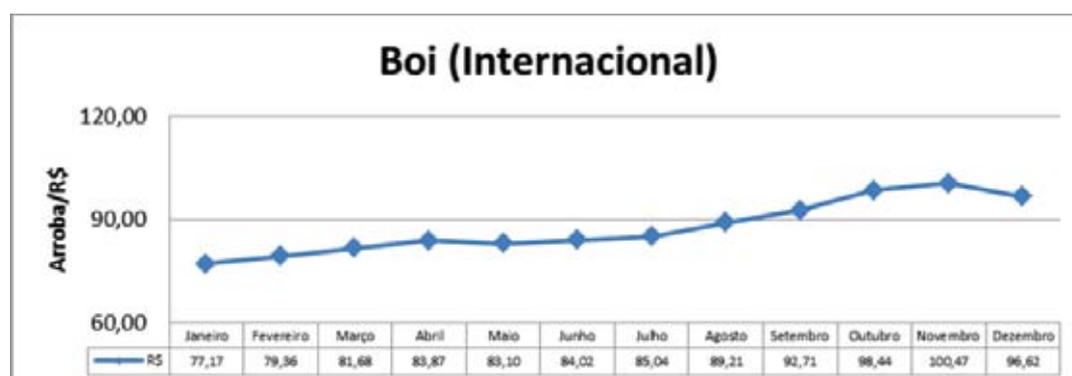
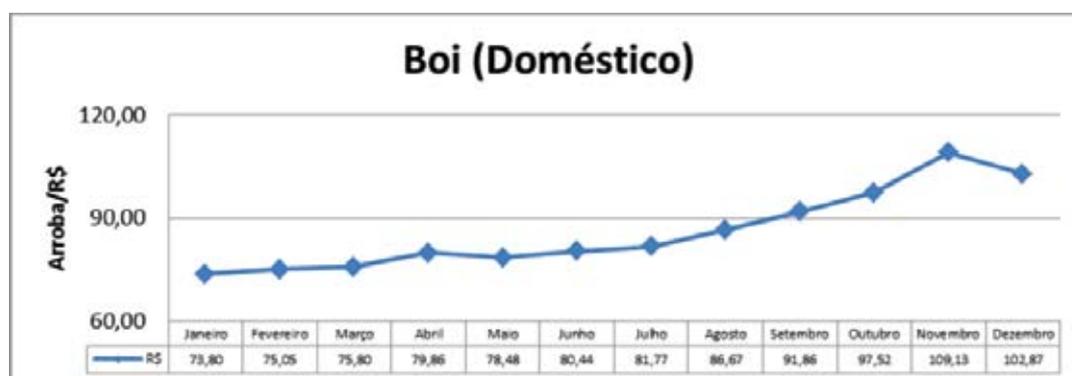
internas de etanol hidratado, por sua vez, alcançaram 1,56 bilhão de litros no último mês, alta de 1,35% em relação a julho - este crescimento foi impulsionado pelo aquecimento das vendas de hidratado nos últimos 15 dias de agosto, quando o volume diário comercializado atingiu 51,07 milhões de litros, ante 49,56 milhões negociados na primeira quinzena do mês. No acumulado desde o início da safra, o volume de etanol hidratado direcionado ao mercado doméstico atingiu 7,24 bilhões de litros e o de anidro 2,72 bilhões de litros. Segundo a Unica, o crescimento da produção e a redução nas exportações de etanol observadas até o momento estão dentro das expectativas. Esses dois fatores vão ampliar a disponibilidade de etanol para o mercado doméstico, dando segurança ao abastecimento do produto.

Fonte: Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica Especial: Perspectivas para 2010/2011

http://www.deere.com.br/pt_BR/ag/veja_mais/info_mercado/maize.html

Acessado em 01/06/2011

CARNES



Os preços da carne vêm subindo sistematicamente em 2010. Um dos motivos é a diminuição do confinamento.

Os analistas do mercado de carnes acreditam que a oferta escassa de boi para abate pelos frigoríficos, deve afetar também o confinamento de gado, que deve também recuar de forma expressiva no país. De acordo com estimativa da Associação Nacional dos Confinadores (Assocon), considerando seus 50 associados, o número de animais confinados deve cair 20% este ano. Em 2009, os pecuaristas ligados à Assocon colocaram 374 mil bois sob engorda intensiva.

Extrapolando para todo o mercado do Brasil, o confinamento deve recuar ainda mais, cerca de 30%, de 1,9 milhão de animais para 1,3 milhões de cabeças, de acordo com Ricardo Merola, presidente da Assocon, citado por Alda do Amaral Rocha, da Folha de São Paulo, 18/10/2010.

Ele explica que uma das razões para a queda é que entre os meses de abril e junho, o mercado futuro sinalizava preços baixos para o boi nos meses de setembro e outubro.

Há outra razão para o recuo do confinamento este ano. Ele afirma que entre 2002 e 2006, havia no mercado um "estoque" de animais com 300 quilos a 400 quilos, peso ideal para serem colocados sob engorda intensiva até alcançar os 500 quilos. Além da demanda pelo confinamento - inclusive de frigoríficos -, a venda desses animais foi estimulada também pela descapitalização dos pecuaristas.

O Diretor de Política Agrícola da Conab, Sílvio Porto, disse comentou que o preço da carne bovina, considerado alto pelo mercado, não se deve ao aumento dos percentuais de exportação ou ao custo de rações. A causa, diz ele, é resultante do impacto do abate de matrizes (gado propício à procriação) ocorrido em 2005, que provoca agora "efeito retardado". De lá para cá, não houve estoques de novilhas e bezerras para engorda.

3.1. IMPLICAÇÕES DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS

Uma das consequências dos aumentos de preços das commodities é que os alimentos podem começar a pressionar custo de vida das famílias mais pobres este ano.

A alta das commodities no mercado externo já é repassada com intensidade para os custos industriais e, conseqüentemente, aos consumidores brasileiros. Os dados de novembro do IGP-M mostram que os produtos agropecuários subiram 5,43% no atacado, acima do 1,45% do índice geral. A alta das commodities começa a se dissipar tanto sobre os agrícolas como sobre os produtos industriais. (Valor, 1/12 Mauro Zafalon)

Segundo Joao Villaverde do ESTADO DE SÃO PAULO, 12/09/2010 "a alta nos preços dos alimentos ao longo do ano tem sido mais cruel para as famílias de renda menor que para o conjunto da sociedade." Enquanto nos primeiros nove meses do ano a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta em torno de 3,5%, o Índice de Preços ao Consumidor de classe 1 (IPC-c1), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV) para as famílias com rendimento entre um e 2,5 salários mínimos acumulou alta de 4,18%.

Pesquisa do Dieese revela que o gasto com o grupo de alimentos essenciais em outubro chegou a 50,45% do salário mínimo, fixado, então, em R\$ 510. A carne bovina, o feijão, a batata-inglesa e o leite foram os grandes vilões que inflaram as despesas dos trabalhadores (Mariana Branco CB).

Eliane Oliveira e Patrícia Duarte do Correio Braziliense (1/10/2010) dizem que carnes em geral, milho, soja, açúcar e trigo tiveram seus valores aumentados em mais de 10% no último ano, ou seja, bem acima da inflação em 12 meses. No acumulado, o IPCA ficou em torno de 4,5%.

O caso do trigo é significativo. No Rio de Janeiro, Estado onde havia estoque em quantidade razoável, o preço da farinha de trigo já subiu, desde maio, em torno de 30%.

Novos aumentos virão no pão francês, macarrão, biscoitos e outros derivados, pois o preço do trigo já subiu 80% — diz Antenor Barros Leal, presidente do Sindicato da Indústria do Trigo do Rio. No caso da carne bovina, os preços subiram mais de 16%; no do açúcar refinado, a alta foi de 18,9%.

A valorização da carne bovina está empurrando para cima os preços do frango. O quilo do frango vivo em dezembro voltou a bater R\$ 2,00 no interior de São Paulo, conforme a Jox Assessoria Agropecuária. (Alda do Amaral Rocha Folha de São Paulo).

No próximo ano os preços dos alimentos continuarão a subir, pressionando os índices de inflação. Para especialistas, os episódios de extremos climáticos que atingem o planeta — com secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais — tornam a agricultura imprevisível (Estado de São Paulo, Liana Verdini).

Esse fenômeno, a crescente demanda dos países asiáticos, em especial da China, e a especulação no mercado de commodities (produtos básicos com cotação internacional) têm feito disparar o preço dos grãos, base de vários produtos, da ração animal, e das carnes - principalmente a bovina.

O preço global dos alimentos subiu 5% em agosto, segundo as Nações Unidas, puxado em grande parte pelo trigo, e os primeiros sinais de inquietação ocorreram em Moçambique, onde ao menos dez pessoas morreram durante confrontos provocados em parte por um salto de 30% no preço do pão. Depois dos distúrbios, o governo reverteu o aumento (Neil Farquiar, Valor, 23/09/2010).

Além da desvalorização do dólar, que tem contribuído decisivamente para a alta dos preços das commodities, os alimentos sobem, sobretudo a soja, em função da demanda crescente da China.

O país asiático tornou-se o maior importador mundial do grão no início da década de 2000, quando tirou o posto da União Europeia. Em dez anos, as compras da China multiplicaram-se por cinco, chegando a 50,5 milhões de toneladas na temporada 2009/10, o que equivale a 54% de toda a soja exportada no mundo, segundo o USDA (Departamento de Agricultura dos EUA, Fernando Muraro, Valor, 25/11).

Para 2010/11, a expectativa do órgão é que a China importe 55 milhões de toneladas. Apenas nos EUA, as compras chinesas já estão 24% acima das feitas há um ano, quando as importações já corriam em ritmo recorde.

A primeira explicação para esta demanda crescente tem a ver com o crescimento do país, que trilhou, em apenas três décadas, a distância entre a pobreza e a posição de segunda economia do mundo. (Muraro, op. cit.).

Para alimentar a maior população do planeta - são 1,3 bilhão de habitantes, boa parte dos quais comendo mais e melhor a cada ano - a China precisa alimentar também, com soja, o maior rebanho mundial somado de suínos, aves e bovinos. Os números falam por si: na década de 1960, o consumo per capita de carne dos chineses era de aproximadamente 8 quilos por ano - metade da média mundial.

Nos últimos dez anos, o consumo cresceu para 47 quilos, contra 33 quilos no mundo.

A segunda explicação que dá Fernando Muraro vem da incapacidade de aumento da produção local. Embora seja o quarto país do mundo em extensão territorial, na China a agricultura tem de disputar espaço com desertos, montanhas, clima desfavorável e um crescimento urbano explosivo.

Dito isso, a área cultivada com soja, que se concentra no nordeste do país, é mais ou menos a mesma de há 40 anos. O solo frágil e o manejo rudimentar que predomina nas áreas rurais (ainda muito distantes da pujança das cidades que viraram cartão postal da China potência) resultam em uma produtividade que corresponde a pouco mais da metade da obtida nos EUA, no Brasil e na Argentina.

A produção está estagnada em torno de 15 milhões de toneladas, muito pouco perto de um consumo estimado em quase 70 milhões de toneladas - oito vezes mais que há 40 anos. Como a safra 2010/11, ao que tudo indica, pende mais para 14 milhões do que para 15 milhões de toneladas - e como o governo mantém a estratégia de aumentar os estoques, que triplicaram de 2008 para cá-, é bem possível que a importação desta temporada se aproxime mais dos 60 milhões de toneladas previstos pelo mercado do que dos 55 milhões estimados pelo USDA (Fernando Muraro Jr. é engenheiro-agrônomo e analista de mercado da AgRural Commodities Agrícolas. Internet: www.agrural.com.br).

A FAO convocou uma sessão extraordinária com especialistas do mundo todo para discutir a questão do abastecimento de grãos. Como os campos que se estendem a partir do mar Negro têm sido a principal fonte do enorme salto no comércio de trigo na última década, a flutuação nos padrões climáticos e a instabilidade das safras de lá terão de ser tratadas, segundo Abbassian, economista da FAO, citada por Farquiar. Há também sinais de quebra de safras na Austrália e Nova Zelândia.

3.2. MERCADO FUTURO DE COMMODITIES

A subida dos preços das commodities (Valor 01/12/2010 Fernando Lopes) também está como se viu antes relacionada aos movimentos financeiros que em função do dólar enfraquecido voltaram a determinar a valorização da maior parte das commodities.

Produtos como soja e milho, que são mais negociados na Bolsa de Chicago, servem como hedge perante turbulências financeiras, o que acaba atraindo mais investimentos, inclusive especulativos.

Segundo analistas de mercado o mundo pode estar a caminho da segunda bolha das commodities. Nunca se negociou tanto no mercado futuro e nunca entrou tanto dinheiro novo nesse setor. É a volta da financeirização do setor. (Mauro Zafalon, Folha De São Paulo, 3/12/2010).

Juros próximos de zero nos países desenvolvidos, dólar fraco e excesso de dinheiro em busca de bons investimentos estão inflando as negociações com commodities. Os dados da Chicago Board of Trade, principal Bolsa de negociações de grãos do mundo mostram que negócios com metais, metais preciosos e petróleo também indicam forte aquecimento.

Os contratos de compra de soja bateram o recorde de 123 milhões de toneladas em outubro em Chicago, superando o pico do período pré-crise de 2008, quando o recorde tinha sido de 119 milhões de toneladas.

As negociações com milho chegaram a 309 milhões de toneladas e as com trigo, a 91 milhões no mês passado. No pico de 2008, os contratos em aberto no mercado futuro de Chicago eram de 297 milhões de toneladas para o milho e de 83 milhões para o trigo.

O excesso de negociações no mercado futuro de commodities faz com que os fundamentos da economia (produção, demanda e estoques) já não influenciem mais (Zafalon, op. cit.).

O total de investimentos financeiros nos mercados de commodities passou pela primeira vez a barreira de US\$ 300 bilhões. Entre janeiro e julho, o fluxo de capital para os índices de commodities alcançou US\$ 31,9 bilhões, o que significou uma queda de US\$ 13 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados do Barclays Capital, citado por Assis Moreira, Folha de São Paulo, 30/09/2010.

Os fundos de índices de matérias-primas continuam sendo amplamente procurados por investidores apostando em diversificar seus ativos, como fica claro nos ativos totais de US\$ 300,5 bilhões sob gestão, quando há dez anos não chegavam a US\$ 10 bilhões. (Moreira, op. cit.)

O G-20, grupo das maiores nações do mundo, sob a liderança da França anunciou que uma de suas prioridades será impor mais controle dos mercados financeiros ativos em matérias-primas. O governo francês sugere que a Europa dê o exemplo e estabeleça um regulador continental.

A sugestão foi bem-recebida pela União Europeia, que se prepara para uma legislação sobre os produtos derivativos, concebidos originalmente como instrumentos de cobertura de riscos, para se proteger de grandes flutuações de cotações, mas que agora são acusados de alimentar a especulação.

Em estudo enviado à UE, o governo francês exemplifica que os mercados financeiros do petróleo bruto e de produtos petrolíferos pesariam 35 vezes mais do que os mercados físicos em termos de volume de posições vendidas. E o preço do barril é de fato fixado, para numerosas transações, levando-se em conta o diferencial com os preços futuros (Moreira, op.cit.).

Os mercados de derivativos de produtos agrícolas na Europa ainda estão em desenvolvimento. Esses mercados são mais ativos nos Estados Unidos. A Chicago Mercantile Exchange negocia contratos de produtos vegetais (trigo, milho, açúcar e canola) e produtos animais (bovino, porco, manteiga). Na Europa, a EuronextNyseLiffe é o principal operador do mercado financeiro sobre os derivativos agrícolas, propondo contratos em Londres para cacau, café e açúcar e em Paris para trigo, milho e canola.

Paris acusa o setor financeiro de afetar a renda e segurança alimentar de países em desenvolvimento, e consequências significantes para os produtores de países desenvolvidos.

Mas admite também que a volatilidade histórica dos preços agrícolas é raramente acima de 30%, comparada a até 100% no caso de outras matérias-primas como petróleo e gás.

O comissário para Agricultura da UE, Dacian Cioloș, disse na mesma conferência que a Europa precisava considerar "limites de posição para se opor a movimentos excessivos" nos preços das commodities. Washington adotou limites de posição, que restringem a quantidade de contratos que fundos de hedge, bancos de Wall Street e outros podem deter a qualquer momento, para reduzir a chamada "especulação excessiva".

Críticos dizem que é impossível medir o que constitui "especulação excessiva", apontando para inúmeros estudos, apoiados pelo Fundo Monetário Internacional e outras instituições, que não conseguiram encontrar um vínculo entre especulação e preços.

As autoridades também disseram que esperam que a análise do Mifid (The Markets in Financial Instruments Directive da União Europeia) aborde a polêmica área do comércio de alta frequência (milhares de operações feitas por computador).



4. NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

As negociações internacionais do Brasil têm várias facetas que serão rapidamente exploradas neste capítulo, tais como a questão cambial, os impasses da OMC, as negociações com a União Europeia, o Mercosul e os atritos comerciais com a Rússia e EU na questão das carnes.

4.1. Desajustes cambiais

As principais queixas foram este ano em relação à China, com suas intervenções estimadas em US\$ 1 bilhão por dia no mercado de câmbio, comprando dólares para manter o Yuan barato. Com isso, a moeda chinesa estaria subvalorizada em 20%. Na prática, uma das nações líderes no comércio mundial está subsidiando todas suas exportações em pelo menos 20% e taxando as importações em pelo menos 20%, nos cálculos de Fred Bergsten, diretor do Peterson Institute for International Economics, de Washington (citado por Assis Moreira, Correio Braziliense, 30/09/2010)

Existem dúvidas sobre como os países poderiam fazer uma coordenação sobre câmbio. O G-7, envolvendo as maiores economias, é pequeno demais e já não tem credibilidade suficiente, como na época do acordo de Plaza. O G-20, por sua vez, é grande demais e inclui países que não estão envolvidos na questão e que na verdade poderiam ser “contaminados”.



Quando o Gatt (sigla em inglês para Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que antecedeu a OMC) foi negociado, ficou decidido que taxa de câmbio e balança de pagamentos eram assuntos do Fundo Monetário Internacional, que a OMC cuidaria de comércio, e o Banco Mundial de crédito. Se nada ocorrer na reunião do G-20 em novembro, os americanos vão ser forçados a aplicar uma tarifa anti-subsídio contra a China. E os chineses já disseram que vão recorrer à OMC.

O Gatt estabelecia que nenhum país poderia usar o câmbio para frustrar os objetivos do acordo, que é liberalizar o comércio. O FMI já disse que a China está manipulando substancialmente sua moeda.

Em segundo lugar, é proibido subsidiar a exportação. É claro que câmbio desvalorizado é um subsídio à economia como um todo. Um terceiro caminho é a valoração aduaneira: um país pode reajustar suas tarifas para compensar distorções. (citado por Assis Moreira, *Correio Braziliense*, 30/09/2010).

O Brasil pode pedir salvaguarda especial contra a China. Quando a China entrou na OMC, foi decidido que os países poderiam, até 2013, usar uma salvaguarda especial se ocorresse importação excessiva. Essa salvaguarda é mais simples de aplicar, mas até agora só estão em vigor quatro em todo o mundo. A China considera a salvaguarda especial injusta e deixou claro que retaliaria o país que a utilizasse. Outra alternativa é usar barreiras técnicas e exigir que todo produto importado da China seja certificado. Deveríamos fazer um arsenal de medidas.

4.2. Negociações no âmbito da Rodada de Doha

O governo Lula apostou suas fichas na Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), para obter acesso adicional para as exportações brasileiras, sem sucesso. Pelo cenário atual, tampouco o governo Dilma poderá contar muito com um acordo em médio prazo. Cresce o sentimento em Genebra de que a Rodada Doha precisará de novo mandato, para ser retomada em novas bases.

A negociação global deveria ser concluída em 2011 até para enquadrar a reforma da Política Agrícola Comum e da Lei Agrícola Americana (Farm Bill), prevista para ocorrer em 2012.

Se não houver o acordo global, e a reforma das duas políticas agrícolas se concretizarem, como previsto, todo o equilíbrio das barganhas na OMC fica desatualizado. Assim, os países exportadores, sobretudo, vão querer uma nova base para atacar subsídios e tarifas no novo desenho agrícola americano e europeu. Enquanto isso, os confrontos comerciais tendem a aumentar - especialmente envolvendo a China e suas zonas cinzentas. Se a Rússia entrar na OMC no fim do ano, como previsto, dentro de algum tempo começarão os questionamentos também da política comercial.

Para evitar esse impasse um grupo com as 23 principais economias do mundo acaba de se comprometer com a conclusão, até a metade de 2011, da Rodada Doha de liberalização comercial, no que é visto como o mais forte sinal de engajamento nos últimos tempos nessa negociação que já dura dez anos, (Valor, Assis Moreira, 2/12/2010).

Brasil, China, Índia, Estados Unidos e União Europeia estão na liderança do movimento que conduziu a um ambicioso cronograma. A ideia é que os negociadores revisem os textos das negociações agrícola e industrial até abril do ano que vem.

No segundo trimestre de 2011, seria, então, desenhado o acordo final, tanto para reduzir tarifas e subsídios agrícolas e industriais, como também para definir metas de outros setores, como serviços, regras de antidumping e facilitação de comércio. O restante de 2011 serviria para verificação, pelos membros da OMC, dos cronogramas de redução tarifária que cada um assumiu fazer, além de tentar fechar a negociação em áreas menos complicadas, incluindo subsídios ao setor pesqueiro. (Valor, Assis Moreira, op.cit.).

4.3. Relações com a União Europeia

Atualmente, a UE destina metade de seu orçamento para subsidiar quase tudo na categoria agrícola. Cerca de 40% vai para grandes agricultores e antigas cooperativas, que representam só 2% da produção. Na média, eles recebem € 200 mil por ano. A UE tentou impor um limite de € 300 mil dos subsídios por produtor, em 2007, mas a proposta acabou derrotada pelos Estados. (Assis Moreira, ESTADO DE SÃO PAULO, 27/10/2010)

A reforma quer limitar o montante de subsídios que os grandes agricultores passarão a receber e introduzir um nível mínimo de ajuda aos pequenos produtores.

A futura Política Agrícola Comum terá, sobretudo, forte componente ecológico. Embora as emissões de gases do setor tenham caído 20% desde 1990, a UE diz que mais esforço é necessário. Boa parte dos subsídios será condicionada a medidas de proteção ambiental em todo o bloco.

4.4. Acordos MERCOSUL - países emergentes

O Brasil articula para assinar em dezembro com outros dez países emergentes um acordo comercial estabelecido em novas bases, pelo qual trocarão margem de preferência de 20% em boa parte das exportações entre eles, no que ficou conhecida como "Rodada Sul-Sul". Participa o MERCOSUL como bloco - Brasil, Argentina Paraguai e Uruguai -, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Malásia, Egito, Marrocos e Cuba, bem menor do que a lista inicial de participantes.

4.5. Acordo EU-MERCOSUL

O acordo comercial entre MERCOSUL e União Europeia, projeto lançado há mais de dez anos, dificilmente será concluído até 2011, a julgar pela má vontade exibida pela indústria brasileira e pelo governo francês cujos esforços estão empenhados em manter a proteção à agricultura. A indústria europeia tem interesse em ampliar seus mercados, especialmente em vista da paralisação da Rodada Doha. Os

governos do MERCOSUL mostram interesse em fechar, finalmente, um acordo com um grande parceiro do mundo rico, o bloco europeu. Também são motivados pelo impasse da rodada mundial. Mas agora enfrentam dois obstáculos - a resistência da indústria local e o peso político da agricultura da França, respaldada por pressões do setor rural de outros países europeus. ESTADO DE SÃO PAULO. 17/09/2010. A negociação com a União Europeia (UE) sofre com a resistência da Argentina — e agora também de alguns setores econômicos brasileiros — em abrir seu mercado de bens industriais, além da intransigência de alguns países europeus, notadamente a França, em retirar seus subsídios agrícolas.

4.6. MERCOSUL

Segundo Eduardo Felipe P. Matias da USP, o Mercosul apresenta distorções. O modelo que este adota é o da união aduaneira, que em princípio evitaria a burocracia e as ineficiências encontradas em uma zona de livre comércio, graças à adoção de uma Tarifa Externa Comum. No entanto, a TEC do Mercosul apresenta diversas exceções, o que contraria a essência de uma união aduaneira (ao menos, os países membros assumiram recentemente o compromisso de eliminar gradualmente a dupla cobrança da TEC, e aprovaram o Código Aduaneiro do Mercosul).

Todos esses problemas fazem que o bloco deixe de aproveitar completamente os benefícios trazidos pela integração econômica.

Na prática, por normalmente enfrentar a resistência de algum de seus integrantes em reduzir tarifas, o bloco não tem sido bem sucedido na assinatura de acordos com países fora da América do Sul. Uma tentativa de melhorar essas relações foi a decisão dos governos de criar um fundo de apoio à agricultura familiar dentro do Fundo de Reconversão Econômica do Mercosul que permitirá operações de garantia de renda e segurança alimentar em todos os países do bloco.

O novo fundo será composto por recursos dos quatro países-membros. Mas o Brasil terá a maior parcela de contribuição mínima, com 70% do total - ou US\$ 225 mil dos US\$ 360 mil previstos anualmente. A Argentina entrará com US\$ 96 mil (27%). (Valor Mauro Zanatta, CB, 2/11).

O Uruguai bancará US\$ 21 mil (2%) e o Paraguai, US\$ 18 mil (1%). Mas estão previstas integralizações complementares de membros e de terceiros países. Com isso, estima o ministério, o fundo poderia somar R\$ 100 milhões ao longo de uma década.

A meta do novo fundo é atuar nos mercados locais para estimular a produção regional agropecuária.

4.7. Relação bilateral - Brasil/ EUA

Durante reuniões realizadas em 2010, o Brasil e os Estados Unidos definiram como prioridade assinar um Acordo de Cooperação Comercial e Econômica (Teca, na sigla em inglês). Esse deverá ocorrer até o final desse ano, num esforço conjunto para reconstituir as relações entre os dois países após o desgaste provocado pelas disputas comerciais do algodão e diplomáticas na aplicação de retaliações econômicas contra o Irã pela ONU. Estes acordos foram revisados a partir da visita do Presidente dos Estados Unidos que ocorreu no início de 2011.

A linguagem diplomática denomina como acordo guarda-chuva o Teca, que cria um mecanismo permanente de diálogo para os dois governos resolverem, por exemplo, controvérsias como barreiras a investimentos e ao comércio. O Brasil já apresentou o seu texto inicial aos Estados Unidos, e agora é a vez dos americanos, numa negociação comandada pelo USTR, o escritório de representação comercial do país. A próxima reunião ocorre em Washington em 8 de outubro, e a intenção é que o Teca esteja em vigor já no primeiro dia de governo do próximo presidente brasileiro.

Os Estados Unidos têm acordos semelhantes com poucos países, como a Suíça, e sua disposição em negociar o tratado com o Brasil mostra o interesse de manter uma agenda positiva daqui para diante, agora que a relação entre os dois países teve um respiro depois de uma série de fatos negativos. (Alex Riberio, op. cit.).

O interesse do Brasil é recuperar o nível de comércio com os americanos, que se manteve estagnado na última década, enquanto outros mercados cresciam, e sofreu uma contração de 40% em 2009, depois de os Estados Unidos serem afetados pela atual crise econômica.

4.8. Negociações sobre Cotas em Carnes

Atualmente, o Brasil tem uma cota de exportação para a UE de 170 mil toneladas de peito de frango salgado, 94 mil toneladas de carne de peru e de 79 mil toneladas de produtos cozidos. Dentro dessas cotas, as tarifas são de 15,8%, 8,5% e 8,5%, respectivamente. Fora da cota, o frango salgado e o peru pagam uma tarifa de € 1.024 por tonelada e o cozido, de € 1.300 por tonelada (Moreira, op. cit.).

A proposta dos países do Mercosul é fixar uma tarifa de € 325 por tonelada para os produtos, mas sem cotas, de acordo com Francisco Turra, presidente da União Brasileira de Avicultura (Ubabef). Essa tarifa seria zerada (desgravada) em quatro anos.

Os países do Mercosul vão apresentar uma proposta conjunta para a União Europeia que prevê o fim das cotas na exportação de frango e a substituição por um sistema de tarifas. Ainda que o Brasil seja o principal exportador de carne de frango do Mercosul para o bloco europeu, a estratégia é de uma oferta conjunta para ganhar força nas negociações que se arrastam há anos. (Alda do Amaral Rocha, Valor, 15/09)

A possibilidade de a União Europeia trocar as cotas por um sistema de tarifas na importação de carne de aves do Mercosul parece fora do radar de Bruxelas, dizem fontes na Europa. A União Brasileira da Avicultura (Ubabef) informou que os países do Mercosul vão propor ao bloco europeu o fim das cotas na exportação de frango e a substituição por um sistema de tarifas. (Assis Moreira, ESTADO DE SÃO PAULO) Na verdade, a UE toma a direção oposta. Considera que as tarifas, apesar de elevadas, dão um nível insuficiente de proteção para a sua indústria de frango diante da competitividade brasileira, e tenta substituir várias linhas tarifárias de importação de frango por cotas, para restringir a entrada do produto importado. Com relação à Rússia, há cinco anos os dois países assinaram acordo pelo qual os russos se comprometiam a não reduzir as condições de acesso das carnes brasileiras naquele mercado. Porém, em 2009 Moscou concedeu a fatia mais interessante das cotas de importação de carnes de frango e de suíno para EUA e a União Europeia. (Assis Moreira, op. cit.).

Apesar de querer o apoio brasileiro à sua entrada na OMC, Moscou tem redobrado os esforços para reduzir, cada vez mais, as suas importações de carnes de frango e de suíno.

O plano russo é cortar pela metade até 2013 os volumes atuais de importação que, neste ano, serão de 400 mil toneladas de frango. No caso da carne suína, da cota de 500 mil toneladas, a ideia é cortar 200 mil toneladas de importação. Os russos dizem que em três anos poderão ser autossuficientes nesses dois tipos de carnes. Contudo, seus produtores são ineficientes e caros e não têm como competir com os brasileiros, por exemplo.





5. INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO RURAL: CRÉDITO E SEGURO RURAL

Conforme pode se apreciar na tabela que segue, a programação de entrega de crédito para a safra de 2010/2011 superou a do ano passado em aproximadamente 8%, em proporções iguais de aumento entre a agricultura empresarial e a agricultura familiar. As aplicações no que vai do ano tem sido bastante significativas, se considerarmos que o plantio está apenas começando.

Tabela 8 - Programação de recursos de crédito rural 2010/2011

Fontes de recursos	2009/2010	2010/2011		
	Programação jul/09 a jun/10 (a)	Programação jul/10 a jun/11 (c)	Aplicação jul/10 a dez/10 (d)	Desemb. relativo (%) (d)/(c)
4. AGRICULTURA EMPRESARIAL	93.000,0	100.000,0	50.770,3	50,8
5. Agricultura Familiar (PRONAF)	15.000,0	16.000,0	6.735,8	42,1
6. AGRICULTURA TOTAL	108.000,0	116.000,0	57.506,1	49,6

Fonte: RECOR/BACEN, BNDES, BB, BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI

Elaboração: MAPA/SPA/DEAGRI

O plano safra 2010/2011, com recursos oficiais, destinou R\$ 116 bilhões para a agricultura, sendo R\$ 100 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 77 bilhões para custeio e comercialização. Estima-se no entanto que para viabilizar uma safra agrícola e pecuária sejam necessários R\$ 150 bilhões. Ou seja, significa que o crédito oficial deve financiar apenas 45% das necessidades da safra (Eduardo Savanach, Dinheiro, 16/12).

De acordo com dados da associação de agricultores de Mato Grosso, no estado, uma das principais regiões produtoras do País, 25% dos financiamentos têm origem nos recursos oriundos das tradings.



Outro canal que vem ganhando espaço são os títulos do agronegócio. São operações de baixo risco, alta liquidez e da garantia lastreada na produção. O custo de operação é a taxa Selic mais 2% ou 3% ao ano, e há os benefícios fiscais dos papéis. Só no primeiro semestre, a emissão de títulos já somou R\$ 92,2 bilhões. (Eduardo, op. cit.).

A maior evolução, entretanto ocorre na agricultura empresarial, cujo montante atinge R\$ 13,5 bilhões, 9,6% mais do que no período 2009/10. A agricultura familiar obteve 2,1% mais crédito, somando R\$ 4,3 bilhões. (Zafalon, Folha de São Paulo, 1/12).

Em 2010 surgiu um novo programa de crédito, o Pronamp, uma linha de apoio ao médio produtor.

Apesar dos custos menores de produção nesta safra, o desembolso do Banco do Brasil somou R\$ 1,8 bilhão para esse segmento, com aumento de 16,3% em relação à safra passada.

A tabela de abaixo figura os desembolsos de crédito em 2010 para financiamento tanto da safra anterior como da próxima.

Tabela 9 - Crédito rural concedido a produtores e cooperativas e agricultores familiares de janeiro a novembro 2010

MODALIDADE	VALOR R\$ 1.000.000	PARTICIPAÇÃO % INTERNA	%
Modalidade Empresarial			
Crédito Custeio	45.553	56,0	
Crédito Comercialização	15.292	18,8	
Crédito Investimento	20.443	25,1	
SUB TOTAL	81.289	100,0	87,3
Modalidade PRONAF			
Crédito Custeio	5.707	48,3	
Crédito Investimento	6.112	51,7	
SUB TOTAL	11.819	100,0	12,7
TOTAL	93.108		100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico de Crédito Rural do BACEN.

Observa-se que o sistema financeiro oficial abastece com mais crédito a agricultura empresarial, que teve 87,3% dos recursos contra 12,7% dos familiares.

Percebe-se, no entanto, nesta tabela que houve uma participação maior do crédito de investimento entre os agricultores familiares se comparado aos empresariais, que obtiveram apenas 25,1% para esta finalidade contra 51,7 para os familiares.

Isto pode ter acontecido em função do incentivo dado pelo Governo para a compra de maquinarias agrícolas entre os familiares. Sérgio Bueno, da Folha de São Paulo, (12/09/2010) revela que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, iniciou operações de financiamento pelo programa Mais Alimentos para grupos de agricultores familiares com limite global de R\$ 500 mil. A nova modalidade foi criada para incluir a aquisição de colheitadeiras na modalidade de crédito, que prevê juros anuais de 2%, três anos de carência e dez para pagamento.

Outro mecanismo complementar do crédito rural é o seguro rural. Por meio deste mecanismo se evitam falências de agricultores e posteriores inadimplências. No entanto, segundo Leandro Costa do Estado de São Paulo (20/10/2010), na safra 2009/2010, apenas 10% do total de área de cultivo no Brasil, ou 6,7 milhões de hectares, estava coberta com seguro de safra. Ainda que modesto, o número era visto com otimismo tanto pelas empresas seguradoras quanto pelas associações de produtores e pelo governo, já que há poucos anos esse percentual era praticamente nulo.

Para a próxima safra, porém, o gráfico ascendente deve sofrer um revés, já que a área cultivada coberta por seguro rural, que equivalia a R\$ 9,7 bilhões na safra 2009/2010, será reduzida para o equivalente a R\$ 4,8 bilhões em 2010/2011. A drástica redução do valor da área segurada deve-se a cortes no Orçamento federal, justifica o Ministério da Agricultura, que é o responsável pelo repasse às seguradoras do subsídio, o qual, no caso federal, pode chegar a até 60% do valor total do prêmio.

Para atender à procura crescente pelos seguros de safra, a verba destinada para as subvenções precisaria estar próxima dos R\$ 600 milhões, estima o presidente da Comissão de Seguros Rurais da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg), Luis Carlos Meleiro. "O crescimento da área segurada está ligado ao volume de recursos destinados para subsidiar os prêmios, que ainda têm uma alta taxa devido à falta de massa de apólices. Daí a subvenção é um ponto nevrálgico que se não funciona trava o segmento."





6. PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 2010/2011

A produção nacional de grãos para a safra 2010/2011 foi estimada pela CONAB em 149,41 milhões de Toneladas. Quando comparada à safra anterior, verifica-se um pequeno aumento de 0,1% (130 mil toneladas) como mostra a tabela abaixo:

Tabela 10 - Estimativa de produção da safra 2010/2011 dos principais produtos da lavoura brasileira

PRODUTO	2009/2010	2010/2011	Variação 2011/2010
Algodão Caroço	1.843,1	2.860,1	55,2
Algodão Pluma	1.194,1	1.835,0	53,7
Amendoim	226,0	244,4	8,1
Arroz	11.260,3	12.628,2	7,8
Feijão	3.265,1	3.460,5	4,3
Girassol	80,6	101,6	26,1
Mamona	100,6	160,2	59,2
Milho	56.048,5	52.723,6	-5,8
Soja	68.688,2	68.553,3	-0,2
Sorgo	1.624,2	1.959,1	20,6
Outros	5.690,8	6.720,6	18,1
TOTAL	1 48.827,4	149.416,9	0,1

Fonte: CONAB - Levantamento:
Jan/2011.

Nesta nova safra o destaque fica com a cultura do arroz, com crescimento estimado de 957 mil toneladas. Este tipo de cultura, segundo a CONAB, tem reduzido consideravelmente sua área nas últimas safras pela concorrência com a soja e com o próprio milho, já que a preferência do seu cultivo era em abertura de novas áreas. Outro fator que provoca a redução é a diferença de remuneração quando comparada com a soja. (Relatório CONAB 1ª estimativa de safra). Mesmo assim haverá um crescimento significativo na produção nacional, que espera recuperar as perdas causadas pela estiagem na região Nordeste e pelo excesso de chuvas no Rio Grande do Sul.

O algodão é a segunda cultura em crescimento de produção, apresentando ganho de 1017 toneladas no algodão em caroço. Segundo a CONAB, esta elevação está relacionada sobretudo ao crescimento da demanda externa, notadamente na China e Índia e às altas cotações do produto nos mercados internos e externos, influenciado pela redução dos estoques das últimas quatro safras.

Apesar disso, como mostra Venilson Ferreira do O Estado de S. Paulo (16/09/2010), produtores estão preocupados com o câmbio. O presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), João Carlos Jacobsen, alerta para o risco de a desvalorização do dólar frustrar as expectativas do setor, que se fia na recuperação dos preços para ampliar o plantio. Pelos cálculos de Jacobsen (citado por Venilson, op. cit.), o dólar abaixo de R\$ 1,75 compromete a rentabilidade da cotonicultura, pois a esse nível os custos tornam inviáveis as operações de hedge de câmbio. O setor vende grande parte da safra antecipadamente para bancar os custos de produção. Segundo dados da Conab, os custos de produção do algodão na Bahia nos últimos quatro anos subiram 29%.

Na Bahia, a estiagem ainda não afetou o plantio de algodão, que começa a ser semeado em 15 de novembro. Já em Mato Grosso, produtores estão apreensivos, principalmente os que cultivam o algodão na sequência da colheita da soja. Caso as chuvas atrasem para a segunda quinzena de outubro, os produtores poderão escolher semear a soja novamente.

Para o feijão a previsão indica crescimento de aproximadamente 143 mil t em relação à produção do ano anterior.

No caso do milho, a diminuição da área na safra 2010/11 estimada em 3,2 milhões de hectares, com redução de 5,8% em relação à 09/10, é razão de preocupação para muitos produtores, na avaliação da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho). Segundo a entidade, somente o Rio Grande do Sul deve recuar em 20% a produção do grão. Apenas São Paulo e Minas Gerais devem manter a área – os dois estados juntos respondem por apenas 19% da produção nacional de milho. É a menor previsão de área da história do milho, com possibilidade de apresentar a mais baixa produtividade desde a safra 2004/05. “O produtor está temeroso em relação aos preços e a fenômenos climáticos, como o La Niña”, afirma o presidente da Abramilho João Carlos Werlang.

No entanto, como mostra José Maria Tomazela de O Estado de S. Paulo (15/10/2010), o preço do milho subiu 38% nos dois últimos meses e a expectativa de renda voltou a animar o produtor paulista. As exportações em alta e a possível falta do produto em razão da queda na área plantada estão levando muitos agricultores a reverem seus planos para o grão.

O milho 1ª safra, em função dos baixos preços que vigoravam no início do ano, apresenta de 3,54 milhões de toneladas. A semeadura do milho 1ª safra está transcorrendo de forma mais lenta que na safra passada.

Segundo a CONAB, o clima não está favorecendo o estabelecimento da cultura devido às irregularidades das chuvas, tanto por excesso em alguns pontos, quanto por falta em outros locais, como também, pela quantidade de milho existente no mercado, proveniente da safra anterior. No Paraná e no Rio Grande do Sul, que semeiam mais cedo, os produtores tiveram que interromper a semeadura ou por falta de umidade no solo (RS) ou por umidade excessiva (PR). Nestes Estados, a área semeada atingiu 50% até a data do levantamento. O plantio direto é o sistema mais usado no cultivo do milho, principalmente nas grandes áreas usando o plantio convencional apenas na abertura de novas áreas. Entre os pequenos produtores ainda predomina o sistema convencional, embora seja crescente a adoção do plantio direto.

Com relação ao trigo, ainda resta ver como vai terminar de ser escoada a safra anterior. Segundo Fabiana Batista do Valor (12/10/2010) "Depois de ser exportada como matéria-prima para ração por falta de qualidade na safra passada, a recém-colhida produção de trigo brasileiro corre risco de encalhar novamente neste ano. A previsão de grande excedente exportável na América do Sul tem paralisado os negócios com o cereal nacional e já pressionam os preços para baixo. Apenas 15% da safra de 3,2 milhões de toneladas estimada para o Paraná, maior produtor brasileiro, foram vendidos até agora, quando a média é de 20%. Em anos de safra boa, como em 2008, esse percentual chegou a 33%, segundo a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar)". Entre as razões para o encalhe está a preocupação com a qualidade da safra paranaense, que não estaria com características que permitem seu uso para fabricação de farinha de panificação. O segmento é responsável por 60% do consumo de farinha no Brasil. Além disso, os vizinhos do Mercosul devem ter excedente exportável bem maior do que no ano passado, o que mantém os moinhos confortáveis para postergar compras.

"Já está mais barato para um moinho de São Paulo trazer trigo do Paraguai, cuja colheita é realizada agora, junto com o Brasil e a qualidade é equivalente, do que comprar no interior do Paraná", diz Élcio Bento, da Safras & Mercado. Ele explica que uma tonelada de trigo paraguaio chega ao moinho em São Paulo a R\$ 540. Já o cereal paranaense tem de sair do interior do Paraná a R\$ 460 para chegar a São Paulo com o mesmo valor. "No entanto, os produtores lá continuam pedindo preços acima de R\$ 480 e, por isso, o mercado está travado", completa o analista.

Segundo Fabiana Costa (op. cit.), outro fator de pressão sobre o trigo nacional é a oferta de trigo argentino - o que eleva a possibilidade de encalhe da safra brasileira. Segundo estimativa da Safras & Mercado, nesta temporada o excedente exportável de trigo nos países do Mercosul, exceto o Brasil, será de 6,7 milhões de toneladas, número que foi de 3,75 milhões de toneladas no ciclo passado. Isso porque nesta safra, a 2010/11, a produção na Argentina, Uruguai e Paraguai deve crescer substancialmente para 14,3 milhões de toneladas, ante as 10,8 milhões de toneladas de 2009/10. Além disso, há reclamações, ainda que pontuais, da qualidade do trigo do Paraná. De acordo com Lawrence Pih, presidente do Moinho Pacífico, um dos maiores da América Latina, o trigo nacional está com bom aspecto, devido ao clima favorável durante a safra. No entanto, o índice de força de glúten - fundamental para farinhas que se destinam à panificação - está abaixo do necessário. "Estamos garimpando

trigo com alta força de glúten. A maior dificuldade é que não há segregação do cereal, conforme suas características. Assim, o bom e o ruim vão para uma vala comum”, diz Pih.

A soja, que nas últimas safras vinha apresentando crescimento, na nova safra apresenta um pequeno decréscimo de 68 mil toneladas. Esta safra está sendo plantada com certo atraso na região Centro-Oeste, até 30 de setembro, segundo a CONAB, praticamente não havia sido iniciado o plantio.

Algumas áreas do Centro-Oeste estão sem chuva há mais de 120 dias e a expectativa é de que as primeiras precipitações ocorram na primeira semana de outubro, a tempo de permitir que os agricultores cumpram o calendário agrícola. (Folha de São Paulo, Lauro Veiga Filho, 13/10/2010).

Por culpa do fenômeno La Nina, causado pelo resfriamento das águas do Pacífico, “a agricultura brasileira enfrentará um ano mais seco”, confirma Alexandre Mendonça de Barros, da MBAgro, com possíveis consequências - principalmente para as lavouras perenes.

A ocorrência do fenômeno climático La Niña é um fator que costuma gerar tensão no agronegócio brasileiro e sustentar preços de grãos mais altos, diante dos riscos de quebra de safra. Neste ano, não tem sido diferente, mas um estudo do banco holandês Rabobank - cruzando a produtividade agrícola e a ocorrência do La Niña desde 1976 — mostra pouca ou nenhuma ligação entre os dois fatores. “O mercado está exagerado nas projeções de impacto no Brasil”. (Brasil Econômico 07/12/2010 Luiz Silveira).

Nos últimos 35 anos, houve safras em que a produtividade média em anos de La Niña ficou até acima da linha de tendência. Muito diferente de reduzir as chuvas no Centro-Sul do país, como popularmente se imagina, o La Niña altera a distribuição geográfica do regime de chuvas, bem como sua sazonalidade (Luiz Silveira, op. cit.).

Para as carnes (Daniel Popov, Valor, 19/10/2010) avicultores e suinocultores apostam na estabilidade de produção para 2011, mesmo diante da iminente falta de carne bovina no mercado brasileiro. Para a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABACENS), o intuito do setor para os próximos anos é o incentivo ao consumo da carne de porco no mercado interno. Já os criadores de frango miram a abertura de novos mercados de consumo, como a Índia e a Indonésia, para saltar em três anos para a segunda colocação mundial no ranking de produção.

Números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados no Valor (16/12) mostram que o rebanho bovino brasileiro cresceu 1,5% em 2009 sobre 2008, atingindo 205,3 milhões de cabeças no ano passado, mas os abates caíram — situação que reflete no preço da carne, já que o mercado está carente de animais prontos para o consumo. O abate de animais em 2009 totalizou 28,063 milhões de cabeças, contra 28,69 milhões de cabeças registradas em 2008. A cotação da arroba superou a marca de R\$ 100 por arroba.

A estiagem prolongada até o fim de setembro ainda está afetando a recuperação das pastagens no Centro-Oeste e pode provocar atraso de mais de um mês na oferta de boi de pasto pronto para abate, o que deve contribuir para manter os preços em patamares elevados no mercado interno. Analistas do setor sustentam que a normalização só deve ocorrer a partir de janeiro, um cenário que contribui para manter os preços da arroba que atingiram recordes neste ano - nas alturas.

Para o analista Fernando Henrique Iglesias, da consultoria Safras & Mercado, a tendência é que a carne suína ganhe mais destaque na falta da carne de boi. “A tendência é que a carne de porco ganhe mais espaço, e valorização também, os preços também acabarão aumentando”, disse.

Um dos casos mais problemáticos é a laranja. A produção de laranja, estimada antes em 286 milhões de caixas -251 milhões para a indústria-, não deverá ocorrer mais. A Cutrale prevê quebra de pelo menos 5% nesse volume (Jornal Valor, 19/09/2010).

A produção de laranja na região de Ribeirão Preto recuou 17,5% na atual safra em comparação à anterior. A região é o maior parque citrícola do Estado de São Paulo, com cerca de 30% da produção. Houve queda também no Estado, mas em proporção menor: 11,7%. Isso ocorreu, principalmente, por causa da erradicação de pés em produção devido ao surgimento de doenças como o “greening” (Valor Venceslau Borlina Filho, 23/11).

Também influenciou a desistência de produtores, desestimulados com os baixos preços da fruta. Nos seis EDRs (Escritórios de Desenvolvimento Rural) da região, o total de pés em produção foi de 66,83 milhões na safra 2009/10, ante 68,99 milhões da safra anterior. Os dados são do IEA (Instituto de Economia Agrícola), órgão da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

O índice de greening nos laranjais da região, a principal produtora do país, aumentou cerca de 60% desde o ano passado. Os dados são de um novo estudo feito pelo Fundecitrus (Fundo de Defesa da Citricultura), que avaliou a situação em 93 mil talhões paulistas.

O greening é a pior doença de citros, não tem cura e provoca a “morte econômica” da planta. Do total de talhões avaliados, 36 mil apresentaram contaminação - cada talhão representa, em média, 2.000 árvores. (Valor, op. cit.).

A região central do Estado, onde se encontra a maior área citrícola e estão grandes municípios produtores como Araraquara e Matão, é a mais afetada, com 61,7% dos talhões contaminados.

“O que se observa é um raio de crescimento da doença partindo de Araraquara e, a partir daí, a sua disseminação pelos municípios vizinhos”, afirmou Cícero Augusto Massari, gerente técnico do Fundecitrus (Valor, op. cit.).

O presidente da Associtrus (Associação Brasileira de Citricultores), Flávio de Carvalho Pinto Viegas, classificou a disseminação da doença nos laranjais da região como “uma ameaça seríssima”. “O greening avança de forma consistente e vai colocar em risco o futuro da citricultura, sobretudo porque não há formas de erradicá-lo”, afirmou Viegas.

A única forma de controlar a doença é a eliminar as árvores afetadas. Essa foi a alternativa encontrada pelo produtor José Osvaldo Junqueira Franco, de Bebedouro.

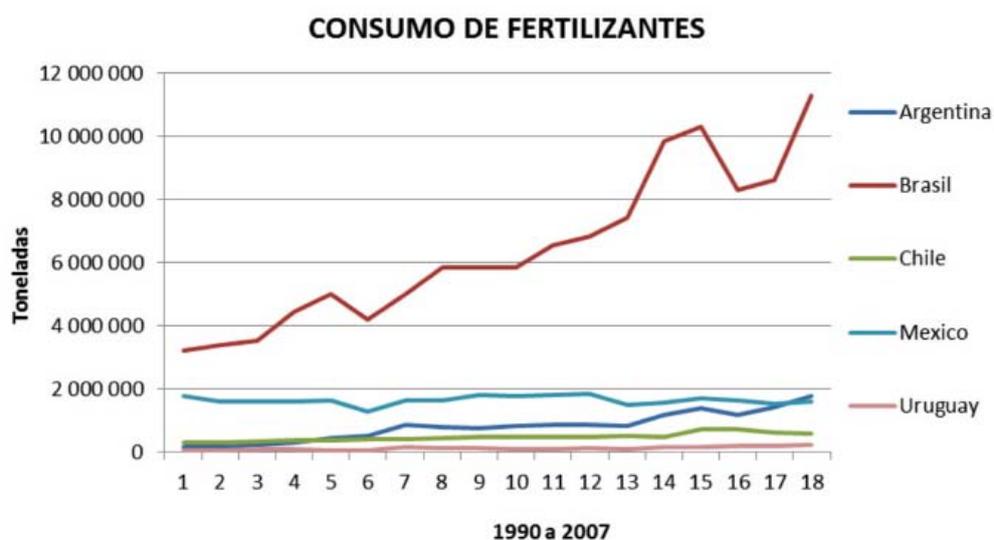
Dos 60 mil pés de laranja plantados neste ano pelo produtor, cerca de 3 mil (5%) tiveram de ser sacrificados.

Segundo Cícero Massari, do Fundecitrus, embora a erradicação do greening seja impossível, o controle pode ser feito com medidas preventivas como a compra de mudas saudáveis e a pulverização contra o inseto vetor. No entanto, segundo ele, essas ações devem ser tomadas pelos produtores de forma conjunta e, preferencialmente, no mesmo período. (Valor op. cit.).

O cacau, contrariamente, está numa boa fase de produção. A safra de cacau na Bahia, que vai de maio a setembro, deverá ser pelo menos 20% maior que a do ano passado. (Agronegócios, 23/10/2010).

O Consumo de fertilizantes explica em parte o aumento da produção em alguns produtos, como a soja, que teve aumentos de produtividade na safra de 2010. Este fenômeno acontece em toda América Latina, embora com maior força nos países que se destacam no gráfico abaixo. São o Brasil, a Argentina, o México, o Chile e o Paraguai. Neste grupo de países, os avanços maiores em termos de produtividade aconteceram em função do uso mais intensivos de fertilizantes químicos, pesticidas, fungicidas, inseticidas, sementes selecionadas, transgênicos e uso de irrigação.

Gráfico 6 - Consumo de fertilizantes em países selecionados da América Latina



Fonte: Elaboração Própria com dados do Anuário Estadístico de América Latina e Caribe, 2009 da CEPAL.

No caso dos fertilizantes químicos fica evidente a disparidade no seu uso entre Brasil por um lado e Chile, Argentina, México e Uruguai por outro. Os últimos quatro países citados, e principalmente Argentina e Uruguai, possuem solos bons, ricos em húmus e nutrientes, que não exigem a aplicação de tantos fertilizantes. No caso do Brasil, onde predominam latossolos amarelos e vermelhos, de qualidade inferior aos anteriores, a agricultura é exigente em fertilizantes, levando o país a usar quase 12 milhões de toneladas em 2008, entre fosfatos, potássios e nitrogenados, principalmente, segundo os dados da CEPAL.

LIMITANTES AO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA EM 2011.

FERTILIZANTES IMPORTADOS

Os preços dos fertilizantes e de suas matérias-primas, no entanto, voltaram apresentar tendência de elevação no mercado mundial. O cenário que se desenha à frente traz certa intranquilidade ao campo, porque uma parte dos produtores terá que ir ao mercado para encomendar o insumo e a dependência do Brasil em relação a importações representa um gargalo que não será superado tão cedo.

Entre julho e agosto, anota o pesquisador Mauro Osake, do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), os preços da ureia subiram 14,9% no porto de New Orleans (Estados Unidos) e 10,3% no Oriente Médio. O sulfato de amônia experimentou salto de 16% na Rússia, enquanto os produtos fosfatados subiram 12,9% também em New Orleans.

Gleise de Castro, do Valor (12/10/2010), mostra que Brasil apesar de ter alcançado o posto de terceiro maior exportador de alimentos, ainda depende da importação de matérias-primas para obter um insumo essencial à sua produção agrícola: os fertilizantes. No caso dos nitrogenados, as importações são de 70% da quantidade consumida, enquanto as de potássio chegam a 90% da demanda dos agricultores. O fósforo é o produto que menos depende de compras externas, mas elas chegam a 50% da demanda interna.

De acordo com dados da Associação Nacional para a Difusão de Adubos (Anda), entre janeiro e agosto deste ano foi importado o total de 8,9 milhões de toneladas, 41,6% mais do que em igual período de 2009, um aumento que reflete a retomada agrícola depois da crise econômica. Em 2008, ano parcialmente afetado, as importações foram de 15,4 milhões de toneladas.

Logística: Mauro Zafalon do Estado de São Paulo (15/10/2010), mostra que a região Centro-Oeste esgotou a capacidade de escoamento da produção por causa da falta de estradas, ferrovias e hidrovias adequadas. Dependente do transporte rodoviário, a região desova boa parte da produção por portos de Sul e Sudeste, o que retira renda e competitividade do produtor.

Ferrovias, pavimentação de rodovias, hidrovias e aceleração de obras em portos estratégicos são vitais para o setor continuar respirando.



7. REARRANJOS PRODUTIVOS: CONCENTRAÇÕES, FUSÕES E ANEXAÇÕES DE EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO

O Governo Brasileiro deverá conviver com uma onda crescente de fusões e aquisições devido ao aquecimento da economia, depois dos efeitos da crise americana que teve início em setembro de 2008. Essas fusões deverão ser mais complexas porque a concentração tende a aumentar em vários mercados. Com isso, diversos setores da economia terão cada vez mais um número menor de empresas competindo.

Para completar esse cenário, o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva incentivou a formação de “campeãs nacionais” - grandes empresas que, com o apoio financeiro do governo, através de recursos do BNDES, realizaram fusões e aquisições e passaram a ser ainda maiores do que eram antes. Isso ocorreu, por exemplo, no setor de telefonia, com a compra da Brasil Telecom pela Oi.

Em 2010 aconteceram importantes transformações em diversos setores do agronegócio brasileiro, com especial ênfase nos segmentos de cereais, carnes, leite e terras, como se verá a seguir.

CEREAIS

A Cargill, que opera em 66 países, entre os quais o Brasil, e é uma das principais companhias globais em comercialização de commodities, produção de biocombustíveis e processamento de alimentos. Ela detém 64% da Mosaic - grande produtora de fosfatos e potássio. No Brasil, a Cargill fechou no final de setembro a compra da linha de produtos à base de tomate da Unilever no País, que inclui as marcas Pomarola, Tarantella, Elefante e Pomodoro. O negócio foi calculado em aproximadamente R\$ 600 milhões e deve ser finalizado até o fim do ano, a depender da aprovação de autoridades reguladoras.

A Cargill está entre as maiores indústrias de alimentos e uma das 15 maiores empresas do País, e também a principal exportadora de soja do País e a maior processadora de cacau da América Latina. Sediada em São Paulo, a operação brasileira possui unidades industriais, armazéns, escritórios e terminais portuários em cerca de 120 municípios, onde trabalham 6 mil funcionários. (Valor 14/10/2010)

ARROZ

Fernando Lopes da Folha de São Paulo (12/10) mostra que uma empresa arroseira, a Camil Alimentos cumpriu mais uma etapa de um projeto de expansão que ganhou força a partir de 2007 e adquiriu uma indústria de arroz em Itapecuru Mirim, no norte do Maranhão. Com unidades de produção de arroz branco e parbolizado e também capacidade total para 60 mil toneladas por ano, a unidade pertencia ao grupo maranhense B.B. Mendes, do empresário Benedito Bezerra Mendes, que segue com outros negócios, inclusive na área de cerâmicas. O negócio também abraça as marcas Arroz Bom Maranhense e Saboroso.

O valor da operação não foi divulgado, mas segundo Luciano Quartiero, diretor financeiro da Camil, com a compra da fábrica no Maranhão os investimentos realizados pela companhia em expansão de capacidade e aquisições já somam R\$ 400 milhões desde 2007. Naquele ano, o grupo brasileiro comprou a Saman, maior empresa de arroz do Uruguai e grande exportadora. Em 2008, ganhou musculatura no Rio Grande do Sul, maior Estado produtor do cereal do Brasil, e em 2009 adquiriu a Tucapel, líder no Chile.

Até agora, a Camil atendia à demanda do Nordeste por meio de uma unidade em Recife (PE), com capacidade também para 60 mil toneladas por ano, e filiais de distribuição em São Luís, Fortaleza, Maceió e Salvador.

Com a expansão, a Camil estima que a participação do Nordeste em seu faturamento no Brasil poderá chegar a 25%. Em 2009, as vendas totais no país somaram R\$ 1 bilhão, enquanto as receitas oriundas das frentes no exterior representaram outros R\$ 500 milhões. Em 2010, a expectativa é repetir o resultado total. Do faturamento, que dobrou de 2007 para cá, as linhas de arroz respondem por 80%, enquanto as vendas de feijão, também crescentes, ficam com 15%.

Outros produtos compõem os 5% restantes. Incluindo o Maranhão, a Camil conta com 12 plantas no Brasil, nove no Uruguai e três no Chile. Segundo Quartiero, a prospecção que a empresa continua fazendo no Brasil e em outros países da América Latina deverá render novos frutos nos próximos 12 a 18 meses.

CAFÉ

A americana Sara Lee, dona das marcas Pilão, Café do Ponto e Selete, fechou a compra do grupo paranaense Café Damasco por aproximadamente R\$ 100 milhões. Com o negócio, a multinacional reforça sua atuação nos mercados da região Sul do Brasil, onde tinha baixa penetração e a Damasco conta com as marcas Maracanã (PR), Negresco (PR) e Pacheco (RS).

A compra envolve, ainda, as marcas América (BA) e Palheta (RS), bem como as fábricas de Curitiba e de Salvador. As duas fábricas garantiam à Damasco uma capacidade de produção de 5,6 milhões de quilos por mês e a colocava como a sétima maior do Brasil. (30/11/2010, Valor, Alexandre Inácio).

AÇÚCAR E ÁLCOOL

Luiz Silveira do Brasil Econômico (10/10/2010) mostra como a recuperação da economia acelerou o ritmo da consolidação no agronegócio brasileiro em 2010. O número de fusões e aquisições envolvendo empresas brasileiras do setor, principalmente de açúcar, álcool e de proteína animal, dobrou em comparação entre os períodos de janeiro a setembro de 2009 e de 2010, aponta um levantamento da KPMG realizado a pedido do Brasil Econômico. Foram 28 operações no acumulado de nove meses de 2010, ante 14 anunciadas no mesmo período do ano passado.

Há cerca de 400 empresas na atividade sucroalcooleira e a maior delas, a Cosan, tem menos de 10% do mercado. “O setor é muito pulverizado, exige muito capital e há grandes empresas como Petrobras e Shell investindo, por isso não existe limite para o processo de concentração”, diz Castello Branco.

O ano de 2010 foi marcado no segmento pelo início do que alguns agentes do mercado chamam de “era das petroleiras”, com a forte entrada das companhias petrolíferas na produção de etanol. A Petrobras comprou participações minoritárias relevantes na Açúcar Guarani, do grupo Tereos, e na Usina Boa Vista, do grupo São Martinho. Já a Shell fechou um acordo para criar uma joint venture de US\$ 12,3 bilhões com a Cosan.

Outro grande negócio anunciado neste ano e que está avançando é a incorporação da Brenco pela ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht. A Brenco tinha quatro projetos de usinas em andamento, mas seu endividamento impediu a continuidade por conta da crise financeira internacional. “No fim do mês entra em operação a usina Alto Taquari, a segunda da Brenco, e no terceiro trimestre de 2011 entram as outras duas”, diz o presidente da ETH, José Carlos Grubisich.

Com nove usinas em operação em 2012, a ETH superará as 40 milhões de toneladas de cana e os 3 bilhões de litros de etanol. “A incorporação da Brenco antecipou em três anos o nosso plano de negócios”, afirma Grubisich. Depois de colocar as usinas da Brenco em operação, a ETH estuda tocar outros projetos de novas unidades das duas empresas.

A companhia francesa de açúcar e álcool LDC-SEV tem 13 usinas em SP que são a base sobre a qual a empresa deve sustentar sua nova rodada de expansão em açúcar e álcool, que terá, portanto, boa parcela de crescimento orgânico.

Somente potencializando os ativos industriais já existentes, a LDC-SEV tem condições de incrementar de 30% a 35% sua capacidade de moagem de cana, diz o executivo, o que significa adicionar à capacidade total de 12 milhões a 15 milhões de toneladas.

Os cinco maiores grupos detêm apenas 25% do setor sucroalcooleiro. Em processamento de soja, esse percentual é de 64%, em papel e celulose é de 73% e em suco de laranja, de 92%, compara. Tudo isso para concluir que ainda há muito o que avançar na consolidação do segmento de açúcar e álcool. (Alda do Amaral Rocha, Valor, 12/10/2010).

Fabiana Batista, do Correio Braziliense (1/10/2010) revela que o fundo de privateequity FIP Terra Viva, administrado pela DGF Investimentos, comprou 32% da usina Paraíso Bioenergia, de Brotas (SP). Foi a terceira usina adquirida neste ano pelo fundo, que passa agora a deter participação em ativos que somam capacidade de moagem de 8 milhões de toneladas de cana. Dos R\$ 300 milhões previstos para serem investidos no setor sucroalcooleiro, entre R\$ 150 milhões e R\$ 200 milhões já foram aplicados na aquisição dos três ativos, afirma Humberto Casagrande, sócio da DGF Investimentos.

Segundo Batista (op. cit.), a comercialização de etanol no Brasil está cada vez mais concentrada. Estima-se que, no início dos anos 2000, cerca de 25% das vendas do biocombustível produzido no Centro-Sul do país nos mercados interno e externo estavam sob a tutela dos maiores grupos do segmento. Com a onda de fusões e aquisições e o fortalecimento de modelos de parcerias para a ampliação de escala que sacudiram a área de lá para cá, o percentual não para de aumentar.

Estimativas de mercado mostram que, na safra 2009/10, os sete maiores grupos de comercialização do mercado já representaram 61,4% das vendas. No ciclo atual (2010/11), a fatia nas mãos dos sete grandes será de 67%.

Diferentes fontes do segmento calculam que as usinas que vendem etanol em grupo chegam a ter custos logísticos entre 10% e 20% menores que as unidades que atuam isoladamente. As vantagens aparecem principalmente na contratação de frete e no compartilhamento de logística.

Essa aglutinação da oferta do biocombustível vem acontecendo, basicamente, de duas formas. A primeira e mais antiga é o modelo da Copersucar. Várias usinas se juntam - hoje o grupo tem 39 unidades associadas - e delegam à cooperativa as decisões sobre a melhor estratégia de venda. O segundo modelo mais usado é o que alavancou as empresas de comercialização. Esse ganhou fôlego a partir do início dos anos 2000, depois que o governo federal deixou de regular os mercados de açúcar e álcool, em processo iniciado na década de 90.

Como parte desse processo, a Cosan comprou a Usina São José do grupo pernambucano Farias, localizada em Rio das Pedras, interior paulista, a 15 quilômetros de Piracicaba, segundo fontes próximas à operação. Localizada em região de forte presença canavieira, a Usina São José deve ser desmontada Eduardo Magossi - O Estado de S. Paulo.

A Copersucar, líder no comércio de açúcar e álcool no Brasil anunciou a extensão da parceria com a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), subsidiária da Vale, e pretende por nos trilhos 3 milhões de toneladas de açúcar até 2015.

Nos próximos cinco anos, 40% da produção brasileira de etanol estará nas mãos de estrangeiros. A projeção foi apresentada ontem pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) no Congresso Mundial do Etanol, que reúne em Genebra as maiores indústrias de biocombustíveis (Estado de São Paulo 4/11/2010). Projeção feita pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar em congresso na Suíça leva em conta a velocidade da entrada do capital estrangeiro no setor no País: participação de grupos de fora passou de 7% da produção em 2007 para os atuais 22%.

CARNES

No segmento de carnes, é a diversificação e a internacionalização das empresas brasileiras que fortalecem a tendência de consolidação. Nove das 27 fusões ou aquisições de 2010 ocorreram no setor. “Um exemplo emblemático foi a compra da divisão de vegetais congelados da Arcor na Argentina pelo Marfrig”, diz Castello Branco.

Na contramão dessa tendência aconteceu em setembro de 2009 a incorporação do Bertin pelo JBS, duas empresas brasileiras focadas em carne bovina. “O Bertin foi mais uma oportunidade do que propriamente uma estratégia”, afirma o presidente do comitê de estratégia empresarial do JBS, o ex-ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

A JBS também que fechou uma joint venture com a americana Jack Link’s para operar duas fábricas de beefjerky da JBS no Brasil. A Jack Link’s tinha acordo no Brasil, até 2008, com a International Food Company, de Itupeva (SP), que pediu recuperação judicial.

A Jack Link’s é líder no mercado de beefjerky - um snack de carne bovina defumada - nos Estados Unidos. Segundo a JBS, as unidades que entram na joint venture estão localizadas em Santo Antônio de Posse e Lins, ambas no estado de São Paulo.

Conforme o acordo firmado, a JBS irá fornecer a matéria-prima para produção de beefjerky a preço de mercado e irá operar as unidades no Brasil em conjunto com Jack Link’s. Além disso, a JBS venderá os produtos semi-processados para Jack Link’s reprocessar, embalar e distribuir nos EUA e outros destinos. No entanto, em 2010 a JBS vem passando por sérios problemas: brigas públicas com o sócio de sua operação italiana, fechamento de fábricas na Argentina e o iminente pagamento de uma espécie de multa de 500 milhões de reais referente a um empréstimo feito pelo BNDES para a compra da americana Pilgrim’s Pride.

A Marfrig Alimentos, por outro lado, anunciou a conclusão da aquisição da empresa americana KeystoneFoods. Em rápida conversa com o Valor, em jantar promovido pela Marfrig na capital argentina, Dean disse que as complementaridades entre Marfrig e Keystone foram o principal atrativo para a realização do negócio. Segundo ele, a aquisição pela empresa brasileira, a qual tem a matéria-prima para os produtos que a Keystone fabrica, permitirá que a companhia americana avance - o que seria mais difícil sozinha.

A Keystone, que faturou US\$ 6,4 bilhões em 2009, desenvolve, produz e distribui alimentos à base de carnes de aves, peixes, suínas e bovinas, para o “foodservice”. É a maior fornecedora da rede McDonald’s no mundo e tem forte presença na Ásia, um mercado em crescimento. Fornece também para Campbell’s, Subway, ConAgra e YumBrands.

O executivo admitiu que outras grandes empresas de carne mostraram interesse na Keystone. Mas a Marfrig levou vantagem pela complementaridade que tem com a companhia, afirmou.

A Marfrig anunciou a aquisição da Keystone em junho, por US\$ 1,26 bilhão. Para financiar a compra da empresa americana, a brasileira emitiu R\$ 2,5 bilhões em debêntures conversíveis em ações. De acordo com a Marfrig, os resultados da Keystone serão incorporados aos seus a partir do quarto trimestre deste ano. A receita estimada da Marfrig em 2010, incluindo a Keystone, é de US\$ 15,4 bilhões.

Com a Keystone, a Marfrig passa a ter 151 unidades produtivas, comerciais e de distribuição em 22 países e nos cinco continentes. Terá um total de 85 mil funcionários. Nos últimos quatro anos, a Marfrig, que tem participação de 13,89% do BNDES em seu capital, fez 40 aquisições, no Brasil e no exterior. (Valor, agronegócios, 16/10/2010).

LÁCTEOS

Duas negociações atualmente em curso podem concentrar de vez o setor de lácteos no país, num movimento comparável ao que já se verificou no de frigoríficos de carne bovina. Se concretizadas, a fusão entre Leitbom e Bom Gosto e a união de quatro grandes cooperativas de laticínios nacionais - entre elas a Itambé - levarão à criação de duas empresas com captação de leite em níveis semelhantes aos de Nestlé e Brasil Foods (resultado da união entre Perdigão e Sadia), hoje as líderes nesse quesito no mercado brasileiro. (Alda do Amaral Rocha e Sérgio Bueno Valor 15/09/2010).

Serão então, segundo especialistas, quatro grandes empresas com captação, cada uma, na casa dos dois bilhões de litros de leite por ano. Isso significa que cada companhia captará 10% do mercado de leite formal do Brasil. Esse mercado é estimado em 20 bilhões de litros por ano pela Leite Brasil, associação que reúne produtores de leite.

Bem distantes dessas "gigantes" no ranking estarão os laticínios de porte médio, com captação entre 300 milhões e 400 milhões de litros de leite por ano.

Segundo Bueno (op. cit.), as negociações entre a gaúcha Bom Gosto e a GP Investimentos, controladora da Monticiano (dona da marca Leitbom), começaram no fim do primeiro semestre, meses depois de a Monticiano formar consórcio com a Laep Investments, controladora da Parmalat. De acordo com fontes do setor, o BNDES também participa nas conversas entre Leitbom e Bom Gosto. O braço de participações do banco de fomento, o BNDESPAR, tem hoje 34,6% do capital da Bom Gosto.

FRUTAS

Levantamento da Secretaria da Agricultura de São Paulo apresentado a citricultores e indústrias de suco mostra que os grandes produtores da fruta, aqueles que têm mais de 200 mil plantas em seus pomares, já dominam 33% do parque citrícola total do Estado, o maior do mundo.

Apesar de serem proprietários de apenas 166 propriedades (0,85% do total), esses grandes produtores têm mais de 80 milhões de árvores. Enquanto isso, os pequenos citricultores, aqueles cujos pomares têm no máximo 20 mil plantas, estão distribuídos por quase 17 mil propriedades (87% do total), mas abrigam apenas 28% do total de árvores.

As diferenças de número de propriedades e de plantas ficam a cargo dos citricultores que possuem de 20.001 a 200 mil plantas. É consenso do segmento que grande parte dessas propriedades maiores é das próprias indústrias exportadoras de suco radicadas no estado ou de produtores que fornecem com exclusividade para as empresas.

A concentração é um dos temas que deverão ser tratados quando for criado o Consecitrus, ambiente para que citricultores e indústrias resolvam suas diferenças de preços e afins, no dia 25. (FL)
O setor de citricultura busca a formação de um conselho para a cadeia (Consecitrus). Nas discussões, foram apresentados custos de produção da laranja tanto pelos produtores quanto pelas indústrias. Estas também têm grande participação na produção da fruta.

Os números sobre os custos dos produtores e da indústria foram similares para a caixa de laranja. Não foram apresentados ainda os custos de processamento industrial. João Sampaio, secretário paulista de Agricultura, quer consolidar o estatuto do conselho até o final deste mês (01/10/2010. Valor: 07/10/2010).

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Segundo a Folha de São Paulo, 1/10/2010, o Grupo Noble, organização de origem asiática, inaugurou o primeiro terminal portuário para movimentação de commodities agrícolas em Santos, maior complexo portuário do país.

Pelo terminal, que recebeu investimento de US\$ 100 milhões, o Noble vai movimentar 2,3 milhões de toneladas de açúcar, milho, soja e farelo. Para a empresa, o negócio representa um passo importante na conexão entre o Brasil e o mercado asiático.

“Esse terminal será uma ponte entre o país e os mercados da Ásia”, afirma Tobias Brown, presidente executivo do Noble.

O terminal, um velho galpão ao lado dos terminais de açúcar em Santos, foi reconstruído. O projeto exigiu a desmontagem do antigo armazém e a construção de um novo, com capacidade para 90 mil toneladas de carga.

A previsão da Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo), administradora do porto, é movimentar 94 milhões de toneladas.

Terras: O parecer da Advocacia Geral da União (AGU) que limita a compra de terras rurais por investidores estrangeiros e empresas com controle fora do país levou à suspensão de pelo menos R\$ 6 bil-

hões em investimentos florestais no Brasil. A estimativa é da Associação Brasileira de Florestas Plantadas (Abraf) e leva em conta aportes congelados por fundos de investimento - somente um deles cancelou a aplicação de US\$ 250 milhões -, de produtoras de celulose, papel e painéis de madeira e siderúrgicas, ou fornecedores dessas companhias, que investem em florestas plantadas para produção de carvão vegetal. (Estado de São Paulo, Stella Fontes | F. de São Paulo).

Empresas e fundos do exterior estão congelando investimentos no país em florestas, agricultura e cana-de-açúcar em função da aprovação da lei de terras para estrangeiros. A STCP Engenharia, de Curitiba, informa que a medida resultou na suspensão de cinco projetos florestais e agrícolas. Juntos, eles somam US\$ 3,2 bilhões, sendo que US\$ 700 milhões seriam destinados à implementação de indústrias.

A STCP é uma das maiores empresas florestais do mundo e atua em 36 países. Segundo seu vice-presidente, Joésio Siqueira, um dos projetos estava sendo feito no Tocantins e envolvia o uso de 180 mil hectares de reflorestamento para a produção de celulose e chapas de madeira. Outro se refere a 50 mil hectares para cultivo de soja no Piauí. Ele citou ainda dois projetos na Bahia, de 150 mil hectares para florestas e 190 mil hectares para cana, com indústria para etanol, além de projetos de reflorestamento no Mato Grosso do Sul.

A Radar de combustíveis, no entanto, negocia a compra de 60 fazendas localizadas no Cerrado brasileiro e no Estado de São Paulo, em transações que podem chegar a US\$ 800 milhões. Juntas, essas propriedades somam uma área de 350 mil hectares. As negociações estão a cargo da Radar, empresa de terras criada em 2008 e na qual a gigante tem uma fatia de 18,9%. Nos últimos dois anos, a Radar adquiriu 180 fazendas em São Paulo, Mato Grosso, sul do Maranhão e oeste da Bahia. São 84 mil hectares no total, que demandaram investimentos de US\$ 440 milhões, conforme Ricardo Mussa, principal executivo da empresa de imóveis rurais. (Valor 04/11/2010 Fabiana Batista).





8. GESTÃO DOS TERRITÓRIOS, AGRICULTURA E BEM ESTAR RURAL

8.1. O contexto contemporâneo da pobreza rural no Brasil

A sociedade e economia brasileira sofreram profundas transformações estruturais nas últimas duas décadas, que incluem desde mudanças nas instituições em geral, na estrutura produtiva, no padrão de organização tecnológica, na dinâmica demográfica. Essas se associaram à configuração e redefinição dos espaços e territórios (naturais e criados socialmente). Neste processo, a natureza e sentido da ruralidade mudaram como consequência da aproximação com maior interação geográfica, econômica e cultura entre o rural e o urbano. Nesse sentido, a expansão da infraestrutura de transporte contribuiu para dinamizar estas transformações, bem como favoreceu a intensificação dos fluxos populacionais e informacionais no interior do território nacional.

As políticas públicas sociais de garantia de renda permitiram a incorporação de milhões de pessoas residentes no meio rural ao mercado interno, mais característico do setor urbano. Também, as políticas de saúde, eletrificação e educação tiveram impactos importantes sobre as condições de vida da população rural.

O crescimento das pequenas cidades com a reinteração da população rural tem expressado a aproximação entre campo e cidade, bem como das relações entre si estabelecidas, com efeitos importantes sobre as condições e o modo de vida da população rural.

Esse quadro geral de transformações e suas implicações no meio rural apontam uma mudança significativa na magnitude e natureza da pobreza rural no Brasil, posto que este segmento da população continua sendo expressivo.

Análises recentes informam tanto a queda da pobreza como da redução da desigualdade econômica no campo. Tudo indica que além da redução, a pobreza rural está mudando de cara e de dinâmica reprodutiva. A importância social destes movimentos requer a construção de novas políticas que possam reforçar o movimento positivo e recente

de transformação social no campo. Por outro lado, deve-se considerar a diversidade regional e sociocultural do meio rural, inclusive levando em conta comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, ribeirinhos, vazanteiros, caiçaras, entre outros. Ainda nesse contexto de diversidade é preciso tomar em conta também as famílias de assalariados rurais que se encontram abaixo da linha de pobreza. Essas especificidades apontam a necessidade que as ações públicas de enfrentamento da pobreza rural tenham um foco mais adequado e uma diversidade de instrumentos compatíveis com as necessidades e as potencialidades sócio-econômicas de cada um dos segmentos mencionados.

Historicamente, o meio rural concentrou o maior número e maior proporção de pobres. Esta situação mudou nos anos 90, quando o número de pobres vivendo nas cidades — mais precisamente nas metrópoles— superou os pobres rurais. Os estudos mais recentes indicam significativa redução da pobreza em geral. Tendência que pode permitir ter a expectativa de superação da pobreza extrema em um futuro não tão distante, mas que depende da continuidade e da boa gestão das políticas sociais.

Ainda assim, e independente das controvérsias metodológicas que envolvem desde a própria definição do urbano e rural no Brasil a dos critérios para mensurar a pobreza, é possível fazer algumas. Entre as quais as seguintes: (i) a redução da pobreza é diferenciada entre os diversos espaços rurais, urbanos e rurbanos; (ii) o perfil da pobreza também sofreu profundas transformações nas últimas décadas e também é diferenciada entre os diversos espaços e territórios; (iii) o próprio significado da pobreza se modificou radicalmente, o que, do ponto de vista dinâmico, traz implicações relevantes para as políticas públicas; (iv) a dinâmica da reprodução da pobreza rural também sofreu profundas alterações que se rebatem sobre as políticas e sobre o desenvolvimento do meio rural e urbano; (v) a superação da pobreza dependerá ainda de um crescimento robusto com fortalecimento do mercado de trabalho rural e manutenção do processo de distribuição de renda; (vi) a continuidade do processo dependerá da definição e gestão adequadas de políticas públicas específicas de combate à pobreza, mas também de outras políticas sociais e econômicas.

Até um passado bem recente, o meio e a pobreza rural estavam profundamente associados à atividade agropecuária; o pobre rural era fundamentalmente identificado com o trabalhador rural sem terra, sub-ocupado e sub-remunerado; e com o pequeno produtor rural minifundiário, sem acesso aos meios de produção necessários para gerar rendimentos para que assegurassem a reprodução da família em condições adequadas. A própria pobreza era identificada, mensurada e analisada sob o prisma do déficit ou insuficiência de renda. No entanto, sabe-se que a pobreza é um fenômeno multidimensional que vai muito além de uma carência específica. Neste sentido, o status de pobre é influenciado por muitos fatores, que afetam não apenas as condições presentes de vida como o próprio futuro das pessoas. Para Amartya Sen, “a pobreza se expressa como privação de capacidade para realizar projetos pessoais, ou simplesmente para desenvolver-se como Ser dentro das possibilidades que estão ao alcance de outros na mesma sociedade. Esta categoria vai além da falta de material ou de capacidades humanas, e envolve uma evidente dimensão social e histórica que baliza a importância da privação e qualifica a própria capacidade.”

8.2. Estratégias e programas de enfrentamento da pobreza rural

Tomando em consideração a magnitude e a diversidade de situações da pobreza rural e da agricultura familiar no Brasil, o governo federal formulou e executa um conjunto de políticas e programas que buscam atender às especificidades desse universo.

Nesse sentido, as principais iniciativas do governo na perspectiva de resolução dos problemas de pobreza rural podem ser visualizadas nas seguintes dimensões: (i) acesso à alimentação; (ii) fortalecimento da agricultura familiar; (iii) geração de renda; e (iv) articulação, mobilização e controle social.

1 - Acesso à alimentação

- 1.1. Bolsa Família;
- 1.2. Alimentação escolar (PNAE);
- 1.3. Implantações de cisternas;
- 1.4. Redes de equipamentos públicos de alimentação e nutrição;
- 1.5. Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos;
- 1.6. Apoio à agricultura urbana;
- 1.7. Alimentação e nutrição dos povos indígenas;
- 1.8. Educação alimentar, nutricional e para o consumo;

2 - Fortalecimento da Agricultura Familiar

- 2.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- 2.2. Garantia safra;
- 2.3. Seguro da agricultura familiar;
- 2.4. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- 2.5. Promoção do acesso a terra: reforma agrária e crédito fundiário;

3 - Geração de renda e inclusão produtiva

- 3.1. Programa de qualificação social e profissional;
- 3.2. Promoção da economia solidária e inclusão produtiva;
- 3.3. Promoção de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADS);
- 3.4. Programa de Organização Produtiva de Comunidades Pobres (PRODUZIR);
- 3.5. Desenvolvimento de cooperativas de catadores de resíduos sólidos;
- 3.6. Programa de microcrédito produtivo orientado;

4 - Articulação, mobilização e controle social

- 4.1. Criação de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);
- 4.2. Programa de Atenção Integral à Família (PAIF);
- 4.3. Programa de Educação cidadã e mobilização social;
- 4.4. Capacitação de agentes públicos para gestão dos programas de enfrentamento a pobreza;
- 4.5. Conselhos para o controle social dos programas de enfrentamento a pobreza;

8.3. Situação da segurança alimentar no Brasil

Documento elaborado pela Presidência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) qualifica a questão da segurança alimentar no Brasil da seguinte forma:

A capacidade de acesso aos alimentos pela população brasileira foi bastante ampliada com o aumento do poder de compra dos segmentos mais pobres, conforme demonstram as reduções havidas na desigualdade das rendas do trabalho (incluídos os benefícios previdenciários e assistenciais), no percentual de pobres e de indigentes, embora essas mazelas mantenham o Brasil na condição de um dos mais desiguais países do mundo.

O acesso aos alimentos viu-se seriamente afetado em várias partes do mundo no período de maior elevação dos preços internacionais. Apesar de ser um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos, o Brasil também teve significativa repercussão da alta internacional nos preços domésticos. O aumento anual dos preços ao consumidor da cesta básica de alimentos em 16 capitais, no período de auge da crise, variou de 27,24% a 51,85% entre Junho/07 e Maio/08. O custo médio de aquisição dessa cesta básica chegou a representar em dezembro/08, 57,18% do salário-mínimo oficial. Redução substantiva foi identificada, também, nos indicadores de fome e de desnutrição infantil expressos nas quedas da mortalidade infantil e dos déficits antropométricos. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) mostra uma redução de 44% na taxa de mortalidade infantil no período 1996-2006, enquanto que a prevalência de déficits antropométricos em crianças menores de 5 anos caiu de 13,4% para 6,8% na relação altura/idade e de 2,5% para 1,6% na relação peso/idade. Os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) mostram que a desnutrição em adultos (20 anos ou mais) reduziu de 9,5% (1975) para 4% (2003).

A primeira e única aplicação nacional da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), em 2004, constatou que havia segurança alimentar em 65,2% dos domicílios (33,7 milhões; 109,2 milhões de pessoas), e insegurança alimentar em 34,8% dos domicílios (18 milhões; 72,2 milhões de pessoas) assim distribuídos: 16% com insegurança leve (comprometimento da qualidade da alimentação), 12,3% com insegurança moderada (comprometimento da quantidade) e 6,5% com insegurança grave (ocorrência de episódios de fome).

Aguarda-se a publicação de aplicação mais recente da EBIA que deverá apresentar números melhores pelos impactos das políticas sociais. Em sentido inverso, temos a tendência de aumento do sobrepeso e obesidade, bem como da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, manifestações de insegurança alimentar resultantes da transição nutricional e epidemiológica em curso no Brasil e em muitos outros países do mundo, tendo o consumo alimentar entre suas causas principais. Em 2003, 40% da população adulta apresentavam excesso de peso, enquanto que a obesidade afetava 11,1%; sendo de 8,9% entre homens e de 13,1% entre as mulheres (POF). Já a PNDS/2006 constatou que 43% das mulheres brasileiras têm sobrepeso, e que 16% podem ser consideradas obesas.

É consenso entre analistas que as políticas públicas jogaram papel determinante nas melhorias observadas nos indicadores relacionados com a SAN, inclusive, no contexto crítico mais recente quando elas atuaram como anteparo aos impactos das crises alimentar e econômica. Para a preservação e ampliação da capacidade de acesso aos alimentos contribuíram a redução dos níveis de desemprego, mas também e decisivamente a recuperação continuada do valor real do salário-mínimo oficial e a preservação dos programas de transferência de renda. Justo destaque é dado à implantação e rápida expansão do programa Bolsa Família que chega a mais de 11 milhões de famílias, sem dúvida, o instrumento de maior alcance e impacto imediato sobre a condição alimentar (mas não só) das famílias mais pobres.

O acesso aos alimentos pelas crianças dessas famílias conta, também, com o aporte do Programa Nacional de Alimentação Escolar que passou por importante redefinição a partir da lei, sancionada em 2009. Essa lei deu novos rumos ao programa, entre outros, ampliando o atendimento para os estudantes do segundo grau e da educação de jovens e adultos (estimativa de 44 milhões de refeições diárias gratuitas) e obrigando a aquisição de ao menos 30% dos alimentos diretamente da agricultura familiar local ou regional.

Pelo lado da oferta, o peso da agricultura familiar no abastecimento do mercado interno desempenhou papel também importante. Mais do que isso, trata-se de famílias rurais que reúnem a dupla condição de apresentarem elevada incidência de pobreza e mesmo de fome (apesar do paradoxo), e de serem ofertantes ou produtores em potencial de alimentos. Os dados do censo de 2006 registram a existência de 4,367 milhões dos estabelecimentos agrícolas (84,4% do total) que podem ser classificados como familiares. Apesar de eles ocuparem apenas 24,3% da área total, devido à tradicional concentração da terra no Brasil, nesses estabelecimentos trabalham 74,4% do pessoal ocupado na agricultura (12,3 milhões de pessoas) e deles provém parte significativa e mesmo majoritária dos alimentos consumidos no país, entre os quais, a mandioca (87%), feijão (70%), milho (46%), arroz (34%), leite (58%), suínos (59%) e aves (50%).

8.4. Elementos a considerar na construção de uma agenda de políticas públicas para enfrentamento da pobreza rural no Brasil

A construção e a eficácia de uma agenda de políticas públicas dependem, entre outros fatores, de que os temas que a integram adquiram legitimidade social e reconhecimento pelas políticas públicas correspondentes. A propósito, ressalte-se que a busca ativa por erradicar a pobreza, ao menos em suas manifestações mais extremas, tem adquirido aceitação crescente na sociedade brasileira.

No Brasil, assim como em grande número de países latino-americanos, essa perspectiva passou a ocupar lugar destacado nas políticas públicas em várias áreas. Já não se questiona o decisivo e insubstituível papel do estado quando se trata do enfrentamento da pobreza e promoção do desenvolvimento. Contudo, sabe-se hoje ser igualmente importante o envolvimento de atores sociais os mais diversos, inclusive os grupos sociais e indivíduos a quem se destinam as ações e políticas públicas.

Confirmando a percepção sobre a ascensão do tema ao topo da agenda pública no Brasil, a erradicação da extrema pobreza foi incluída pela Presidenta Dilma Rousseff entre as prioridades principais do

programa do governo recém empossado. Para o que interessa mais de perto ao presente documento, não cabe dúvidas quanto ao lugar do enfrentamento da pobreza rural – espaço onde se observam os mais elevados índices de incidência da pobreza – na estratégia em fase de elaboração.

Durante o V Fórum, o debate sobre a construção da agenda de políticas para o enfrentamento da pobreza rural foi permeado por diversas questões, parte delas relativas às concepções mais gerais sobre o tema, parte tratando mais propriamente de políticas específicas. Assim, esta parte procurará agrupar o conjunto das questões abordadas seguindo essas duas lógicas que permearam os debates, bem como três desafios colocados aos panelistas, a saber: (a) articulação do enfrentamento da pobreza rural com o enfrentamento da pobreza em geral e da desigualdade social no Brasil; (b) papel dos modelos produtivos e da promoção da sociobiodiversidade na superação da pobreza rural; (c) construção de capacidades e dispositivos institucionais necessários.

1) Concepções sobre a temática da pobreza:

Parte-se da premissa de que o tema da pobreza deve ter como universo de análise o conjunto da sociedade, incorporando aos estudos as várias dimensões envolvidas na condição de ser pobre. Além disso, já foi mencionado que a pobreza é multifacetada pois o universo daqueles considerados pobres é bastante heterogêneo. Destaques foram dados aos fatores de exclusão e de negação dos direitos coletivos dos cidadãos, bem como à destruição dos recursos naturais resultante do atual modelo de desenvolvimento que gera muita riqueza e limita as soluções para o problema da pobreza.

Esse enfoque reforça a conexão entre pobreza e direitos humanos, para o quê contribuiria a transformação dos territórios em espaços de cidadania e de promoção da justiça social. Isso implica a realocação ou re-territorialização do poder político, conferindo protagonismo aos atores e espaços locais, bem como redefinir o próprio papel dos órgãos de estado.

Deste modo, o debate sobre o enfrentamento da pobreza não ficaria refém do ideário monetário que é unidimensional e induz ao uso equivocado de parâmetros homogêneos. Ao contrário, o debate estaria associado ao estágio de cada sociedade em particular, tomariam em conta as várias dimensões envolvidas pela condição de pobreza e destacaria as políticas públicas de caráter universal voltadas a garantir a oferta de bens e serviços de qualidade para toda a população.

Importa não perder de vista a perspectiva histórica na identificação dos determinantes e da evolução do fenômeno da pobreza, com suas especificidades, bem como na avaliação da matriz institucional das políticas públicas, especialmente daquelas voltadas ao enfrentamento da pobreza.

2) As Políticas Públicas de Enfrentamento da Pobreza Rural

De um modo geral, as estratégias para enfrentamento da pobreza rural requerem o reconhecimento do papel central do estado e sua capacitação com vistas à adoção de políticas públicas em diversas áreas, com destaque para:

2.1 – Políticas Sociais

- a)** Promover a inclusão social: significando enxergar as pessoas como cidadãs/cidadãos e não apenas como produtoras(es) de mercadorias; essas pessoas também têm direitos básicos relativos aos mercados de bens e de produtos, bem como devem ser tratadas de forma igualitária;
- b)** Desenvolver capacidades: tanto dos indivíduos como das organizações sociais, ampliando a participação social na gestão das políticas públicas;
- c)** Ampliar a educação no campo: garantir o acesso a serviços educacionais de qualidade a toda a população rural, através de um sistema educacional adequado à realidade rural;
- d)** Transferir renda: manter as ações governamentais atuais, ampliando o horizonte das mesmas, ao mesmo tempo em que se procura elevar o valor monetário das transferências às famílias;
- e)** Propiciar o acesso aos bens e serviços: universalizar o acesso aos bens e serviços sociais para todos os habitantes rurais.
- f)** Relacionar as políticas sociais a uma estratégia de desenvolvimento rural.

2.2 – Políticas de Acesso aos Recursos Naturais

- a)** Acesso aos recursos naturais: as políticas de enfrentamento da pobreza devem incluir a ampliação do acesso aos bens naturais essenciais, com destaque para a água;
- b)** Acesso a terra: a ampliação do acesso à terra foi considerado por vários palestrantes como elemento central no enfrentamento da pobreza rural, portanto, as políticas devem fortalecer novos arranjos fundiários, sendo a reforma agrária um instrumento essencial nessa direção.

2.3 – Políticas de Inclusão Produtiva

- a)** Geração de emprego e renda: desenvolvimento de atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas) capazes de dar sustentação às pessoas em suas inserções nos diferentes mercados;
- b)** Dinamização das áreas rurais: estimular a diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais como mecanismo de ampliação das oportunidades, particularmente, em face do aumento da demanda por alimentos no mundo;
- c)** Diversificação produtiva: ampliar as políticas de estímulo à diversificação produtiva dos estabelecimentos agrícolas, bem como à produção para auto consumo como forma de suprir carências nutricionais às famílias pobres;

- d)** Pesquisa e ATER: disponibilizar aos agricultores familiares tecnologias adequadas e serviços de assistência técnica de qualidade visando melhor a eficiência produtiva;
- e)** Canais de Comercialização: política de incentivos e de acesso aos mercados como forma de viabilizar economicamente as unidades familiares de produção.
- f)** Matriz energética: aproveitar as oportunidades geradas pela exploração das energias renováveis, como forma de aproximar esse tema da questão da erradicação da pobreza rural.

3) Desafios a superar

Para que a agenda de políticas públicas anteriormente mencionadas apresente resultados efetivos, alguns requisitos foram considerados essenciais, destacando-se dentre eles:

- a)** Superar a atual fragmentação das políticas públicas: este é um desafio histórico das políticas públicas no Brasil, portanto, o sucesso na erradicação da pobreza rural depende fortemente da sua superação;
- b)** Estratégia de desenvolvimento rural: o conjunto de políticas acima mencionado, ao lado de outras de idêntica relevância, deve configurar uma estratégia de desenvolvimento rural que não pode estar dissociada da estratégia de desenvolvimento do país, em suas distintas especialidades;
- c)** Protagonismo dos atores sociais: estimular o processo de participação de todos os atores nas diversas formas de representação institucional relativas às políticas públicas, especialmente aquelas direta e indiretamente relacionadas ao enfrentamento da pobreza rural;
- d)** Planejamento das políticas: as estratégias de enfrentamento da pobreza devem conter metas objetivas e prioridades de ação claramente definidas;
- e)** Articulação dos órgãos governamentais: ampliar e melhorar a coordenação intra (horizontal) e inter (vertical)-governamental no sentido de potencializar as ações das políticas públicas;
- f)** Agricultura familiar: as ações devem ter as famílias rurais como foco da ação, e não um produto ou atividade, uma vez que é a partir do conjunto de interesses existentes no interior das unidades familiares que são definidas diferentes estratégias, particularmente aquelas relacionadas ao trabalho, produção e sucessão no âmbito da agricultura familiar;
- g)** Múltiplas dimensões da pobreza: a política de enfrentamento da pobreza deve contemplar as múltiplas dimensões envolvidas, evitando definir todas as estratégias apenas a partir do quesito renda, além de contemplar as especificidades regionais.

4) A contribuição do IICA

A RIB colocou em marcha em março de 2010, o projeto A Nova Cara da Pobreza Rural no Brasil: transformações, perfil e desafios para as políticas públicas, com o objetivo de formular proposições de políticas para o enfrentamento da pobreza rural no Brasil. O projeto é desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o Ministério da Educação (MEC); o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); o Instituto de Economia da Unicamp (IE); o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD); o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Para formulação das proposições de políticas, previstas para conclusão em junho de 2011, estão sendo desenvolvidos treze eixos temáticos, quais sejam: (1) caracterização e mapeamento da pobreza rural segundo as insuficiências; (2) reflexão sobre a natureza e os limites do rural na sociedade brasileira contemporânea, que aborde elementos metodológicos para a identificação e mensuração da pobreza rural; (3) revisão crítica das principais metodologias utilizadas para mensurar a pobreza rural no Brasil; (4) reflexão sobre a dinâmica da pobreza rural no Brasil; (5) Balanço da evolução recente da pobreza rural no Brasil; (6) documentos sobre as especificidades regionais e socioculturais da pobreza rural, incluindo as políticas que vêm sendo aplicadas em cada região; (7) perfil social das famílias pobres de assalariados rurais; (8) reflexão sobre as atuais políticas de combate à pobreza rural, sua dinâmica e relações com as políticas setoriais; (9) reflexão sobre as relações entre políticas setoriais e a dinâmica da pobreza rural; (10) discussão sobre os determinantes da pobreza rural, em especial, a questão agrária; (11) demografia, pobreza rural e políticas públicas; (12) educação e pobreza rural: problemática, avanços e desafios para as políticas públicas; (13) proposições de políticas para o enfrentamento da pobreza rural no Brasil, com base nas conclusões dos estudos acima mencionados.





9. INOVAÇÃO PARA A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, empresa pública de direito privado vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, tem entre suas atribuições, coordenar o Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola (SNPA).

Uma organização, para garantir a sua capacidade de inovação, demanda que o capital humano, a infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento (P&D), as atividades de transferência de tecnologia e os recursos financeiros estejam articulados e disponíveis para sua utilização quando requeridos. No último ano, a Embrapa, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve a oportunidade de recuperar a obsolescência de sua infraestrutura laboratorial e de promover uma renovação de seu quadro de pessoal.

Ao mesmo tempo, importantes ajustes na Governança Corporativa foram conduzidos com foco nos macroprocessos e buscavam um maior comprometimento entre as unidades de pesquisa e a administração central, com vista à melhoria da qualidade e eficiência para o cumprimento de sua missão.

Completada essa fase, a empresa procedeu à criação de três novas unidades de pesquisa, expandindo sua capacidade laboratorial e de campos experimentais em uma região que passa por intensas transformações tecnológicas agrícolas. No estado de Mato Grosso (em Sinop) foi criada a Embrapa Agrosilvopastoril cujo foco é a integração de sistemas de produção visando o aumento da produção sustentável nas áreas de fronteira; no estado do Tocantins foi criada a Embrapa Pesca e Aquicultura (em Palmas) para atuar na busca de soluções para a sustentabilidade de cadeias produtivas da pesca, aquicultura e sistemas agrícolas; no estado do Maranhão foi criada a Embrapa Cocais (em São Luis) com a missão de desenvolver modelos produtivos nos biomas Cocais e Planícies Inundáveis com ênfase no segmento da agricultura familiar.

Para reforçar sua atuação no território nacional e, ao mesmo tempo, tornar suas ações de cooperação internacionais mais ágeis, especialmente quando o tema é capacitação, foi criada mais uma

unidade: a Embrapa Estudos Estratégicos e Capacitação, que tem como missão promover e coordenar a realização de estudos em temas estratégicos que contribuam para o aprimoramento institucional e programático da Embrapa, bem como a capacitação de talentos nacionais e estrangeiros em agricultura tropical.

Outra novidade foi a criação de Laboratórios Avançados Multiuso, os Multilab, para desenvolver testes científicos complexos e análises, operando como unidade de serviço para atender às demandas não apenas dos centros de pesquisa da Embrapa, mas também dos parceiros públicos e privados. O primeiro foi o Multilab de Bioinformática, instalado na Embrapa Informática Agropecuária (Campinas, SP) e o segundo foi o Multilab de Química de Produtos Naturais, instalado na Embrapa Agroindústria Tropical (Fortaleza, CE).

Na arena internacional a Embrapa criou mais um Laboratório Virtual no Exterior (LABEX) na cidade de Suwon, em cooperação com o International Technology Cooperation Center do Rural Development Administration (RDA) da Coreia do Sul, para atuar nas áreas de engenharia e automação, botânica, ciências animais, recursos genéticos, agroecologia e ciências ambientais. Também foi criada a Embrapa Américas, com sede na Cidade do Saber, Panamá, com o objetivo estabelecer plataformas de pesquisa e desenvolvimento, promover a cooperação técnica e negócios tecnológicos de interesse dos países da meso-américa (do México ao Peru) e do Caribe. O IICA é um parceiro preferencial da Embrapa para a implementação das atividades da Embrapa Américas, através da articulação com as redes de P&D dos PROCIs, especialmente, PROCITROPICOS, PROCIANDINO, PROMECAFE e SICTA.

9.1. Novas tecnologias e conhecimentos gerados pelo SNPA

A Embrapa executou cerca 1,200 projetos, distribuídos em 6 megaprogramas, aplicando recursos superiores a 1.8 bilhão de reais. Como exemplo, citamos, a seguir, algumas das tecnologias e conhecimentos geradas recentemente:

9.2. Tecnologias direcionadas para a agricultura familiar

Arroz: BRSGO Serra Dourada, cultivar para pequenos produtores de arroz de sequeiro nas terras altas do estado de Goiás. O potencial de produção desta nova variedade de grão longo de arroz de sequeiro é aproximadamente 3.500 kg por hectare. A pequena estatura desse cultivar é mais resistente ao acamamento. Outra característica favorável é seu alto rendimento de grãos inteiros (quase 56%) após a moagem.

Feijão Cowpea: Cultivar BRS Cauamé (branca) para as regiões norte e nordeste, e BRS Pajeú (mulato), BRS Potengi (branca) e BRS Tumucumaque (branca), para a região norte e nordeste do estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tem alto teor de proteína e zinco, e são resistentes a pragas e doenças mais suscetíveis a CSVm (cowpea / severo vírus do mosaico). O rendimento médio de seus grãos é 800 kg/ha. Quando irrigado, o rendimento supera 1.700 kg/hx.

Milho: Cultivar BRS Caimbé e BRS Gorutuba, recomendado para agricultura familiar nas regiões, épocas de semeadura e ambientes os quais tradicionalmente levam a baixos rendimentos e maior risco de perda da colheita. Além disso, quando os critérios básicos de produção de sementes são obedecidos, o grão pode ser guardado para o próximo plantio.

Ordenha manual de cabras: O kit manual de ordenha, originalmente desenvolvido para vacas, adaptado para “fábrica-cabra-agricultura familiar” em operação no estado da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, para melhorar a qualidade do leite com simples medidas de higiene que reduz significativamente o número de células bacterianas e somáticas do leite.

Resíduos de sisal: Por solicitação das mulheres da comunidade de Boa Fé, localizada no município de São Domingos, no estado da Bahia, um método de processamento de resíduos de sisal abandonado nos campos extrativistas para transformá-los em cachepôs. Além de outros suportes para cultivo de orquídeas como alternativa de geração de renda, principalmente para a população jovem.

9.3. Tecnologias direcionadas para agroenergia

Terra para dendê: Avaliação e zoneamento, em escala de 1:250.000, do potencial agrícola para a produção de dendê em regime de sequeiro, a partir de suas características físicas, químicas e mineralógicas e de estudos sobre riscos climáticos no estado de Pernambuco, indica a existência de 248.000 hectares, das quais 135.000 foram classificadas como de média a alta aptidão para esse cultivo.

Genética para alto teor de glicose: sistema com testes bioquímicos e genéticos levou à identificação de características e genes responsáveis por mutações espontâneas, tais qual o alto teor de glicose, que pode ser altamente positivo para a produção de etanol. Variedades de mandioca pesquisadas possuem na raiz açúcar em vez de amido, e, por isso, podem levar a uma redução de mais de 25% nos custos energético do processo final de obtenção de etanol.

Capim para energia: genótipos de capim-elefante foram avaliados segundo seu potencial de produção de biomassa, para uso como fonte renovável de energia, na presença de baixos níveis de adubos de origem fóssil, para se garantir saldo positivo no balanço energético. Dentre os genótipos identificados, Incaper F06-3 demonstrou altíssimo potencial para substituir a lenha na produção de energia.

9.4. Tecnologias direcionadas para a competitividade

Milho para as regiões nordeste e meio-norte: A partir de teste de avaliação de cultivares de empresas públicas e privadas, indicam-se mais de 20 híbridos e uma variedade (São Francisco) como as melhor adaptadas e produtivas em Pernambuco, Sergipe e Bahia, e de mais de 30 híbridos e duas variedades (São Francisco e Asa Branca) como as mais adaptadas e produtivas no meio-norte (Maranhão e Piauí).

Milho: híbridos simples BR 1055 e BR 1060, com ciclo semiprecoce, com alta produtividade e estabilidade de produção, indicados para safra e safrinha, muito boa tolerância ao acamamento e quebramento, moderada resistência a doenças foliares tais como cercospora e mancha de Bipolaris, mal hospedeiro para o nematoide *Meloidogyne javanica*, recomendado para todo o país, exceto região subtropical.

Serve para silagem, com ótima produção de massa e boa digestibilidade de matéria seca. Híbrido triplo BRS 3040, ciclo precoce, alta produtividade e estabilidade de produção, tolerância ao acamamento e quebramento, mal hospedeiro para nematoide *Melodoygenes javanica*; grãos dentados de cor laranja, recomendado para todo o país, exceto a região subtropical. Serve à silagem, com ótima produção de massa e digeribilidade para matéria seca. Adapta-se a lavouras de alta e baixa produtividade, com ou sem estresses hídricos.

Pepino híbrido: Cultivar BRS Curumim destinado à produção de pickles. Apresenta boa tolerância ao oídio, crescimento de plantas vigoroso, alta porcentagem de frutos bastante crocantes, de coloração verde-escura brilhante.

Pêssego: Cultivares BRS Kampai, BRS Ambar e BRS Libra, todas com boa aparência, firmeza e sabor. A primeira é para consumo in natura: polpa doce branco-esverdeada, caroço semi solto, sabor ligeiramente ácido. As duas últimas produzem frutos tipo conserva, com polpa amarela, não fundente, de sabor doce-ácido, agradável mesmo in natura. A BRS Libra pode ter boa aceitação e melhores preços se comercializada in natura, como fruta para a mesa, pois não há concorrentes na época de sua maturação.

Pimenta-biquinho: BRS Moema (RNC 22493), cultivar com alta produtividade, e frutos sem ardume. Apresenta resistência ao nematoide das galhas e a uma espécie de potyvírus, o Pepper yellow mosaic virus. Atende ao mercado de frutos frescos, de conservas para aperitivos e geleias e de pimenta ornamental.

Soja: Cultivar BRS 313, BRS 314, BRSMG 790^a, BRSGO 7560, BRSGO 7960, BRSGO 8060 e BRSGO 8360 para os diferentes estados da região dos cerrados, todas com produtividade média acima de 3.000kg/há. Resistência variável às principais pragas e doenças, como pústula bacteriana, cancro da haste, mancha “olho-de-rã”, oídio, mosaico comum, nematoide de galhas e nematoide de cisto. Destaque para a BRSGO, não tão produtiva, mas tolerante à ferrugem asiática.

Soja transgênica: lançamento de cinco cultivares (BRS Tertúlia RR, BRS 291 RR, BRS 292 RR, BRS 294 RR e BRS 295 RR) para os estados do Sul, São Paulo e parte de Mato Grosso do Sul, e sete cultivares (BRS 315 RR, BRS 7561 RR, BRS 7760 RR, BRS 7860 RR, BRS 8160 RR, BRS 8460 RR e BRS 8560 RR), para os estados da região dos cerrados. Todas elas com produtividade média acima de 2.800 kg/ha e resistência às principais doenças da cultura. BRS 7561 RR e BRS 7760 RR, de ciclo precoce, são indicadas para sucessão à safrinha de milho.

Sorgo granífero: Híbridos BRS 320 e BRS 322 com alto potencial de rendimento de grãos e adaptação a ambientes desfavoráveis, baixo nível de compostos fenólicos, teor de proteína superior a 10% nos grãos, sem tanino, de porte médio, boa capacidade de rebrota, recomendado para as regiões sudeste e Centro-Oeste do país, em sucessão a culturas de verão.

Sorgo para pastejo: Híbridos simples BRS 802 e BRS 810, alternativas para sistemas de produção para pecuária tecnificada, alto potencial de produção de matéria seca em cortes ou rebrotas sucessivas, extraordinária capacidade de rebrota e perfilhamento, alta tolerância à seca, alto teor nutritivo, alta digestibilidade, boa resistência às principais doenças foliares e ao mildio.

Trigo: Cultivar BRS 296, ciclo precoce e porte médio/alto, excelente sanidade, resistente ao vírus do mosaico do trigo, à ferrugem da folha (plantas adultas) e às doenças da espiga, como giberela e septoriose das glumas. É enquadrado na classe comercial pão.

Zebu leiteiro com garantia: testes de progênie comprovam a qualidade de touros e reprodutores capazes de transferir padrões de qualidade na produção de leite aos seus descendentes. Foram aprovados seis touros da raça Guzerá, sete Girolando e 19 GIR leiteiro, oferecendo aos produtores, à medida que mais touros são provados, garantias quanto à qualidade do sêmen que adquirem e usam em seus rebanhos.

Caixas Embrapa para hortaliças: A segunda geração de Caixa Embrapa para Hortaliças atende agora não somente às hortaliças de frutos (tomates, pimentão, etc.), mas também às de inflorescência (brócolis, couve-flor), folhosas (alface, couve, etc.), e subterrâneas (batatas, inhames, etc.). Pode possuir tamanhos variáveis mas proporcionais – o comprimento da caixa menor se encaixa a largura da maior, para que todos os formatos possam ser usados num mesmo conjunto paletizado. Com aberturas laterais para melhor aeração, a ideia é que a hortaliça, uma vez colhida e levada dentro da caixa, nela siga até o ponto de venda final, sem os transtornos intermediários, reduzindo assim, os danos.

Mapeamento do genoma bovino: concluídos os trabalhos do Consórcio Internacional para Sequenciamento e Anotação do Genoma Bovino, dos quais participaram Embrapa e várias outras instituições do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que avaliaram com marcadores moleculares dos genes de 15 raças bovinas, incluindo Nelore e Gir Leiteiro. Resultou-se na identificação de mais de 22.000 genes, o que estabelece um novo paradigma para a pesquisa genética e melhoramento de bovinos.

Detecção da “morte súbita dos citros”: o uso da espectroscopia de ressonância magnética para análise dos óleos e ácidos graxos das cascas das laranjeiras mostrou resultados diferentes para a planta sadia e a infectada com os vetores da “morte súbita do citros”, além de apontar alterações da composição dessas matérias que podem ser indicativos de como a doença progride. Assim, o uso dessa técnica, em conjunto com padrões preestabelecidos de normalidade e infecção, permite identificar rapidamente se uma planta está contaminada.

Software SisMATE: o SisMATE é um sistema computacional desenhado para fazer prognósticos sobre a produção presente e futura de plantios de erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Ele possibilita a quantificação da produtividade, a avaliação da exportação de nutrientes e do estoque de carbono sequestrado pelos ervais, o planejamento da produção e o manejo adequado dos ervais.

9.5. Tecnologias direcionadas para a Gestão dos Territórios e Propriedades

ZAE da Cana-de-açúcar: Zoneamento agroecológico em escala de 1:250.000, que indica as áreas aptas a produção de cana-de-açúcar, por município e tipo de uso da terra, num total de cerca de 66.4 milhões de hectares, sem incluir os biomas Amazônia e Pantanal. Desse total, 19.3 milhões de hectares têm alto potencial produtivo; 42 milhões de hectares, médio potencial e o restante têm baixo potencial para cultivo. Das áreas aptas a expansão, 37,2 milhões de ha são pastagens degradadas, o que indica que o cultivo da cana-de-açúcar pode se expandir sem afetar a produção de alimentos.

Terras para irrigação: mapas de classes de terras que admitem irrigação por aspersão e de superfície para as culturas de acerola, banana, cana-de-açúcar, cebola, coco, feijão, goiaba, manga, melão, milho e uva.

Sistema de Informação de Solos Brasileiros: software de gerenciamento de banco de dados desenvolvido para abrigar dados de perfis dos solos, fertilidade e mapas. Os perfis serão úteis principalmente para pesquisadores e estudantes da área de ciência do solo. O módulo sobre fertilidade vai subsidiar as tomadas de decisão dos agricultores, fornecendo mecanismos de busca eficientes sobre informações de solos disponíveis no território nacional, além de subsidiar o zoneamento agrícola.

Riscos climáticos em cultivos consorciados: Para atender à implantação dos sistemas de integração lavoura-pecuária, foram estabelecidos os zoneamentos de riscos climáticos para os consórcios de arroz de terras altas com braquiária e de feijão com milho, para o estado de Goiás. Foram determinados os coeficientes do consumo de água para a consorciação de arroz de terras altas com braquiária e feitos 27 mapas com as áreas e períodos mais apropriados para o consórcio de feijão com milho.

9.6. Tecnologias direcionadas para a Gestão dos Recursos Naturais

Conservação de sêmen de peixes tropicais: descrição do processo adequado para a criopreservação (com nitrogênio líquido) do sêmen de peixes tropicais, incluindo as etapas de captura, a extração e o congelamento propriamente dito. A metodologia de congelamento, adaptada e utilizada com o sêmen de peixes migradores do Pantanal, tem se mostrado eficiente, mantendo a motilidade do sêmen para usos futuros.

Controle biológico por rizobactérias: cinco rizobactérias foram selecionadas para o controle biológico da mancha-de-esclerócio, doença que apresenta uma grande gama de hospedeiros do seu agente causal (*Sclerotium rolfsii*), capaz de inviabilizar o plantio de diversas culturas em condições de cultivo protegido, dentre elas o tomateiro. Até então, não existiam rizobactérias disponíveis para o controle biológico dessa enfermidade.

Forrageiras do pantanal: Mapeamento das unidades de paisagem de Poconé, no Pantanal do Mato Grosso, revela florestas sazonalmente inundáveis (27%), áreas savânicas sazonalmente inundáveis (20%), áreas florestais secas (20%) e campos limpos sazonalmente inundáveis (14%). A macega-branca, o capim mimoso-de-talo, a grama do carandazal, o capim mimosinho, o capim-felpudo, capim-de-capivara, o capim fino e o grameiro são algumas das principais forrageiras nativas das áreas de inundação sazonal. Esse mapeamento serve a estratégias de gestão, manejo, conservação e políticas públicas.

Fertilizante orgânico: Compostagem da mistura de torta de mamona com palhada de capim-elefante dá origem a um adubo orgânico que contém apenas matérias-primas 100% vegetais, sem a necessidade de adição de inoculantes ou adubos minerais. Esse adubo pode ser produzido tanto na pequena propriedade rural como em grande escala, pois utiliza um processo industrial simples, sem grandes investimentos em infraestrutura.

Indicador da qualidade de solos: Testes envolvendo dez propriedades biológicas e bioquímicas de solos de diferentes áreas sob vegetação nativa de florestas mostram que os distúrbios ou estresses impostos ao solo nativo causam um desequilíbrio que pode ser expresso pela relação entre o carbono predito (C_p) e o carbono medido (C_m), em razão do equilíbrio dinâmico que existe entre o conteúdo de carbono (C) dos solos e os valores de carbono da biomassa microbiana e de atividade da enzima fosfatase.

Barragem Subterrânea: A tecnologia consiste em barrar as águas das chuvas que escorrem no interior do solo e em cima dele, com o uso de uma parede construída dentro da terra. Isso forma uma vazante artificial que permite a retenção da água no solo por mais tempo, mantendo o terreno molhado durante um período além da época chuvosa, permitindo o plantio mesmo em período de estiagem.

9.7. Tecnologia direcionada para melhorar a oferta alimentar

Abacaxi: Cultivar híbrida BRS Ajubá, resistente à fusariose, dispensa o uso de fungicida, recomendada para plantio na região noroeste do Rio Grande do Sul e especialmente no Vale do Rio Uruguai, para consumo in natura e a industrialização.

Cenoura de verão: BRS Planalto, com comportamento similar à cenoura Brasília, possui resistência à queima das folhas, nematoides e ainda tolerância ao florescimento, o que permite maior período de plantio. A cultivar apresenta raízes de excelente uniformidade, em termos de tamanho e formato, com teor de carotenoides pró-vitamina A duas vezes maior que aquele da cultivar Brasília.

Mandioca: Cultivar BRS Jari, com boas características para o consumo de mesa e o propósito de prover mais vitamina A, destaca-se quanto aos teores de carotenoides totais e de betacaroteno nas raízes; tempo máximo de cozimento é de 25 minutos, massa cozida de coloração amarela intensa, ausência de fibras e consistência plástica. Produtividade varia de 15 a 32 ton/ha e, em média, teor de 27% de amido.

Bebida mista de açaí: Processo de produção de bebida mista à base de suco de açaí, clarificado por microfiltração, guaraná e banana-nanica, com boa aceitabilidade sensorial, sabor estável, após conservação a frio, teores relevantes de compostos bioativos e atividade antioxidante. É um produto pronto para o consumo, que atende às necessidades de praticidade da vida moderna.

Farinha mista de arroz e baru: Processo que usa polpa e amêndoa de baru (*Dipteryx alata* Vog.), espécie nativa do Cerrado, misturado à farinha de arroz e submetido à extrusão, para se obter uma farinha instantânea mista, com alto teor de fibras e de açúcares, superior ao das farinhas tradicionais.

Nanopartículas em embalagens: Produção de filmes de hidroxipropil metilcelulose (HPMC) com adição de nanopartículas de quitosana – que melhoram significativamente as propriedades mecânicas desses filmes usados em embalagens alimentícias.

9.8. Tecnologias direcionadas para segurança ambiental

Agrossuino: Conjunto de técnicas de compostagem, desidratação e granulagem, para aproveitamento, enriquecimento com fósforo e transformação dos dejetos da suinocultura em fertilizante organomineral granulado, nutricionalmente balanceado e apto a ser usado em plantadeiras comuns e de plantio direto. Desenvolvido em 2009, em parceria com a Universidade de Rio Verde e com a empresa Perdigão, o fertilizante se encontra em fase de avaliação agrônômica, por três anos, para então submeter-se à aprovação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Cana-de-açúcar: Diagnóstico agroambiental mostra que a produção de cana-de-açúcar em áreas de encosta, em Pernambuco, tende a reduzir em função de restrições ambientais (elevadas declividades, áreas degradadas, queima de palha), enquanto, em Sergipe, tende a se expandir a produção de cana-de-açúcar em tabuleiros costeiros, pela intensificação tecnológica e também por expansão para novas áreas, segundo critérios do ZAEcana. Os novos empreendimentos trazem planejamento intensivo de uso das áreas, escolha de genótipos apropriados e cuidados com os recursos naturais.

Milho orgânico: Indicação das variedades BRS Caimbé, Sintético 1 X e AL Piratininga para sistemas orgânicos de produção, com rendimentos idênticos ao do híbrido duplo BRS 2020 e superiores à variedade BRS 106.

Controle de ninfas de mosca branca no feijoeiro com óleo de Nim: Foi determinado o estágio ninfal da mosca branca (*Bemisia tabaci* biótipo B) mais suscetível ao óleo de Nim (*Azadirachta indica* A. Juss.) aplicado em feijoeiro, bem como o tempo e concentração letais. Com base nessas informações, verificou-se que o óleo de Nim na concentração de 1% é eficiente para reduzir populações de *Bemisiatabaci* nos estágios ninfais.

Impactos de plantas transgênicas: O método para medir impactos do uso de plantas transgênicas – Impactos-PGM – foi elaborado a partir da adequação do software anterior que mede impactos ambientais em geral (Impactos). Essa metodologia possibilita a inserção de indicadores específicos, permitindo a análise caso a caso, premissa da biossegurança.

Cultivo protegido de videira: O cultivo protegido na cultura da videira apresenta-se como uma alternativa na diminuição da incidência de doenças fúngicas em regiões que apresentam excesso de chuvas no período da maturação. A utilização de cobertura plástica sobre as fileiras de plantas ocasiona modificações no microclima junto às videiras, o que proporciona condições favoráveis ao crescimento e incremento da produtividade.

Controle de *campi-annoni-2*: Testes indicam que os herbicidas pré-emergentes têm efeitos mais pronunciados no controle da gramínea invasora de pastagens *capim-annoni-2* (*Eragrostis plana* Ness) quando associados ao fogo técnico e roçada baixa.

Recuperação de áreas degradadas: Avaliação comprova o potencial favorável das espécies nativas ipê amarelo (*Tabebuia* sp.), jatobá (*Hymenaea courbaril* var. *reticulata*), sobrasil (*Colubrina glandulosa*) e açai (*Euterpe* sp.) para a recuperação de solos alterados pelo sistema de produção pecuária na Amazônia, com baixos teores de matéria orgânica e fósforo (P) e alto teor de alumínio (Al), desde a fase inicial de estabelecimento das mudas. Elas ocorrem em diferentes tipos de solos, apresentam rápido crescimento e boa produção de biomassa arbórea desde sua fase inicial.





10. RECURSOS NATURAIS, GESTÃO AMBIENTAL E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A utilização dos recursos naturais na agricultura, promovida pela gestão ambiental eficiente visa não somente as adaptações às mudanças climáticas locais e globais, mas também o desenvolvimento sustentável.

Apresentando temas com este foco, destacam-se: Desmatamento e legislação florestal; água (Cultivando Água Boa); Índice de Pobreza Hídrica-WPI; Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e mudanças climáticas; segurança de barragens; geoprocessamento e Georreferenciamento a Experiência do IICA-RIB; Sistemas de Alerta Precoce para o combate à desertificação; previsão do tempo para eventos extremos/ Severos - MeteoAlarm; ENED – uma experiência visando um pacto para o desenvolvimento sustentável da Região Semi-Árida; Estratégia IICA-RIB para o WWC.

10.1. Água (Cultivando Água Boa)

O Programa Cultivando Água Boa trata-se de uma ampla iniciativa sócio ambiental que se iniciou em 2003 e que é promovida pela Itaipu Binacional com a colaboração de seus aproximados 2 mil parceiros nacionais e internacionais, entre eles o IICA. O programa baseia-se na premissa da ética e do cuidado com o futuro, reconhecendo que a água é um bem universal e conseqüentemente pertencente a todos. Aborda a interface de uma estratégia local para que se possa enfrentar uma das grandes ameaças ao futuro da humanidade: o aquecimento global e as mudanças climáticas, que estão diretamente ligadas aos variados usos da água e sua possível escassez.

No intuito de prevenir as alterações climáticas da região, o programa foi criado estabelecendo uma rede de proteção à Bacia Hidrográfica do Paraná 3, situada na junção dos rios Paraná e Iguaçu, extremamente importantes para as atividades desenvolvidas pela usina hidrelétrica.

O Cultivando Água Boa atualmente está com 20 sub-programas e 63 ações em andamento, todos baseados em proposições e documentos oficiais que provêm de grandes fóruns e encontros onde foram tratados

temas de cunho socioambiental. As ações apresentadas abrangem os mais diversos temas, englobando assuntos desde recuperação de áreas, de microbacias e proteção da mata ciliar, até a mobilização de saberes e valores contribuintes para o entendimento dos cidadãos dentro de um ponto de vista ético e que respeita o meio ambiente. O programa abrange uma área de 8000 km², 29 municípios, aproximadamente 1 milhão de habitantes e 127 microbacias da região. Dentre os programas realizados pelo Cultivando Água Boa, destaca-se: Gestão por Bacias, Infraestrutura Eficiente; Biodiversidade, Nosso Patrimônio; Desenvolvimento Rural Sustentável e Monitoramento e Avaliação Ambiental.

Visando uma maior eficácia para as ações voltadas a conservação dos cursos hídricos, deve-se ter um planejamento e execução de atividades desde as bacias de escalas menores até as maiores. Para tal, a estratégia do programa Gestão por Bacias é de gerenciar e executar ações a partir das microbacias da Bacia do Paraná 3, onde todo o trabalho é realizado em parceria com as comunidades e capacitando-as. As principais atividades realizadas pelo programa são: a elaboração do diagnóstico ambiental da microbacia, a elaboração de planos de controle ambiental, o diagnóstico dos sistemas de produção, a elaboração de planos de desenvolvimento sustentável da unidade familiar, a elaboração dos instrumentos legais para a execução física e financeira das atividades, a execução das ações coletivas, e prospecção de recursos para a execução das ações específicas.

O Programa Infraestrutura Eficiente tem atividades relacionadas a todas as outras ações do Cultivando Água Boa, pois é através desse que as obras e serviços necessários para o encaminhamento das ações são realizadas, possui diversas atividades que perpassam por todo o Cultivando Água Boa. Além de todo esse suporte, o programa proporciona um trabalho de recuperação ambiental e paisagismo das áreas que foram alteradas anteriormente pelas obras para construção da barragem.

As ações do projeto Biodiversidade, Nosso Patrimônio, visam à garantia da variabilidade genética das espécies de flora e fauna da Bacia do Paraná 3. Dentre essas atividades destacam-se: a participação na criação do corredor de biodiversidade do rio Paraná, a intensificação dos trabalhos de pesquisa e monitoramento da ictiofauna (conjunto das espécies de peixes que existem numa determinada região biogeográfica), além da criação de um banco de germoplasma para animais silvestres e peixes que conservam material genético de uso imediato ou com potencial uso futuro.

Com o programa Desenvolvimento Rural Sustentável, visando ações reguladas em matrizes sustentáveis, teve-se a ideia de promover a mudança nos modelos de produção adotados nas propriedades para modelos mais sustentáveis, oferecendo suporte e conhecimento necessários. Esse programa trabalha atualmente com ações de agricultura familiar, agricultura orgânica, diversidade agropecuária, assistência técnica e extensão rural, turismo rural e cultivo de plantas medicinais.

Para o Monitoramento e Qualidade Ambiental o Cultivando Água Boa estudou formas de melhor proteção dos recursos hídricos utilizados na usina, onde as ações de monitoramento avaliam não apenas a qualidade da água, mas a conservação ambiental como um todo. Os trabalhos são realizados através do laboratório ambiental, que se encontra dentro da própria usina para realização de análises, exames e pesquisas, e o monitoramento participativo, que envolve ação voluntária das comunidades circunvizinhas através de grupos de agentes comunitários.

O programa conta ainda com a existência de comitês gestores municipais compostos por diversas instituições, como os Conselhos de Saúde, Ação Social e Educação além de entidades classistas de moradores e de ONGs. Cada uma dessas instituições indicam 2 representantes para que possam compor o comitê, sendo um titular e outro suplente. Tal iniciativa auxiliou os municípios a se organizarem para discutir, planejar e decidir sobre projetos que são de interesse municipal.

Estas e outras iniciativas de projetos e programas de grandes empresas, como é o caso da Itaipu, onde ocorrem incentivos à comunidade referentes à temática ambiental e preocupação com o meio ambiente, tem se tornado cada vez mais frequentes no atual cenário. Isso se deve à crescente preocupação com a sustentabilidade, com a preservação dos recursos naturais e a consciência da necessidade do envolvimento de todos na busca de amenizar os já existentes problemas ambientais.

Tais ações são exemplos que devem ser seguidos e difundidos em todo país visando a excelência em sustentabilidade e bem estar ambiental. O IICA apoia essa iniciativa e mantém com Itaipu um acordo de cooperação técnica.

10.2. Índice de pobreza hídrica - WPI

O "WaterPoverty Index – WPI" ou Índice de pobreza hídrica – IPH, foi criado há 10 anos pela pesquisadora britânica Caroline Sullivan na 'Centre for Ecology & Hydrology'. Acredita-se na importância do índice como um norteador de políticas da água. O índice aborda diferentes aspectos como indicadores de aspectos do meio ambiente, social e econômico. Poucos são os índices que consideram tais aspectos em conjunto. Desta maneira o IPH busca contemplar as diversas relações entre o homem e o meio ambiente. Em todas as partes do mundo existem dificuldades para que as pessoas tenham acesso à água.

O índice utiliza dados de desenvolvimento humano, disponibilidade, distribuição e acesso à água. Aspectos multidimensionais são considerados para obter resultados. A baixa precipitação, alta evaporação, alta erodibilidade do solo, distribuição irregular de chuvas, vegetação degradada e baixa capacidade de armazenamento são alguns aspectos ambientais abordados. Os aspectos socioeconômicos consideram a baixa renda, alta dependência dos recursos naturais, alta demanda por recursos externos, baixa influência das políticas públicas, baixo valor agregado da produção local.

Com a decorrência dos estudos e aplicações em todos os continentes, o IPH pode avançar o desenvolvimento de um indicador mundial de água potável. Com este fim, uma metodologia foi abordada para avaliar as condições das bacias hidrográficas mais importantes do mundo. Por meio de análises geoespaciais através de redes de redistribuição de rios, considerando possíveis fatores de estresse ambiental ao longo de um corpo hídrico, desde a sua cabeceira até o oceano. Além de serem compostos por um total de 23 indicadores, classificados como distúrbios de bacias hidrográficas, poluentes, recursos hídricos, gestão e fatores bióticos.

STRESS HÍDRICO²

Antes de ser aplicado o IPH – Índice de pobreza hídrica, o índice para avaliar este setor, é conhecido como stress hídrico. O conceito de “stress hídrico” (por MalinFalkenmark) é baseado nas necessidades mínimas de água per capita, a fim de manter uma qualidade de vida adequada, para regiões moderadamente desenvolvidas e situadas em zonas áridas. É uma avaliação que se fundamenta na quantidade mínima necessária de 100L/dia de água ou 36,5 m³/ano, para atender as atividades domésticas e os níveis adequados para a saúde humana.

Para atender as atividades da agricultura, indústria e geração de energia, a avaliação pelo índice de “stress hídrico”, demonstra o uso de 5 a 20 vezes a mais, da quantidade mínima necessária para atividades domésticas. Estas determinações permitiram definir patamares específicos de “stress hídrico” e escassez de água.

Em uma região que possui um rendimento hídrico, per capita/ano, de aproximadamente 1.700 m³, para toda a população da região, deve ser considerada em “sinal de alerta”, considerando o contínuo crescimento demográfico. Este sinal de alerta corresponde a sofrer problemas de falta d’água somente ocasionalmente. Abaixo deste limite o “stress hídrico” é periódico ou ocorre com regularidade. Caso o limite seja ainda inferior (Ex.: 1000 m³ per capita/ano) é considerada que a região está sob o regime de “crônica escassez de água”.

Limites muito baixos começam a afetar o desenvolvimento econômico, o bem estar e a saúde humana. Níveis inferiores à de 500 m³ per capita/ano considera-se que a situação corresponde à “escassez absoluta”. Todos estes níveis devem ser considerados como referências orientadoras pois o nível em que o “stress hídrico” se manifesta varia para cada região. A variação deste índice está relacionada com função do clima, grau de desenvolvimento econômico e outros fatores, podendo ou não, ser atenuado por programas de conservação e utilização de tecnologias mais eficientes.

Os processos hidrológicos são influenciados pelas mudanças climáticas que afetam a disponibilidade e qualidade de água. A precipitação, o escoamento de água superficial e a recarga de água subterrânea são variáveis dependendo do cenário climático da região. É previsto pelo IPCC que a magnitude e frequências de vazões máximas podem aumentar em regiões do planeta, e as vazões mínimas sejam ainda menores em muitas outras regiões. Esta afirmação torna preocupante o cenário atual da região semi árida brasileira, pois implica em uma estimativa, para alterações do regime de escoamento dos rios devido o regime de precipitação. Há ainda pouco acesso da água pela população, um exemplo é a população da região do semi árido brasileiro.

Embora o país seja privilegiado em termos de disponibilidade hídrica global, a concentração da população brasileira em centros urbanos gera um aumento nas pressões sobre os recursos hídricos. É possível encontrar estados Brasileiros em situação crítica referente à disponibilidade hídrica per capita, como as metrópoles: São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Brasília. Também se

2 Retirado das considerações sobre sustentabilidade e vulnerabilidade dos Recursos Hídricos, STRESS HÍDRICO, Gertjan B. Beekman, Consultor em Recursos Hídricos.

encontram regiões metropolitanas com situações consideradas sustentáveis quanto à disponibilidade hídrica per capita: Salvador, Curitiba e Goiânia. Favoravelmente, há regiões brasileiras que não apresentam problemas da disponibilidade hídrica: Porto Alegre, Belém e Manaus, devido também a fatores de localidade próxima às fontes de vazões elevadas.³

A distribuição de água é não uniforme no espaço territorial e entre as classes sociais, esta última pode ser considerado um reflexo das desigualdades sociais. No Brasil, famílias que recebem um limite de dois salários mínimos 38% não têm acesso aos serviços públicos de abastecimento de água. Outra família que possui renda acima de dez salários mínimos apenas uma parcela inferior a 1% não têm acesso aos serviços públicos de abastecimento de água. Este comportamento está associado à capacidade de pagar pelo serviço.⁴

No Brasil, estima-se que o maior volume de água captado ainda é destinado à atividade agrícola, seguindo a tendência mundial. Para as atividades industriais, são captados cerca de 10% do total de água captado. Restando menos de 20% da captação de água para a destinação ao abastecimento de água para a população. Esta estimativa expressa que a disponibilidade hídrica e o acesso são fatores distintos que devem ser analisados como tal.

DEFINIÇÃO DO ÍNDICE

Considerado uma ferramenta que permite monitorar o progresso dos setores de gestão da água. É um método para disponibilizar informações relevantes às tomadas de decisão política. Pode ser incluído no índice de preço ao consumidor. É ainda outro atributo é subsidiar e apoiar o planejamento para o desenvolvimento sustentável. Para obter uma abordagem realista deve ser tratado com ótica multidisciplinar. São estes que compõem o índice de pobreza hídrica: (i) Disponibilidade do recurso; (ii) acesso ao recurso; (iii) capacidade humana e infraestrutura; (iv) eficiência no uso e (v) integridade ambiental. A relação do índice com a realidade é que quanto menor o índice, maior será a pobreza hídrica da população.

O Índice deve ser aplicado em escalas e padrões variáveis para tornar-se capaz de comparações, sendo um mecanismo que prioriza as necessidades de água em cada localidade. Em níveis nacionais, o cálculo considera alguns subcomponentes - entre eles: (i) variáveis geoespaciais; (ii) quantidade e disponibilidade de recursos; (iii) acesso e direito à propriedade; (iv) utilização e eficiência econômica; (v) grau de instrução e capacitação da população e (vi) manutenção da integridade ecológica. A partir destes subcomponentes pode-se resultar em uma evolução do índice de pobreza hídrica para um índice de vulnerabilidade climática.

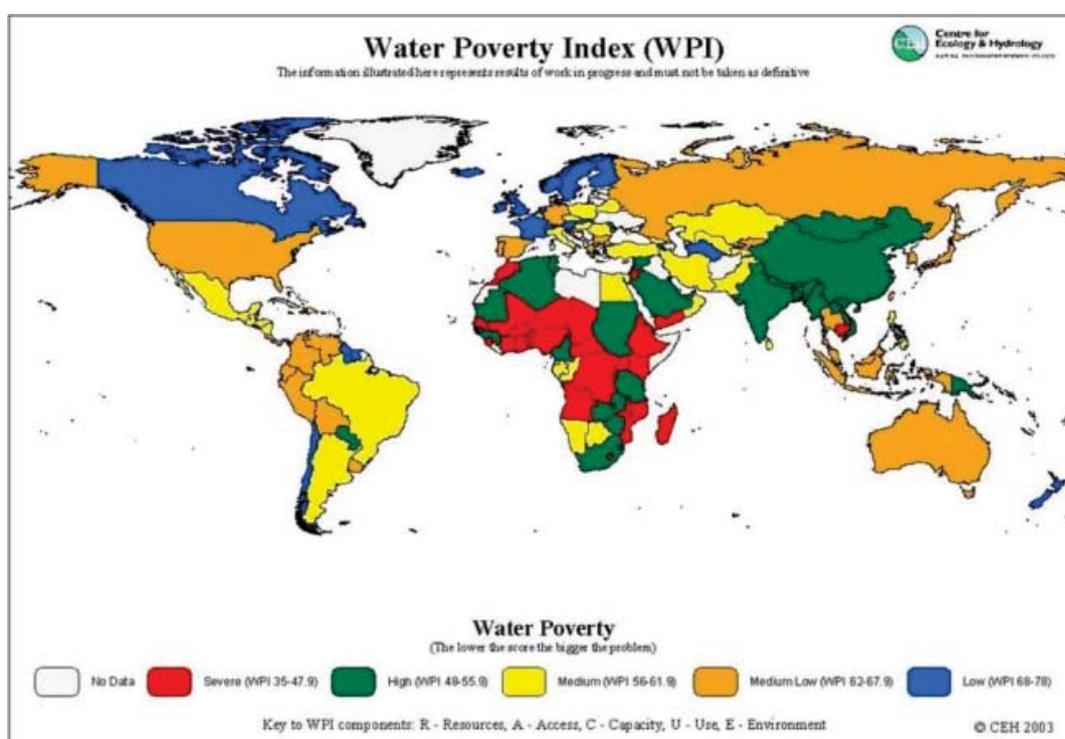
3 De acordo com Demanboro e Mariotoni (2001). O Conceito de Escala e o Desenvolvimento Sustentável: Implicações sobre os Recursos Energéticos e Hídricos. Projeto Água - Unicamp. Jan/2001.

4 Baseado nas definições de Rato e Macedo (1997). Saneamento básico no Estado do Rio de Janeiro. Gestão de Recursos Hídricos e de Saneamento - A Experiência Alemã. Anais.

APLICAÇÃO

Calcula-se que o Brasil possui um índice igual a 61,2 WPI, este valor é inferior ao esperado devido aos grandes reservatórios de água existentes no país. A riqueza em recursos hídricos não prevalece sobre a sua subutilização, portanto outros países estão superiores ao Brasil, mesmo aqueles que não possuem a mesma quantidade hídrica. A figura 1: Mapa temático da situação hídrica classificado pelo índice de pobreza hídrica permite analisar melhor o comportamento do cenário de pobreza hídrica no planeta. É fácil de identificar a situação crítica da África - é um continente mais vulnerável que a Ásia - e a situação favorável da América do Norte que lidera o índice de pobreza hídrica, ou seja, é menor a pobreza hídrica para a população.

Figura 14 - Mapa temático da situação hídrica classificado pelo índice de pobreza hídrica.



Fonte: Caroline Sullivan

A nível interno dos países sub-nacional, o IPH já foi aplicado na Tailândia, Indonésia, Sri Lanka, Bangladesh, Nepal, China, Bósnia, Nigéria, Quênia, Tanzânia, Zimbábue, Etiópia, África do Sul, No Leste da África, a Argélia, México, Peru, Argentina e Chile. Além de subsidiar índices do Canadá (Canadian Water Sustainability Index) e o índice de segurança de água dos Estados Unidos –(Water Security Risk Index).

NO BRASIL

Renata Mendes Luna, professora do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental, da Universidade Federal do Ceará, aplicou o IPH no Brasil, na bacia do Salgado, sudeste do estado do Ceará. O principal objetivo da pesquisa realizada no Ceará é a de ajudar a luta contra a escassez de água, particularmente quando se relaciona às pessoas pobres. São necessárias ferramentas que permite aos governos e às agências de desenvolvimento monitorar o progresso, buscando verificar o que está sendo alcançado e alertá-los sobre onde estão os problemas. Estes objetivos vão de encontro com a melhora da qualidade de vida de pessoas que vivem em áreas bastante secas.

Quando não há água, surgem problemas de saúde na população, associadas também à falta de salubridade e higiene ou, simplesmente, por ter de transportar água. A dificuldade de água no sertão cearense obriga as famílias a ficarem na dependência do abastecimento de emergência feito por carros-pipa.

A bacia do rio Salgado é caracterizada pela composição populacional de influência de 23 municípios, característica inerente da caatinga, diversidade fitoecológica, populações diferenciadas do ponto de vista sócio-econômico. Os indicadores de recursos de uso, de disponibilidade, de acesso e meio ambiente, foram possíveis de serem desenvolvidos a partir das variáveis de desenvolvimento humano da região. Uma conclusão interessante acerca do IPH, Caroline Sullivan destaca, que “os conflitos pelo uso da água podem surgir quando os sistemas de distribuição de água não atendem as pessoas pobres. Ao tomar decisões de gestão da água mais justas e transparentes, o Índice pode contribuir para a erradicação das condições que reforçam a pobreza”.

Os resultados do estado do Ceará possibilitaram a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) nortearem a verificação de quais municípios apresentam posição mais severa e as quais precisam de atenção para a implementação de medidas. Demais dificuldades que causam a pobreza de água no semi-árido e impedem o sucesso das políticas atuais no setor, estão no documento “Desenvolvimento do Índice de Pobreza Hídrica (IPH) para o Semiárido Brasileiro”, documento final da tese de mestrado da pesquisadora Renata Mendes Luna.

10.4. Mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) e mudanças climáticas;

Contexto

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS MUDANÇAS DO CLIMA.

A convenção Marco das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas representa um acordo multilateral aprovado e aberto para o endosso das partes durante a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro em 1992 - Eco-Rio 92. Até o presente, 192 Países incluindo a União Europeia, aceitaram, aprovaram, aderiram e ratificaram a “Convenção”.

Neste Tratado Internacional, as partes signatárias reconhecem a mudança global do clima como ‘uma preocupação comum da humanidade’ e propuseram a elaboração de uma estratégia global para proteger o sistema climático para as gerações presentes e futuras.

Ao entrar em vigor, a convenção em 1994 estabeleceu um regime jurídico internacional cujo objetivo principal é alcançar a estabilização das concentrações dos Gases de Efeito Estufa - GEE's na atmosfera em um nível que impeça interferências antropicas que representem ameaça ao sistema climático. Este nível de estabilização deveria ser alcançado em um tempo suficiente para permitir que os eco sistemas se adaptem naturalmente as mudanças climáticas, e assegurar que a produção de alimentos não seja ameaçada permitindo que o desenvolvimento econômico “se proceda de forma sustentável”. Adicionalmente, como objetivo de mitigação, a Convenção estabeleceu que os Países desenvolvidos signatários, deveriam tomar à iniciativa no combate as mudanças climáticas e neste sentido, conduzir os seus esforços para reduzir as emissões de efeito estufa e assegurar que retornem nos anos 2000, aos níveis anteriores a 1990.

Em Kyoto-Japao-1997, foi adotado como Protocolo da Convenção sobre Mudanças Climáticas, o denominado Protocolo de Kyoto, que estabeleceu compromissos quantificados para os Países industrializados sobre a redução ou limitação das emissões antropogenicas de gases de efeito estufa.

As Metas estabelecidas pelo Protocolo estipulam que não podem ser excedidos os limites estabelecidos, ou seja, uma redução de pelo menos 5% em relação aos níveis verificados durante o ano de 1990. Estas Metas deverão ser alcançadas no período compreendido entre 2008 e 2012, denominado como primeiro período de compromisso.

Deve-se ressaltar que o não cumprimento das Metas estabelecidas pelo Protocolo, acarreta consequências juridicamente vinculantes.

O Protocolo de Kyoto estabeleceu três Mecanismos Adicionais de Implementação, complementar as medidas de redução de emissões de gases e remoção de gases de efeito estufa.

O MDL constitui o único mecanismo que os Países desenvolvidos, que tem compromissos quantificados de redução e limitação de emissões estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto, podem utilizar para alcançar parte das Metas estabelecidas mediante a aquisição de Certificados de Redução de Emissões gerados por projetos de MDL em Países em desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo-MDL teve sua origem na proposição de criação de um Fundo de Desenvolvimento Limpo que seria formado por meio de recursos financeiros dos Países desenvolvidos que não cumprem suas obrigações quantificadas de redução ou limitação de emissões de gases de efeito estufa, (usualmente denominadas “Metas”).

Este Fundo seria utilizado para desenvolver projetos em Países em desenvolvimento com a conotação de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo-MDL.

O Mecanismo consiste em permitir que um País que tenha adotado o compromisso de redução de emissões, de adquirir Certificados de Redução de Emissões-CRE, gerados por projetos de MDL e implantados em Países em desenvolvimento como forma de cumprir parte de suas obrigações quantificadas no âmbito do Protocolo.

O princípio consiste e objetiva que um Projeto ao ser implantado, propicie um benefício ambiental (redução de emissões de GEE ou remoção de CO₂) na forma de um ativo financeiro, negociável. Estes projetos devem implicar em reduções de emissões adicionais a aquelas que ocorreriam na ausência do projeto proposto, desta forma assegurando benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo para a mitigação das mudanças climáticas segundo os preceitos do Protocolo de Kyoto.

Os projetos devem estar relacionados a um ou diversos gases previsto pelo Protocolo no âmbito dos diversos setores e atividades. Como exemplo apresenta-se aqueles mais relacionados com os temas relacionados ao Combate a Desertificação e escopo do Projeto de Cooperação Técnica IICA-MI.

SETORES/ATIVIDADE	FONTES	GASES
AGRICULTURA	Solos Agrícolas	Dióxido de Carbono (CO ₂) Metano (CH ₄) Oxido Nitroso (N ₂ O)
	Queimadas de vegetação nativa	
	Queima de resíduos agrícolas	
	Tratamento de matéria orgânica	
	Fermentação orgânica	

Podem participar de uma atividade de projeto de MDL, entidades publicas, privadas e associações publica-privadas, desde que seja devidamente autorizada pelos respectivos Países. O MDL é um mecanismo de mercado que estimula a ativa participação do setor privado, por sua reconhecida agilidade, flexibilidade e capacidade de resposta. O comprometimento e envolvimento deste setor é crucial para a efetividade das ações de ações de mitigação.

O cumprimento ou não das Metas dos Países do Anexo I (Os Países desenvolvidos listados no Anexo I representam aqueles que têm o compromisso de reduzir emissões com metas quantificáveis enquanto que o país em desenvolvimento não tem este compromisso formal.) será verificado após o final do primeiro período de compromisso e deverão demonstrar que suas emissões durante o período de 2008 a 2012 são iguais ou inferiores que um determinado limite estabelecido. Se o País porventura emite além

do limite preestabelecido para o período, neste caso deverá compensar a diferença com os créditos de carbono que poderão ser gerados pelos mecanismos especificados pelo Protocolo de Kyoto, entre os quais o MDL.

É importante levar em consideração o fato que o MDL constitui um mecanismo construído em uma mesa de negociações e que reflita o consenso alcançado pelas Partes participantes. Desta forma, como um instrumento político, deve ser suficientemente abrangente para acomodar os interesses das Partes interessadas.

O MDL representa um instrumento, que além de permitir a redução de emissões de maneira mais econômica para os países do Anexo I, fomenta o fluxo de recursos e a transferência de tecnologias dos países industrializados para os países em desenvolvimento, sem o comprometimento da oportunidade legítima de garantir um crescimento econômico e bem estar sócio ambiental.

No âmbito da cooperação técnica internacional, os projetos podem ser formulados com os seus objetivos técnicos específicos com a devida incorporação dos princípios orientadores do MDL.

Este procedimento poderá contribuir para sua viabilização econômica e o atendimento dos compromissos de Governo para a redução de emissões de gases de efeito estufa (EEG's), vis-à-vis, os acordos e os protocolos internacionais vigentes e a serem pactuados e que deverão refletir os cenários preconizados para o período sequencial e posterior ao ano de 2012.

10.5. Política Nacional de Segurança de Barragens;

O ano de 2010 foi um marco para o Brasil no setor de segurança de barragens. Após sete anos de atuação articulada de vários profissionais, entidades e órgãos, finalmente foi sancionada em 21 de setembro, a Política Nacional de Segurança de Barragens pela Lei nº 12.334/2010. A lei define, entre outras, as responsabilidades e atribuições a respeito do cuidado com a segurança das barragens Brasileiras, caracterizadas pela destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNIB). Esta lei altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o art. 4 da Lei nº 9.984 de 17 de julho de 2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA.

A ANA ficará encarregada de: (i) organizar, implantar e gerir o SNIB; (ii) promover articulação entre órgãos fiscalizadores das barragens; (iii) coordenar a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens; e (iv) encaminhar anualmente ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

PESQUISAS: BASES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A participação da Comunidade Técnica deu-se por meio de entidades técnicas nacionais, tais como: ABMS – Associação Brasileira de Mecânica de Solos e Engenharia Geotécnica, CBDB – Comitê Brasileiro de Barragens, ABGE – Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental, Ibraco – Instituto

Brasileiro do Concreto, e o Clube de Engenharia. De tal modo, participaram desde a elaboração do texto proposto para a lei, através de atividades públicas de apresentação de necessidades e avanços, que a engenharia e a sociedade devem obter com o estabelecimento de uma Política de Segurança para as Barragens Nacionais.

O processo de elaboração da lei envolveu diversos trabalhos e contou com a dedicação de diferentes atores e associações que deram muita força ao documento. Com o respaldo técnico o documento agregou valor para que o Senado pudesse aprovar com seguridade, analisando requisitos necessários. Em 2008 foi elaborado o documento chamado “Considerações de Interesse Público sobre a Segurança de Barragens no Brasil” que mostra a importância da aprovação da lei.

PRINCIPAIS PONTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

O órgão fiscalizador é obrigado: (i) Manter cadastro das barragens sob sua jurisdição, com identificação dos empreendedores, para fins de incorporação ao SNISB (Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragem). (ii) Exigir do empreendedor a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), por profissional habilitado pelo sistema CONFEA/CREA (Conselho Federal e Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Urbanismo), dos estudos, planos, projetos, construção, fiscalização e demais relatórios citados nesta lei. (iii) exigir do empreendedor o cumprimento das recomendações contidas nos relatórios de inspeção e revisão periódica de segurança. (iv) Articular-se com outros órgãos envolvidos com a implantação e a operação de barragens no âmbito da bacia hidrográfica. (v) Exigir do empreendedor o cadastramento e atualização das informações relativas à barragem no SNISB. (vi) informar imediatamente a ANA e ao Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) qualquer inconformidade que implique risco imediato à segurança ou qualquer acidente ocorrido nas barragens sob sua jurisdição. (vii) implantar o cadastro das barragens no prazo máximo de 2 (dois) anos, a partir da publicação da lei.

O empreendedor de barragem é obrigado: (i) prover os recursos necessários à garantia da segurança de barragem. (ii) providenciar, para novos empreendimentos, a elaboração do projeto final como construído. (iii) organizar e manter em bom estado de conservação as informações e a documentação referentes ao projeto, à operação, à manutenção, à segurança e, quando couber, à desativação da barragem. (iv) informar ao respectivo órgão fiscalizador qualquer alteração de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança. (v) manter serviço especializado em segurança de barragem, conforme estabelecido no Plano de Segurança da Barragem. (vi) permitir o acesso irrestrito do órgão fiscalizador e dos órgãos integrantes do Sindec ao local e da barragem e à sua documentação de segurança. (vii) providenciar a elaboração e a atualização do Plano de Segurança da Barragem, observadas as recomendações das inspeções e as revisões periódicas de segurança. (viii) realizar as inspeções de segurança. (ix) elaborar as revisões periódicas de segurança. (x) manter registros dos níveis dos reservatórios, com a respectiva correspondência em volume armazenado, e das características químicas e físicas do fluido armazenado, conforme estabelecido pelo órgão fiscalizador. (xi) manter registros dos níveis de contaminação do solo e do lençol freático na área de influência do reservatório, conforme estabelecido pelo órgão fiscalizador. (xii) Cadastrar e manter atualizadas as informações relativas à barragem no SNISB.

RISCOS

Para trazer tranquilidade e segurança à população, que vive na área de influência de barragens, é necessária uma regulamentação sobre: responsabilidades, procedimentos e fiscalização. Altos índices de acidentes causados pelo rompimento ou danos encontrados em barragens justificam a preocupação real da população e órgãos competentes. Pois, acidentes e incidentes com barragens são constantes no Brasil. Em média, nos últimos oito anos, a cada ano, três ou quatro barragens apresentam graves problemas no Brasil, ocasionando problemas ambientais e até perdas de vidas humanas. Há diversas barragens sem dono, sem manutenção, sem vistoria. Apesar do reconhecimento mundial da engenharia brasileira em planejamento, projeto, construção e operação. Existe um grande número de pequenas barragens construídas sem critérios, sem a correta inspeção e manutenção, às vezes até mesmo sendo desconhecidas dos órgãos responsáveis. De acordo com a comunidade técnica faltavam critérios e padrões com relação à gestão de segurança dessas obras, pois não existia até o momento uma legislação que obrigava a sua conservação e manutenção. Também não havia uma definição de responsabilidades e qualificação de profissionais que atuam na área de Segurança de Barragens, o que significa apresentar condição em que a ocorrência de ameaças impostas por uma barragem à vida, à saúde, à propriedade ou ao meio ambiente se mantém em níveis de risco aceitáveis.

Cerca de 40 países adotam algum programa de segurança de barragens, entre os quais: Suécia, Suíça, Canadá, EUA, Reino Unido, Holanda e Espanha possuem suas normas e procedimentos. Estes países possuem um índice de acidentes considerado tolerável, sendo um acidente para dez mil barragens por ano. Porém, no Brasil sem programa ou política de segurança os índices era considerado elevado. Em que ocorria cerca de um caso para duzentos e cinquenta barragens por ano. O índice de acidentes no Brasil é dez vezes maior que o tolerável.

CENÁRIO

O Brasil possui uma matriz energética baseada em fontes hidroenergéticas. Neste setor concentram-se a maior parcela de construção de barragens, além de possuírem características de grande porte, sendo assim necessitam de um planejamento de segurança ainda maior quando comparado a outros reservatórios de pequeno e médio porte. Acidentes ocasionados por rompimentos de barragens no Brasil favoreceram a necessidade de uma Política Pública para o setor.

A realidade do Brasil em acidentes e riscos causados por falta de segurança, supervisão e manutenção, apresenta em média cem acidentes por ano, nos últimos oito anos. Aproximadamente 70 acidentes ocorreram durante o ano de 2008. Em janeiro, deste ano, um acidente chamou a atenção, na barragem da Usina Hidrelétrica de Espora, no sudoeste de Goiás, que rompeu parcialmente, causando: isolamento de cidades, alagando fazendas e trazendo prejuízos ambientais e materiais. Em 2009 ocorreu o rompimento da barragem de Algodões I, no Piauí, o que resultou na perda de atividades e destruiu 13 comunidades rurais ao longo do Rio Birangi, atingindo cerca de 80 famílias.

O Brasil possui cerca de quinze mil reservatórios e espelhos d'água, com mais de 20 Ha. E volume superior a um milhão de metros cúbicos, de acordo com o "Mapeamento de espelhos d'água do Brasil" elaborado pelo MI – Ministério de Integração Nacional.

AVANÇO

A partir desse marco, os órgãos fiscalizadores definirão a regulamentação e capacitação os responsáveis por barragens. Deu-se início a uma regulamentação efetiva sobre o risco das barragens brasileiras. Nesse momento, a sociedade brasileira define os parâmetros e suas exigências no assunto segurança de barragens e se insere na busca de índices de acidentes, no mínimo, toleráveis alcançados pelos países desenvolvidos. É importante que aconteça um processo de mudança cultural, dentro do âmbito técnico e político, para atingir este objetivo.

10.6. Geoprocessamento e Georreferenciamento a Experiência do IICA-RIB;

APRESENTAÇÃO⁵

Seguindo as premissas de conservação no bioma Cerrado, bem como a intervenção em áreas de expansão da fronteira agrícola, o oeste do Estado da Bahia é uma região prioritária para a agricultura extensiva fortemente apoiada na produção das commodities do algodão e grãos, mormente a soja. Ao longo do tempo, as atividades antrópicas passaram a representar uma significativa pressão sobre o meio ambiente em função do uso dos recursos hídricos, do manejo dos solos e sua ocupação e do modelo de ordenamento territorial adotados. Em decorrência, tornou-se necessário adequar estas atividades às condicionantes estabelecidas para o desenvolvimento sustentável, baseado prioritariamente na garantia da harmonia entre a economia resultante da produção e o correspondente custo ambiental associado. Face ao exposto, os diversos setores representativos da sociedade trataram de conciliar os respectivos interesses setoriais por meio da construção de consenso entre o setor produtivo (Agricultura) e o poder representativo do interesse social (Ministério Público) em conjunto com a parceria representada pelo IBAMA na conservação e preservação dos preceitos legais relativos à questão ambiental. Desta maneira, os compromissos assumidos pelas partes deverão garantir a recuperação de áreas degradadas por ações antrópicas enquadrando-as segundo os requisitos legais, em tempo e magnitude pactuados. Esta forma de conciliação é determinante para a harmonização dos interesses outrora conflitantes.

Portanto, para consubstanciar o consenso, foi necessária a realização de um diagnóstico da situação ambiental, com foco no mapeamento do uso atual do solo e respectivo uso recomendado, utilizando imageamento de satélite de alta resolução, de forma a proporcionar uma base compatível para a elaboração dos trabalhos de levantamentos. Estes, por sua vez, darão apoio aos futuros trabalhos referentes ao cadastramento dos proprietários rurais e negociações para recuperação dos passivos ambientais em cada uma das propriedades rurais nos municípios prioritários da região.

⁵ Gertjan B. Beekman, Coordenador na Área Temática de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente do IICA Brasil.

INTRODUÇÃO

O presente projeto teve o objetivo elaborar a base cartográfica, mapeamento do uso do solo e cadastramento das propriedades rurais no Oeste Baiano, utilizando técnicas de processamento digital de imagens de sensoriamento remoto. O projeto buscou também a integração das instituições parceiras no desenvolvimento de um protocolo comum que permitiu integrar e associar informações que descrevam a dinâmica de ocupação e o grau de conservação ambiental da bacia. Desta forma o projeto auxiliou na racionalização do espaço físico e na determinação de diretrizes que promovam o desenvolvimento sustentável na bacia, a partir da melhoria das atividades individuais e associadas das instituições parceiras, consistindo em um passo fundamental para a revitalização da bacia do rio São Francisco. Os trabalhos tiveram dois enfoques principais: (a) subsidiar o Projeto de Recuperação Ambiental nos municípios prioritários; e (b) subsidiar as ações no Controle de Processos Erosivos das sub-bacias hidrográficas dos rios Grande, Corrente e Margem Esquerda do Carinhanha.

Este trabalho contou com a participação, na sua execução das seguintes instituições parceiras: Ministério da Integração Nacional – MI; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF; Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais (LSIE) da Universidade de Brasília – UnB; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Secretaria de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos da Bahia – SEMARH-BA; e a ONG Internacional The Nature Conservancy – TNC. A execução do Plano de Trabalho e o escopo das suas atividades ficarão sob a responsabilidade do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS ESTUDOS.

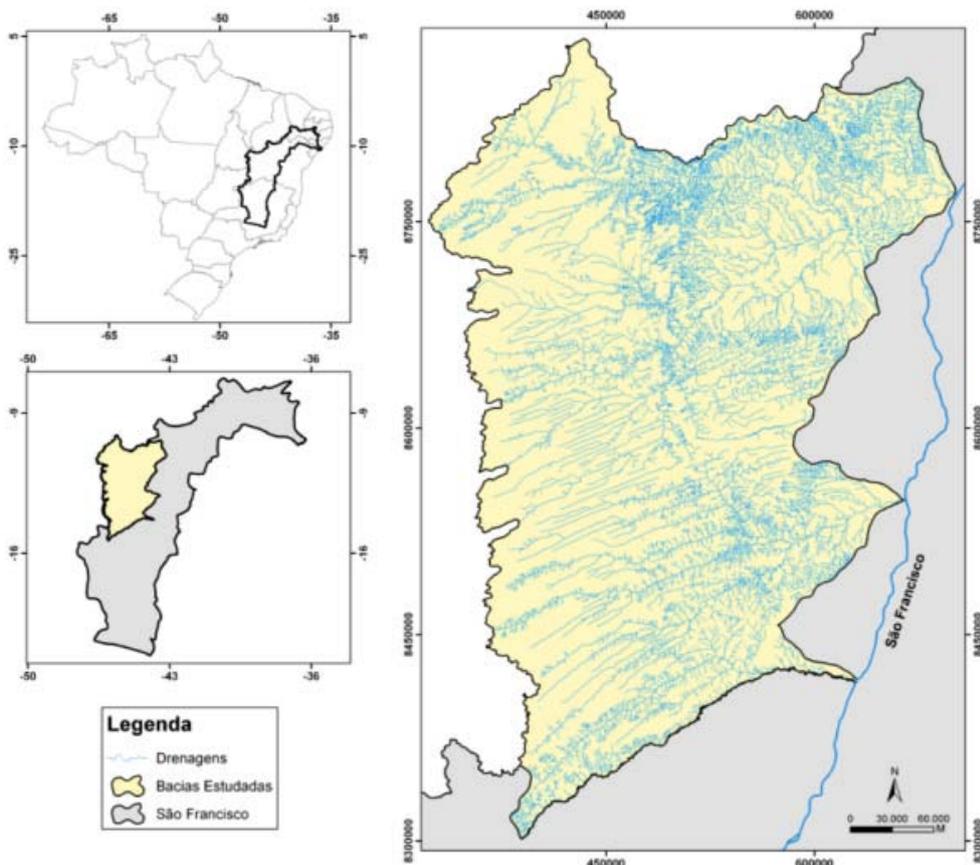


Figura 15 - Rede de drenagem das microbacias do Oeste Baiano

A área de estudo abrangeu sete municípios do Oeste Baiano: Riachão das Neves (5.840,2 km²), Luís Eduardo Magalhães (4.018,8 km²), Barreiras (7.895,2 km²), São Desidério (14.819,6 km²), Correntina (12.142,4 km²), Jaborandi (9.479,8 km²) e Cocos (10.084,3 km²), localizados no estado da Bahia e à margem esquerda do Rio São Francisco (Fig. 1), com extensão total de 64.280,349 km², banhados pelas Bacias dos rios Grande, Preto, Corrente, Pratudão e Pratudinho e Carinhanha, formada por 29 rios perenes. Nesta região houve uma perda de área de Cerrado de 39,6%, de 1986 a 2002, para agropecuária e área urbana (Brannstrom et al. 2008).

Figura 16 - Municípios a serem mapeados



OBJETIVOS

Executar as atividades propostas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/07/001 – Desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e de Estímulo à Conservação, Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais na Região Semiárida do Brasil.

OS OBJETIVOS DO PRESENTE PROJETO:

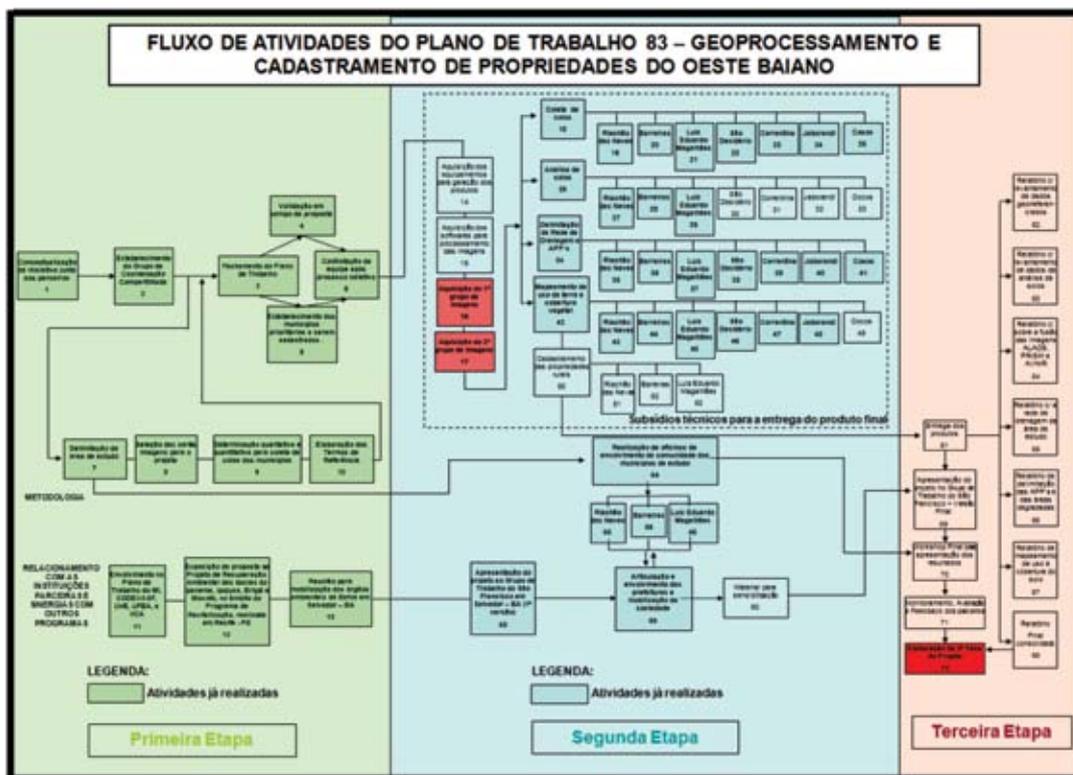
Elaboração da base de dados cartográfica digital, segundo normas vigentes do IBGE, com estruturação de um banco de dados para as áreas do projeto;

Elaboração de diagnósticos com base no mapeamento do uso do solo e da cobertura vegetal nas áreas de intervenção dos processos erosivos, nas referidas sub-bacias hidrográficas; Delimitação das áreas de APP's (Áreas de Preservação Permanente) e áreas degradadas; Análise do uso do solo de forma contínua nos 7 (sete) municípios supracitados (figura 2); Cadastramento de propriedades rurais; E outros planos de informação relevantes para a composição do mosaico de imagens georreferenciadas.

GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

Dada a grandiosidade do presente Projeto e respectivo Plano de Trabalho, desde o início, a equipe gestora do IICA diagnosticou a necessidade de utilizar ferramentas de gestão para assegurar a qualidade, celeridade executiva e confiabilidade dos trabalhos. Em consonância com as premissas do Instituto com vistas ao planejamento, gerenciamento, execução técnica e administração de programas e projetos no intuito de acompanhar de forma eficiente as diversas fases do projeto foram utilizadas duas ferramentas de gestão: Fluxograma das atividades gerais (figura 3) e o Software MS Project® (figura 4).

Figura 17 - Fluxograma das atividades do Plano de Trabalho, especialização das ações



A utilização do Software de gerenciamento de projetos, MS Project®, possibilitou um acompanhamento na condução das tarefas em relação às ações, percentuais de conclusão e atividades predecessoras. A principal vantagem notada no projeto foi a identificação do principal fator limitante do projeto, ou seja, a variável tempo. Em função dos contratempos encontrados e de fatores não previstos que surgiram ao longo da execução do projeto, foi necessário adequar o cronograma temporal em seis meses adicionais.

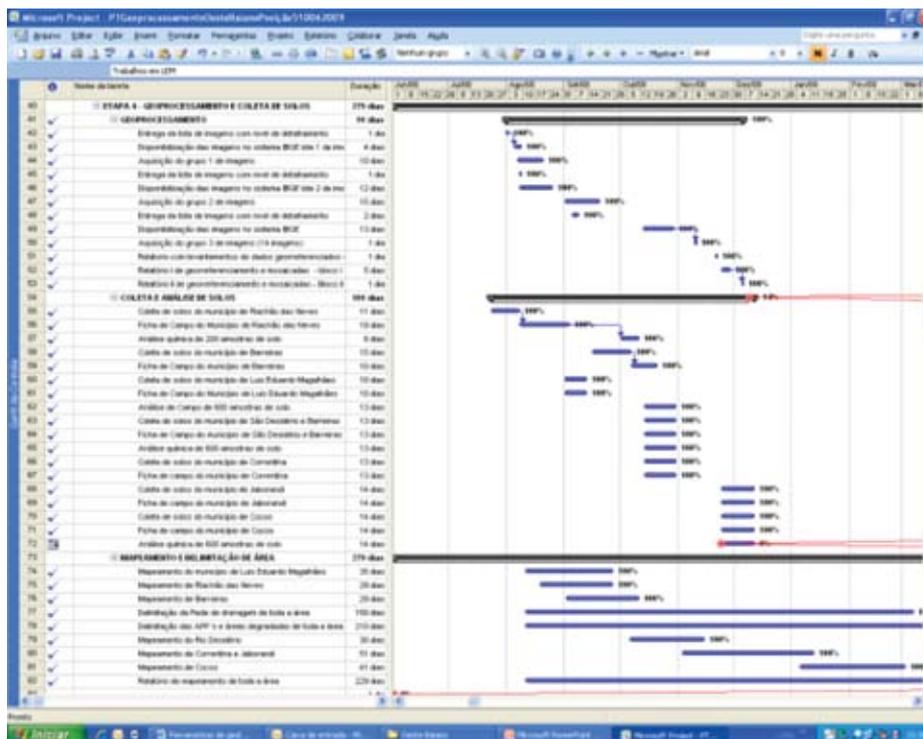
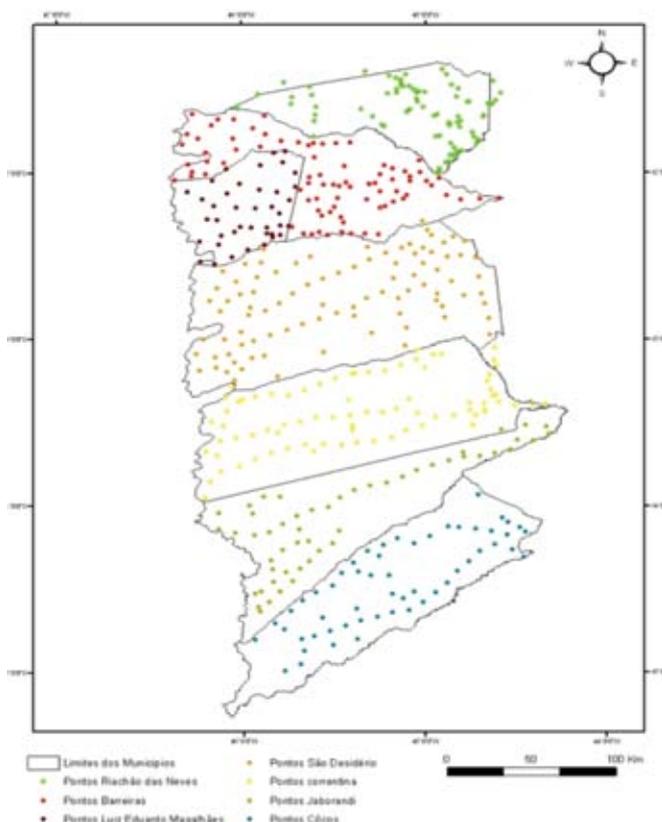


Figura 18 - Tela do Software de acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho.

Atividades de Coleta de Amostras e Análise de Solos

Foram descritos e coletados utilizando um trado holandês 505 pontos, totalizando 2163 amostras de solo, isso, em cinco profundidades, 0-20, 20-40, 60-80, 80-100 e 100 - 120 cm e identificados no campo conforme as imagens de exemplos de cada município.

Figura 19 - Pontos de Coleta de Solos

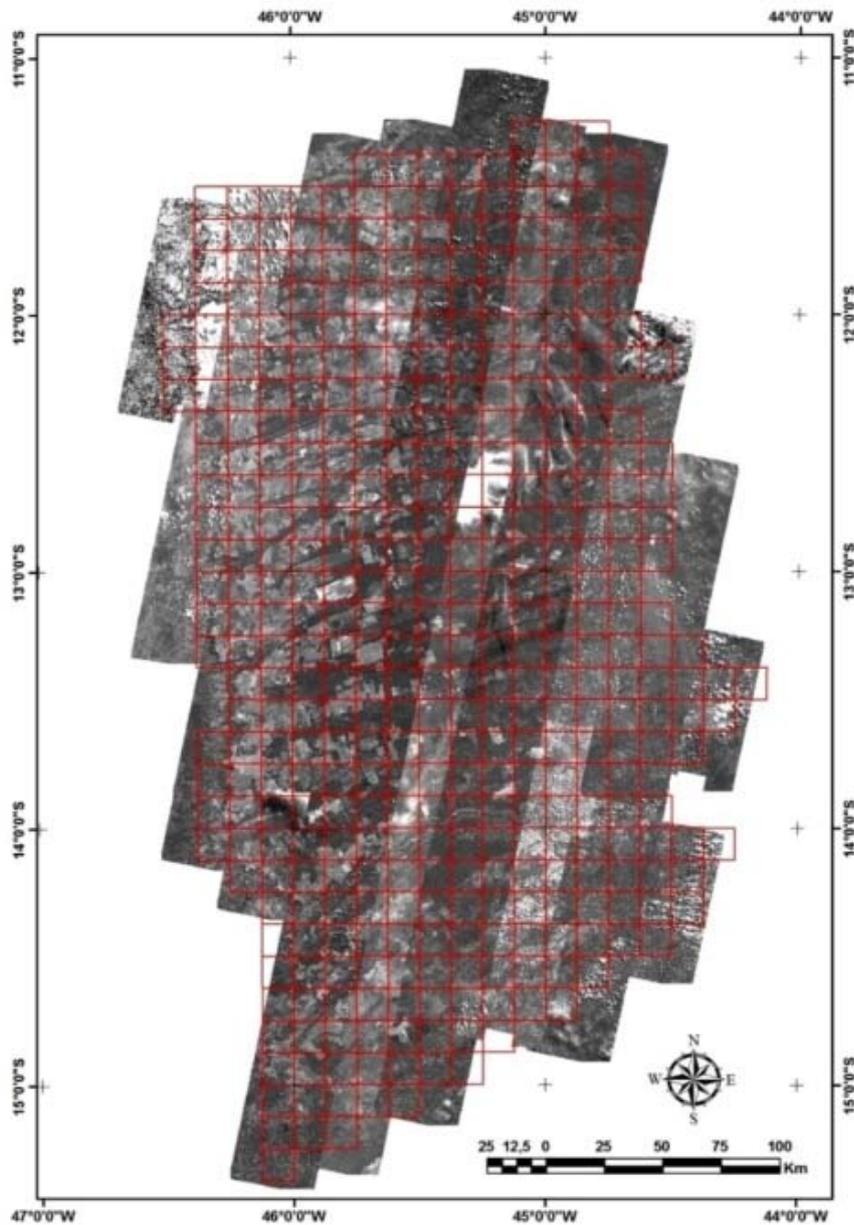


ATIVIDADES DE GEOPROCESSAMENTO

No presente trabalho foram utilizadas imagens de alta resolução do sensor PRISM/ALOS, referente ao ano de 2007 e 2008.

Para recobrir toda a área de estudo foi necessário um total de 225 imagens ALOS/PRISM, a partir dessas imagens foi elaborado um mosaico da área de estudo, que compõe um total de 413 cartas na escala 1: 25.000 conforme a articulação do IBGE (Figura 6).

Figura 20 - Mosaico das imagens ALOS com a articulação das 413 cartas na escala de 1:25.000 do projeto



A metodologia consta de quatro etapas: (a) adensamento das redes de drenagem, (b) delimitação das APP, (c) mapeamento do uso e cobertura do solo e (d) mapeamento das áreas com uso indevido nas áreas de preservação permanente.

ATIVIDADES DE CADASTRAMENTO

O cadastramento das propriedades rurais ocorreu nos municípios de Barreiras, Riachão das Neves e Luis Eduardo Magalhães para obter o limite das propriedades rurais, sobrepô-las ao mapa de uso e identificar os passivos ambientais relacionados à Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal nas propriedades rurais. A partir daí o proprietário deve buscar junto ao órgão ambiental da região, responsável em licenciar as propriedades, as ações necessárias para a regularização ambiental de sua propriedade.

Figura 21 - Modelo de mapa entregue aos proprietários
(propriedade digitalizada)



CONCLUSÕES

Devido à abrangência da área mapeada e dos propósitos levantados, o presente projeto permitiu elaborar uma metodologia de baixo custo para levantar e diagnosticar o uso da terra e os problemas ambientais nas áreas de preservação permanente do Oeste da Bahia.

Desta forma, o presente trabalho contribui para a consolidação de pesquisas em processamento e análise das informações espaciais na bacia do São Francisco, gerando uma base cartográfica que auxiliará nas pesquisas e serviços que contribuam para o uso racional dos recursos naturais. Portanto, este material conjuga relevantes informações para a execução dos trabalhos dos levantamentos cadastrais, diagnóstico dos recursos econômicos implantados e indica usos indevidos em áreas de preservação permanente de forma a orientar trabalhos educacionais junto à população.

A execução de projetos desta magnitude demonstrou grande viabilidade técnica e econômica, principalmente quando é levado em consideração o custo total. O projeto teve quatro principais fases: coleta e análises de solos, geoprocessamento e cadastramento de propriedades rurais. Para cada etapa foram utilizados vários insumos, que por meio de parcerias e convênios com instituições parceiras demonstrou um baixo custo em comparação com a execução sem as várias instituições participantes.

O TRABALHO COM A UNIVERSIDADE

O projeto consistiu de uma sólida integração do ensino-pesquisa-extensão estando dentro das prerrogativas da indissociabilidade universitária. Como os propósitos do projeto estão direcionados para resolver problemas prementes das instituições federais e da sociedade, os produtos da pesquisa e ensino adquirem um caráter de aplicação imediata em atividades de extensão.

As instituições envolvidas mostram-se interessadas não só na informação gerada, mas também na capacitação e de estudo continuado dos seus técnicos e dos futuros profissionais que entrarão nos seus quadros de funcionários. Dessa forma, o presente projeto congrega diferentes características como ineditismo, pioneirismo, resgate histórico e extensão.

LEGISLAÇÃO

Durante a vigência do projeto foi publicada a Lei Estadual Nº 11.478/2009, que aprova o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais. O projeto teve influência direta na publicação dessa lei, pois foi criada uma demanda no sentido de atrair os agricultores para regularização de suas propriedades.

Outra contribuição do projeto foi promover o estreitamento de relações entre entidades dos poderes federal, estadual e municipal, com intuito de reunir esforços para regularização ambiental de propriedades rurais do estado da Bahia, principalmente as localizadas no oeste do estado, vinculadas ao agronegócio.

RECOMENDAÇÕES

O cenário observado na região recomenda o prosseguimento do projeto para permitir a continuidade do ordenamento das ações antrópicas e utilização ambientalmente sustentável do potencial de recursos produtivos existentes, para que se possa evitar a deterioração dos seus ecossistemas, com os subsequentes danos sociais, econômicos, ecológicos e culturais.

Em fases subsequentes aos atuais estudos de Georreferenciamento, poderão incorporar, a julgamento do Grupo de Trabalho do Oeste da Bahia, outros Planos de Informação, que poderão subsidiar os siste-

mas de produção existentes. Temas tais como: a sanidade vegetal, saúde animal e inocuidade alimentar poderão ser incorporados à Base de Dados Geográficos e modelados pelo SIG, construindo mapas específicos a serem utilizados para formulação de Programas ou de ações de intervenção e de estímulo à produção e incentivo à qualidade de vida e o contexto socioeconômico das comunidades locais.

10.7. Sistemas de Alerta Precoce para o Combate à Desertificação

A desertificação, segundo a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CCD), é a degradação de terras nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas do planeta. Significa a destruição da base de recursos naturais, como resultado da ação do homem sobre o seu ambiente, e de fenômenos naturais, como a variabilidade climática.

O Brasil ratificou a referência à convenção citada assumindo compromissos com o processo de transformação da sociedade brasileira, centrado na busca da erradicação da pobreza e da desigualdade, e tendo como paradigma o desenvolvimento sustentável, bem como a construção de mecanismos que apoiam os tomadores de decisão no desenho e implementação das políticas públicas.

O processo da desertificação passou a ser estudado a partir de 1970. A maioria dos estudiosos do tema concordam com as proposições da CCD sobre os fatores determinantes da desertificação, resultantes de vários fatores incluindo variações climáticas e atividades humanas.

Um recente relatório do PNUMA (Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente) menciona que, embora haja iniciativas internacionais para resolução do problema da desertificação, o mundo ainda perde constantemente terreno para esse fenômeno, com cerca de 1 bilhão de pessoas já diretamente afetadas e com 5,2 milhões de hectares de terras áridas utilizáveis, em mais de 100 países, em processo de erosão e destruição do solo.

A degradação e a desertificação são particularmente agudos na região subsaariana, onde residem mais de 200 milhões de pessoas. A degradação do solo é também severa na Ásia e na América Latina. Nesse último continente mais de 516 milhões de hectares são afetados pela desertificação. Com isso perde-se 24 bilhões de toneladas por ano da camada arável do solo, afetando negativamente a produção agrícola e o desenvolvimento sustentável.

No Brasil as Áreas Suscetíveis à Desertificação concentram-se em sua maior parte no Nordeste, onde prevalecem os espaços semiáridos e subúmidos secos, bem como em localidades afetadas pela seca nas regiões adjacentes ao Nordeste, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foram delimitadas de acordo com os pressupostos da CCD, que tomam base à classificação climática de Thornthwaite (1941). As Áreas Suscetíveis à Desertificação representam 1.33.076 quilômetros quadrados, ou 15,72% do território brasileiro, que concentra mais de 31,6 milhões de habitantes, que corresponde a 18,65% da população do país, de acordo com o Sumário Executivo do PAN (Brasil) - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, essas áreas são vulneráveis à ação humana, devido principalmente à urbanização desordenada que acarreta a perda da vegetação, degradação dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade.

A seca é outra pressão que o ambiente sofre com frequência em locais que são afetadas pela desertificação, correspondente ao clima regional que apresenta escassez e irregularidades de chuvas. Porém, não ocorre ao longo de toda região semiárida, pode haver anos de seca parcial ao total. As áreas mais afetadas pela seca no Nordeste são aquelas que se encontram sob influência direta da Zona de Convergência Intertropical – ZCIT.

Nesse sentido a UNCCD recomenda aos países signatários a utilização de soluções em ciência e tecnologia avançadas para o desenvolvimento de ferramentas que possam prever e orientar intervenções a fim de combater e mitigar eventos extremos de desertificação e seca, os chamados SAP's (Sistemas de Alerta Precoce de Secas e Desertificação).

O SAP – Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação, em fase de elaboração no Brasil, será capaz de prever períodos de seca no semi-árido brasileiro, desenhar cenários futuros em um contexto de mudanças climáticas e contribuição para políticas públicas de mitigação desses fenômenos, beneficiando a população. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) pretendem colocar o sistema em operação a partir de 2011.

O sistema surge para atender às recomendações da Comunidade Internacional, bem como as prioridades estabelecidas pelo Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (Pan-Brasil). Também se alinhando a outros programas e planos, como o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Caatinga.

O sistema de alerta precoce deve utilizar as bases técnicas necessárias para a formulação de estratégias de redução de desastres e na formulação de ações em todos os níveis de governo e nas organizações sociais, bem como servir de fonte de informação para a sociedade. Também deve integrar e assimilar dados espaciais e temporais de caráter socioeconômico, biogeofísicos em diferentes escalas espaciais e temporais em um Sistema de Informação Geográfica (SIG) e imagens de satélite.

O sistema deverá possuir os seguintes componentes: módulo de avaliação e de monitoramento da degradação de terra; módulo de análise de vulnerabilidade; módulo de disseminação da informação e módulo de prevenção, controle e mitigação da degradação.

A metodologia para avaliar a desertificação será em sua maioria de acordo com a identificação dos indicadores das diversas escalas associados à região, através de uma análise multifatorial baseada simultaneamente num conhecimento geral e local dos processos atuantes. É possível com esta escala analisar com maior detalhe as propriedades do solo e da vegetação e aspectos da topografia local, como o declive ou a exposição das vertentes.

10.9. ENED – uma experiência visando subsídios para um plano de desenvolvimento sustentável da Região Semi-Árida;

INTRODUÇÃO

Em Março de 2010 o Semiárido Brasileiro (Petrolina/PE e Juazeiro/BA), foi palco do 1º Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação (I ENED). O objetivo principal do evento foi construir proposta para um Plano de Desenvolvimento Sustentável no Semiárido e nas Áreas Suscetíveis à Desertificação. O encontro nacional subsidiou compromissos entre os Governos Federal e Estaduais, na formulação e implementação dos PAE's (Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca). A partir de uma agenda com propostas de ações para o combate à desertificação construiu-se uma estratégia de atuação desse tema no encontro Nacional.

A iniciativa buscou identificar, ainda, as ações em curso no âmbito do Desenvolvimento Sustentável no Semiárido, onde se destacam na esfera governamental: (i) O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) e (ii) O Plano de Desenvolvimento do Nordeste e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA). Ações conduzidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Ministério de Integração Nacional (MI), respectivamente. Objetivos secundários permearam o ENED, tais como: (i) Elevar o tema Combate à Desertificação, a um lugar de destaque em políticas públicas. (ii) Incentivar um envolvimento maior entre o poder público nas suas diferentes esferas, para um Pacto em prol do desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. (iii) Mobilizar os responsáveis pela direção dos aspectos da Agenda Ambiental Governamental do Semiárido, incluindo seus representantes nas diferentes esferas do Poder Público, a fim de discutir alternativas políticas para o combate à desertificação, mitigação dos efeitos da seca e o desenvolvimento sustentável do Semiárido. (iv) Compreender sinergia entre as diferentes reações do Meio Ambiente: Desertificação, Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas, para estimular a concepção e implementação de políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentável.

Como estratégias foram mobilizados onze Governadores dos Estados do Semiárido, com objetivo de anunciar a realização do Encontro, além de incorporá-los na construção de um "Pacto pelo Desenvolvimento do Semiárido". Articulou-se, com o propósito de estabelecimento de compromissos efetivos, a agenda dos PAE's e do ENED, entre ministros e governantes, junto à Presidência da República. E a realização de reuniões preparatórias, a nível regional, para criar condições de discussão e proposição de medidas concretas para efetivar os compromissos assumidos no ENED.

PROPOSTAS FORMULADAS

Das ações concretas e imediatas, base para uma "Agenda de combate à Desertificação", é possível estruturar-se cinco eixos temático: (i) Redução da Pobreza e da Desigualdade; (ii) Ampliação Sustentável da Capacidade Produtiva; (iii) Conservação, Preservação e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais; (iv)

Gestão e Fortalecimento Institucional; (v) Secas, Mudanças Climáticas, Geodiversidade e Biodiversidade: Políticas orientadas para educação, ciência, tecnologia e informação.

As propostas de ação foram formuladas com (i) Articulações para valorização da Agenda de Combate à Desertificação, (ii) Discussão e busca de soluções em torno do tema, (iii) Necessidade de participação direta dos municípios envolvidos, (iv) Aproximar e transformar ações mais gerais do PAN-Brasil em ações concretas, (v) Construir documento a ser encaminhado à 'tomada de decisão' política e estratégica a fim de alcançar uma base para subsidiar um Plano pelo Desenvolvimento Sustentável do Semi Árido.

ESTUDO DE CASO

Ao longo do processo de construção do I ENED, foram identificadas experiências locais de combate à desertificação: caso de Irauçuba, no Ceará, em que as atividades começaram desde a década de 90, com apoio de crescentes movimentos sociais. Em 2005 houve um diagnóstico sobre a educação oferecida pelo município, que apresentou uma resposta negativa sobre a cultura incentivada nas escolas. As escolas preparavam os alunos para o êxodo rural, desvalorizava o orgulho que o jovem possuía em nascer e viver naquele local. Para alcançar o combate à desertificação, a melhoria da educação demonstrou ser um fator significativo, pois o conhecimento e reconhecimento do valor das áreas Semiáridas pela população local implica em uma mudança de paradigma, surgindo assim o Projeto em Educação Contextualizada, estratégia discutida no quinto eixo temático.

O IICA apoiou o planejamento e a execução do I ENED, iniciativa que articulou 2 instrumentos de cooperação técnica do Instituto com os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Integração Nacional (MI).

10.10. Estratégia IICA-RIB para o WWC;

CONSELHO MUNDIAL DA ÁGUA - WWC

Com o propósito de contribuir para o avanço de temas relacionados com os recursos hídricos, o WWC busca atuar como facilitador no debate e na conscientização pública e nas políticas relativas às questões hídricas. Também objetiva convencer políticos quanto à urgência e necessidade de programar ações efetivas.

Com este objetivo em mente o WWC organiza eventos nos níveis locais, regionais e global, enfatizando a interação entre todos os atores (stakeholders) internos ou externos ao setor hídrico, desde os mais elevados níveis de decisão até o usuário final em nível de campo. Para apoiar estes objetivos o WWC conta com uma expressiva e diversificada adesão de organizações associadas.

Estabelecida em 1996, o WWC conta como membros mais de 300 organizações de 62 Países, representando uma rede de centenas de milhares de pessoas atuantes pela causa da água.

Para garantir uma adequada representatividade, as organizações membro são classificadas em cinco colegiados distintos, cada qual representado no Conselho Diretivo.

Esses colegiados são compostos por organizações inter-governamentais, (diversas agências das Nações Unidas), Governos locais, Sociedade Civil, ONG's, Organizações Privadas e Públicas, Centros de Pesquisa e Organizações Profissionais.

A atual distribuição dos seus membros corresponde aos seguintes percentuais:

- Associações profissionais e instituições acadêmicas, 23%;
- Organizações intergovernamentais, 4%;
- Governos ou instituições governamentais, 20%;
- Sociedade civil e associações de usuários de água 17%;
- Empresas, 36%.



O objetivo principal do WWC é o de promover e facilitar a conservação eficiente, a proteção, o desenvolvimento da gestão e uso da água de forma ambientalmente sustentável. Para o alcance deste objetivo três grupos alvo são enfocados por meio do lema “Água é Responsabilidade de Todos”, (i) a comunidade hídrica a ser organizada; (ii) os tomadores de decisão política que estão imbuídos da responsabilidade de tornar a água uma prioridade nas agendas políticas em nível local, nacional e internacional; (iii) a sociedade civil e usuários de água.

Ao propiciar uma plataforma para debates e intercambio de experiências, o Conselho busca desenvolver uma visão compartilhada com toda a comunidade hídrica fundamentada pelos princípios de gestão eficiente e eficaz dos recursos hídricos e serviços associados. Adicionalmente, o Conselho desempenha o papel de catalisador na ação e na reflexão, que supre os encontros internacionais, compreendendo o Fórum Mundial das Águas como seu principal evento.

Recentemente, foram iniciados os preparativos para a organização do VI Fórum Mundial das Águas a ser realizado em Março de 2011 em Marseille –França. Esse encontro preparatório foi antecedido por uma reunião técnica preparatória realizada em Brasília, na Agência Nacional de Águas, com o propósito de definir a participação do Brasil, representado pelos diversos membros institucionais que fazem parte do “Board-of-Members” do Conselho Mundial das Águas (World Water Council-WWC) da qual a RIB é integrante.

Em sequência estão programados diversos encontros regionais denominados “Kick Off Meetings”, que orientarão o conteúdo programático do futuro VI Fórum. O primeiro desses foi realizado em Marseille – França, quando cerca de 300 participantes representantes das diversas instituições participantes do Board estiveram reunidos entre os dias 2 a 4 de Junho, visando a seleção e discussão dos eixos temáticos a serem considerados para o evento.

Foi estabelecida uma sistemática para a comunicação posterior entre os membros participantes do tema Água e Segurança Alimentar, que deverá consolidar sua posição por meio de um processo iterativo, o que deverá subsidiar o próximo encontro do tipo “Kick –Off” para a sequência do desenho e formatação do VI Fórum.

Entre os temas, podem ser destacados os seguintes: (i) Direito à Água – a ser expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos; (ii) Usos Múltiplos dos Recursos Hídricos; (iii) Mudanças Climáticas, Adaptação e Mitigação; (iv) Acesso à água, saneamento, águas residuais & saúde pública; (v) Governança pela Água; (vi) Futuro Transfronteiriço/Cooperação Transfronteira; (vii) Riscos & Gestão de Disastres Naturais (Hídricos); (viii) Inovações (Out of the Box); (ix) Água & Segurança Alimentar; (x) Água & Energia; (xi) Água & Natureza; (xii) Comunicação & Educação (awareness-raising)

OBS: No tema Água&Segurança Alimentar houve a participação direta do representante do IICA com a “advocacy” do tema Água& Segurança Alimentar como binômio indissociável, a ser contemplado na programação geral.

Neste componente poderão ainda, ser considerados os seguintes subtemas: (i) Produtividade Hídrica; (ii) Urbanização & Dinâmica Populacional; (iii) Gestão de Recursos Hídricos; (iv) Aspectos Institucionais; (v) Sustentabilidade Ambiental; (vi) Água Virtual.

Todos esses temas e subtemas estão em plena fase de discussão sob a ótica dos “crosscuttingissues”, dos “objetivos” e das “soluções”.

As discussões que se sucederam foram subsidiadas e levaram em consideração conceitos e impressões delineados a seguir.

ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

A garantia da disponibilidade de água para alimentação e para energia representa um elemento chave para a determinação do volume de água necessário na distribuição temporal requerida para sua adequada utilização.

A competição crescente entre a produção de alimentos de um lado e a produção de energia de outro determina o reconhecimento que os setores produtivos de alimentos e de energia estão intimamente ligados por meio da sua utilização e impacto sobre os recursos hídricos. Essa situação sugere a necessidade de maior cooperação entre esses setores e menor competitividade, pois essa convivência tende a ser crítica nos próximos anos.

Há evidente necessidade de tornar a agricultura mais eficiente no uso da água o que requer na melhor compreensão das “pegadas” de alimentos e de energia (nos moldes das “pegadas” ecológicas ou de carbono). Esses conceitos deverão ser desenvolvidos de acordo com os fundamentos de “Água Virtual”, ou seja, a quantidade de água requerida para a produção de um produto ou do seu consumo.

A “Adaptação às Mudanças Climáticas”, requer não somente a definição de prioridades técnicas adequadas como também a inserção dessas nas prioridades e compromissos na agenda política de decisões. É reconhecido que deverá ser conferida alta prioridade à gestão dos recursos hídricos face aos cenários de mudanças climáticas particularmente em situações de risco, ameaças ou de vulnerabilidade.

O atual cenário requer a adoção do conceito de “segurança hídrica”, adaptabilidade climática e solidariedade internacional por meio do uso estratégico do recurso natural água. Neste sentido, nos Fóruns tem sido expresso pelas lideranças políticas a impressão que os recursos hídricos têm se tornado prioridade máxima, mesmo antes de discutida o manejo integrado de recursos hídricos no contexto da crise financeira global, mudanças climáticas e flutuação dos preços de alimentos e energia.

Nesse âmbito, o IICA, membro do WWC, na temática “Água para Segurança Alimentar” pode constituir-se como Organismo Internacional Intergovernamental, atuando como ator decisivo no processo de Networking. O WWC é uma organização internacional constituída por membros governamentais, empresas, sociedade civil, organismos internacionais e instituições de pesquisa, o que facilita a comunicação e a disseminação de informações de interesse comum.

O desafio é o de conectar esse diversificado grupo de atores e determinar novas formas de colaboração e comunicação no tema central Água.



11. SANIDADE AGROPECUÁRIA E INOCUIDADE DOS ALIMENTOS

11.1. Situação do setor antes de 2010

11.1.1. Inocuidade dos Alimentos:

No Brasil, as atividades de vigilância sanitária são de competência do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), que se encontra vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e atua de maneira integrada e descentralizada em todo o território nacional. As responsabilidades são compartilhadas entre as três esferas de governo – União, Estados e Municípios, sem relação de subordinação entre elas.

Dentro do SNVS, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é a responsável pela coordenação do sistema e atua em questões de âmbito federal, acompanhando e coordenando a execução de ações sanitárias em todo o país. Além disso, a agência estabelece normas gerais, presta cooperação técnica e financeira aos outros integrantes do sistema e promove parcerias.

A agência é vinculada ao Ministério da Saúde e integra o Sistema Único de Saúde (SUS), adotando seus princípios e diretrizes. Além da atribuição regulatória, ela também é responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), de forma integrada com outros órgãos públicos relacionados direta ou indiretamente ao setor saúde.

A ANVISA coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, informações, inspeção, controle de riscos e estabelecimento de normas e padrões. O objetivo é garantir as ações de vigilância sanitária de alimentos, bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, limites de contaminantes e resíduos de medicamentos veterinários.

Essa atuação é compartilhada com outros ministérios, como o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e com os estados e municípios, integrantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Em relação aos agrotóxicos, em 2008, o Brasil assumiu o posto de maior consumidor de agrotóxicos do mundo, posição antes ocupada pelos Estados Unidos. Só o mercado de agrotóxicos movimentava mais de US\$ 7 bilhões/ano.

Em fevereiro de 2008, a ANVISA publicou a RDC nº 10, que estabeleceu 14 ingredientes ativos a serem reavaliados. Foram priorizados os agrotóxicos que, segundo avaliações internacionais e literatura científica, podem provocar intoxicações agudas em trabalhadores que manipulam esses produtos, e doenças de diversos tipos nos consumidores de alimentos.

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) foi iniciado em 2001 pela ANVISA, com o objetivo de avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos in natura que chegam à mesa do consumidor. A ANVISA coordena o programa em conjunto com as vigilâncias sanitárias dos estados participantes, que realizam os procedimentos de coleta dos alimentos nos supermercados e envio aos laboratórios para análise.

Figura 22 – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)



Ao longo dos nove anos do PARA, foram obtidas conquistas que beneficiam todos os agentes das cadeias produtivas das culturas monitoradas, que podem com os resultados do programa desenhar estratégias integradas para intervir com ações na produção e comercialização de alimentos que estejam livres da contaminação por agrotóxicos.

11.2. Atuação do governo no ano 2010

11.2.1. Inocuidade dos Alimentos:

O trabalho desenvolvido pela ANVISA nos últimos anos tornou o Brasil referência em regulação econômica e sanitária na América Latina, principalmente no que tange à regulação de medicamentos. Um dos destaques recentes foi o crescimento da atuação no contexto Sul-Sul, por meio de parcerias estabelecidas com agências reguladoras de países como Argentina, Cuba, Uruguai e Cabo Verde.

A ANVISA participa da negociação de três acordos com a OMC: o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio e o Acordo TRIPS (Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio).

Nos últimos cinco anos, a agência tem trabalhado em conjunto com diversos órgãos nacionais e internacionais de comércio com o objetivo de esclarecer sobre as medidas e regulamentos editados nesse período.

Para proteger a saúde da população dos riscos associados ao uso de Agrotóxicos nas culturas agrícolas nacionais, a ANVISA trabalha na reavaliação dos ingredientes ativos utilizados nos agrotóxicos registrados no Brasil.

O registro de um agrotóxico envolve atividades a serem cumpridas antes que o produto seja introduzido no mercado. A Lei Federal nº 7.802/89 estabelece o sistema de registro de agrotóxicos e seus componentes, por meio da autorização conjunta do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde e do Ministério do Meio Ambiente.

Depois de avaliados pelas três instâncias e garantidos os parâmetros aceitáveis de eficácia, segurança e qualidade, o produto pode ser registrado.

Em 2010, a reavaliação determinou a retirada programada do mercado brasileiro, em até três anos, do ingrediente ativo endossulfan e cancelou o uso imediato do tricloform.

Já o agrotóxico fosmete foi reclassificado como extremamente tóxico e, por isso, sofreu uma série de restrições: diminuição da ingestão diária aceitável de 0,01 para 0,005 mg para cada quilo de peso corpóreo, autorização da aplicação do produto apenas por meio de trator e a determinação de que nenhuma nova cultura poderá ser autorizada para o uso do referido agrotóxico.

Atualmente no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) participam 26 estados com 20 culturas agrícolas: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, cebola, cenoura, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pimentão, repolho, tomate, uva, couve, beterraba e pepino.

A escolha dessas culturas baseia-se nos dados de consumo obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na disponibilidade desses alimentos nos supermercados das diferentes unidades da federação e no intensivo uso de agrotóxicos nessas culturas.

As informações geradas pelos dados do programa, divulgadas anualmente, permitem conhecer uma importante parte do quadro de contaminação dos alimentos, divulgar os resultados para a sociedade, apresentar cuidados para reduzir o consumo de agrotóxicos em alimentos e pactuar ações intersetoriais com os produtores, comerciantes e outros setores responsáveis em obter melhoria na qualidade e na segurança dos alimentos.

Em 2010 foi lançado pela ANVISA o novo sistema de gestão de riscos em portos, aeroportos e fronteiras, ampliando a capacidade de resposta sobre a situação sanitária das aeronaves e embarcações que transitam no Brasil.

O sistema permite a automação das fiscalizações da ANVISA através da capacitação das equipes, elaboração de programa fiscal no Risk Manager, realização das inspeções utilizando dispositivo móvel para a coleta de informações e elaboração de relatórios resultantes das fiscalizações. O sistema denominado Sagarana permite ainda que a agência tenha informações em tempo real sobre as inspeções sanitárias realizadas em portos, aeroportos e fronteiras do país.

Os técnicos foram equipados com smartphones, aparelhos capazes de enviar imediatamente relatórios com um diagnóstico sobre a situação real de cada ponto de entrada. Esses equipamentos recebem e enviam roteiros de inspeção padronizados para todo país e os dados das inspeções são encaminhados para uma sala de situação na sede da agência, em Brasília.

O Sagarana irá traçar um perfil com índices de riscos para a saúde da população em cada um dos portos, aeroportos e fronteiras do Brasil. Esses índices serão definidos de acordo com os resultados das inspeções da Anvisa sobre os principais processos e ambientes sujeitos a vigilância sanitária: serviços de alimentação (restaurantes e comissárias), qualidade da água para consumo humano, gerenciamento de resíduos sólidos e segurança sanitária dos meios de transportes (aeronaves, embarcações, ônibus e caminhões).

Referência: Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Gestão 2005-2010: principais realizações / Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Brasília: ANVISA, 2010. 236 p.

11.2.1.1. Serviço de Inspeção Federal - SIF

No ano 2010 a qualidade dos produtos de origem animal foi um tema da agenda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA. Todos os produtos de origem animal comercializados devem ter garantia de qualidade estampada nos rótulos para serem comercializados. O selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) identifica os alimentos com procedência conhecida, registrados e inspecionados pelo governo.

Segundo os Requisitos pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal-DIPOA, o frigorífico interessado em se registrar no Serviço de Inspeção Federal, é obrigado a apresentar as plantas de instalação e a comprovar fluxo de trabalho compatível com o produto a ser fabricado. Existe um regulamento técnico de identidade e qualidade para cada tipo de produto. Se a categoria de registro é matadouro, por exemplo, o MAPA possui normas particulares para abate de bovinos, suínos, aves e para abate de avestruz e outros animais exóticos, como tartaruga.

Figura 23 – Serviço de Inspeção Federal



As normas estabelecem as matérias-primas a serem utilizadas, os aditivos que podem ser acrescentados a cada categoria de alimento, entre outras obrigatoriedades. A autorização para o comércio do produto é concedida depois da análise dos requisitos básicos de interesse do consumidor, como denominação de venda, prazo de validade, data de fabricação e condições de conservação (Especificação de temperatura para produto resfriado ou congelado).

Após a aprovação do pedido de registro, inicia-se o processo de produção que é acompanhado e monitorado pelos fiscais do SIF. O fabricante é o responsável pela qualidade e inocuidade. Essa atribuição está definida no Código de Defesa do Consumidor. Atualmente, o Ministério da Agricultura, por meio do Serviço de Inspeção Federal (SIF), compartilha essa responsabilidade, supervisiona, audita ou inspeciona o estabelecimento.

11.2.1.2. Carne Bovina

Em 2010 o governo do Chile retomou a abertura ao Brasil para exportação de carne bovina in natura, ampliando esse mercado para mais nove frigoríficos brasileiros, além dos estados aceitos anteriormente (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo). O Brasil considera esse um mercado relevante, já que o Chile mantém regras rígidas para a importação de carne, devendo ser reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação.

11.2.1.3. Pescado

Em 2010 o governo brasileiro comprovou aos europeus que as indústrias brasileiras e as ações de fiscalização são eficientes no controle da histamina em pescado. Como resultado, a Direção-Geral da Saúde e Proteção do Consumidor (DG-SANCO) do bloco econômico europeu suspendeu a necessidade da realização prévia da análise de resíduo de histamina prévio ao embarque.

A histamina é uma substância produzida naturalmente por alguns tipos de pescado, que pode causar reações alérgicas se estiver presente em grande quantidade. No caso do Brasil, o principal peixe comercial que contém a histamina é o atum. O controle de temperatura do pescado evita que a substância seja produzida em quantidades prejudiciais ao consumidor.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), entre 2006 a 2010 o Brasil exportou 1,4 mil toneladas por ano de atum fresco para a União Europeia.

Referencia: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento www.agricultura.gov.br

11.2.1.4. Laboratórios

O MAPA publicou normas complementares para o credenciamento de laboratórios para a realização de análises na área de controle de medicamentos veterinários e produtos utilizados na alimentação animal. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), Portaria nº 577. Essa medida tem por objetivo aprovar, também, o Guia de Validação de Procedimentos Analíticos e Controle de Qualidade para Medicamentos Veterinários, Fermoquímicos, Fármacos e outras Substâncias e Produtos para Alimentação Animal.

Os estabelecimentos por este meio integrarão a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e deverão estar acreditados junto à ISO 17.025 (norma internacional específica para o sistema de gestão da qualidade em laboratórios) ou Boas Práticas de Laboratório (BPL), de acordo com as análises realizadas.

Referencia: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. www.agricultura.gov.br

11.2.2. Sanidade Animal

11.2.2. 1. Febre aftosa

Os avanços na produção e no mercado de carne brasileiro estão diretamente relacionados com o Programa de controle e erradicação de Febre aftosa, no primeiro semestre do ano 2010 a Campanha Nacional de Vacinação alcançou um índice de cobertura vacinal de 97,2%. No período, foram imunizados 151,9 milhões de bovinos e búfalos. O destaque no país foi o estado de Mato Grosso, que atingiu a vacinação de 100% dos animais abaixo de 12 meses, no mês de fevereiro, na região de fronteira com a Bolívia, e o 99,7% dos animais com menos de 24 meses, no mês de maio.

Na região Norte, Rondônia alcançou o melhor índice ao imunizar 99,9% do rebanho de 4,7 milhões de animais. Na região Sudeste, Minas Gerais ganhou destaque, com 99% dos bovinos e búfalos vacinados. O estado da Bahia teve o melhor desempenho do Nordeste, com cobertura vacinal de 97,9% dos animais. No Sul, o Paraná imunizou 95,9% e o Rio Grande do Sul 95,7%. Esses resultados foram divulgados pelo MAPA no mês de setembro e referem-se à vacinação realizada em 26 Unidades da Federação.

No Brasil não são registrados casos de febre aftosa há quase cinco anos. Atualmente, 14 estados – Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins – e o Distrito Federal tem o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como áreas livres da doença com vacinação. O centro-sul do Pará (46 municípios) e as cidades de Boca do Acre e Guajará, do Amazonas, também compõem esse grupo. O rebanho do estado de Santa Catarina é o único que não precisa mais ser vacinado, por ser reconhecido internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa sem vacinação.

Na região do Nordeste Brasileiro, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte são considerados de médio risco para a doença, assim como o restante não livre do estado do Pará. No mês de outubro desse ano (2010), Amazonas e Amapá passaram de risco desconhecido para alto risco de aftosa, juntando-se a Roraima, de acordo com a classificação do Ministério da Agricultura.

A estimativa do rebanho brasileiro é de 203 milhões de bovinos e pouco mais de um milhão de búfalos. Quase 90% desse total estão em áreas consideradas pela OIE como livres de febre aftosa com ou sem vacinação. Mato Grosso abriga a maior quantidade de animais: 27,2 milhões, seguido por Minas Gerais: 22,5 milhões; seguida de Mato Grosso do Sul, que soma 21,4 milhões.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Mapa

Figura 24 – Prevenção contra Febre Aftosa em Bovinos



Um ganho relevante esse ano para o mercado de carne in natura brasileiro foi o reconhecimento oficial pelo governo de Estados Unidos, no mês de novembro, ao Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação. O Serviço de Inspeção de Saúde Animal e Vegetal (Aphis, sigla em inglês) publicou no diário oficial daquele país (The Federal Register) a inclusão do estado Catarinense na lista de regiões livres também de outras doenças animais. Esse é mais um passo para a abertura daquele mercado à carne suína in natura de Santa Catarina, pleiteada pelo governo brasileiro desde 2007.

A medida entrou em vigor em 1º de dezembro de 2010 e, a partir dessa data é quando os governos dos dois países podem definir os requisitos de saúde pública a serem atendidos pelos estabelecimentos frigoríficos de Santa Catarina interessados em exportar carne suína in natura para o mercado norte-americano. Os Estados Unidos é um dos países mais exigentes no controle sanitário animal, e esse avanço reforça a imagem do produto brasileiro perante outros mercados e dá condições ao Brasil de prosseguir também com as negociações para a abertura das exportações de carne bovina in natura, que já duram 11 anos.

Durante uma reunião no mês de outubro do Comitê Consultivo Agrícola Brasil – Estados Unidos, realizada em Washington o governo daquele país se comprometeu para finalizar documento com a análise de risco para a carne bovina in natura antes do fim de janeiro de 2011.

11.2.2. Investimentos em Sanidade Animal

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem intensificado as ações contra a febre aftosa nos últimos oito anos. No período de 2003 a 2010, os recursos passaram de R\$ 3,3 milhões para R\$

55,9 milhões. O resultado representa um crescimento de 1.693,9%. No próximo ano, os investimentos para controlar a doença podem alcançar R\$ 59 milhões e serão aplicados no apoio à manutenção e melhoria estrutural dos serviços veterinários, capacitação de pessoal, campanhas de vacinação estratégicas e trabalhos de educação sanitária. No total, serão destinados para a saúde animal R\$ 93,8 milhões.

Em 2010, foram realizadas vacinações oficiais contra a doença no Amapá, nos 12 municípios da Calha do Rio Amazonas e em áreas indígenas de Roraima (nas reservas Raposa Serra do Sol e São Marcos).

BIBLIOGRAFIA:

*Alves, Leinane. **EUA reconhecem Santa Catarina como área livre de febre aftosa. Notícias.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF. 16 nov. 2010. Disponível em www.agricultura.gov.br*

*Alves, Leinane. **SIF atesta qualidade de produtos de origem animal. Notícias.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF. 16 nov. 2010. Disponível em www.agricultura.gov.br*

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF. Acesso em 13 jan. 2011. Disponível em www.agricultura.gov.br

11.2.2. 3. Sanidade Avícola

O Brasil, por meio da União Brasileira de Avicultura (Ubabef), a Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE) e o Ministério da Agricultura está desenvolvendo o Projeto Piloto de um programa de compartimentação da produção de aves.

O conceito de compartimentação está voltado para a empresa e todo o seu processo produtivo deve manter um rigoroso controle sanitário, de rastreabilidade e de avaliação de pontos críticos em todas as etapas da cadeia produtiva de aves. Já a regionalização envolve todo o Estado.

Neste contexto, havendo algum problema sanitário em qualquer região do País, a companhia compartimentada instalada na localidade poderá manter suas exportações por cumprir todas as diretrizes do programa.

Participam desse projeto três plantas produtoras: Sadia em Lucas do Rio Verde no Mato Grosso, Brasil Foods, em Rio Verde, Goiás, e Marfrig em Itapiranga, Santa Catarina.

Em 2010, os principais destinos da carne de frango foram Arábia Saudita, com 14% do total embarcado, Japão, com 10%, e Hong Kong, com 9%.

REFERÊNCIA:

Avicultura Industrial. Brasília-DF. Acesso em 13 jan2011. Disponível em http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/sanidade,,20090604121419_X_732.aspx

11.2.3. Sanidade Vegetal

11.2.3.1. Fiscalização e Inspeção Fitossanitária

No mês de junho de 2010, foram publicados, no Diário Oficial da União (DOU), por meio da Instrução Normativa nº 11, os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de couve-flor produzidas no Peru. De acordo com a normativa, na chegada ao Brasil, as sementes deverão estar acompanhadas do Certificado Fitossanitário emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária do Peru.

Agora o certificado precisa conter informações sobre a não detecção de fungos, plantas daninhas, ácaros e nematoides e que o local de produção submeta-se à inspeção oficial durante o ciclo da cultura.

Para a partida de sementes destinadas ao Brasil, elas deverão ser inspecionadas no ponto de ingresso e terão amostras coletadas para análise fitossanitária. Os testes serão realizados em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou serão elaborados em estações de quarentena credenciadas. Somente com a conclusão das análises e emissão dos laudos de liberação é que as sementes poderão ser plantadas ou comercializadas. Se pragas quarentenárias forem detectadas, as sementes serão destruídas.

Por outro lado a fiscalização da qualidade dos produtos vegetais oferecidos ao consumidor sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) também marcou significativos avanços em 2010. As normas oficiais são aplicadas aos alimentos como arroz, feijão, milho, soja, ervilha, farinhas, frutas e verduras, castanhas e amendoim. Para isso, além da atuação das Superintendências Federais de Agricultura nos estados, o governo federal credencia prestadores de serviços de classificação na área agrônômica.

A Coordenação Geral de Qualidade Vegetal (CGQV) do MAPA estruturou o procedimento de análises e aperfeiçoou um sistema baseado no Programa Americano de Análise de Alimentos e Nutrientes do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, sigla em inglês). Desde 2006, os parâmetros são ajustados de acordo com os dados amostrais de área urbanizada do Brasil e levantamentos populacionais. O sistema funciona de forma complementar a fiscalização de rotina, proporcionando acompanhamento dos produtos vegetais desde o plantio até a comercialização nas regiões mais distantes. Com isso, a qualidade das mercadorias fica garantida porque a ação avalia tanto as origens, quanto os prováveis destinos dos que apresentam não conformidades com os padrões. Neste ano a inspeção nas periferias dos grandes centros foi incrementada após o Ministério verificar que essa é o principal destino de produtos não conformes, com isso, produtos como óleo de soja e óleo de canola incrementaram o índice de conformidade ao padrão do MAPA em relação há anos anteriores.

Tomando a boa experiência dos óleos vegetais, estão sendo aperfeiçoados os procedimentos de fiscalização de alguns produtos que na verificação de rotina têm apresentado pequeno aumento de conformidade (de 70 para 71 % em 2008 e 2009).

11.2.3.2. Boas Práticas Agrícolas

As Boas Práticas Agrícolas (BPA) e de Fabricação (BPF) vêm sendo mais incentivadas e supervisionadas por órgãos como as Assistências Técnicas Rurais (ATER) e institutos de pesquisa. Os mais de 60 produtos vegetais que adotaram padrões oficiais de classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com normas que abrangem fibras (algodão, juta, rami), grãos (arroz, feijão, milho, soja, ervilha), óleos (de soja, milho, girassol), farinhas (de mandioca e trigo), hortifrutis (abacaxi, alho, banana, batata,

cebola, kiwi, maçã) e outros, como tabaco, cravo, pimenta-do-reino, castanha-do-brasil e castanha de caju, promoveram que os agricultores melhorarem a qualidade dos produtos, seguindo as regras estabelecidas para cada fase dos cultivos.

Os produtos vegetais passam a ser classificados, com base na Lei 9.972/2000, quando destinados diretamente à alimentação humana, em operações de compra e venda do poder público e em portos, aeroportos e postos de fronteiras, no caso de importação. O padrão oficial de classificação define critérios de identidade e qualidade, amostragem, apresentação e a marcação ou rotulagem. Somente empresas ou entidades credenciadas pelo MAPA são autorizadas a classificar os produtos vegetais e os classificadores devem ser profissionais da área de agronomia habilitados em cursos específicos aprovados pelo MAPA, e que estão em torno de 4,4 mil em todo o país, segundo o registro do Cadastro Geral de Classificação do Ministério.

11.2.3.3. Mosca das Frutas

Foram definidos procedimentos para a aplicação de medidas integradas para o Manejo de Risco da Praga Mosca das Frutas, em mangueiras e os procedimentos foram publicados no mês de julho, no Diário Oficial da União (DOU), Instrução Normativa N° 20. O objetivo da medida foi dar garantia a exportação de mangas frescas para países que exigem certificação fitossanitária com declaração adicional para a praga.

As quatro medidas do Sistema de Manejo de Risco da Mosca das Frutas em cultivos de mangueira são: O registro das unidades produtoras e inscrição das unidades de produção, monitoramento e controle da praga nas propriedades, certificação fitossanitária de origem e tratamento hidrotérmico dos frutos. O agricultor deverá optar pela aplicação de, no mínimo, duas medidas. Ao adotar a medida os produtores devem apresentar solicitação formal ao Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV), que encaminha a proposta ao Serviço de Sanidade Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos estados. Após os técnicos da Secretaria de Defesa Agropecuária realizarem auditorias e analisarem os processos para recomendar a publicação do ato de reconhecimento oficial do sistema, os países importadores envolvidos são comunicados a respeito desses reconhecimentos.

11.2.3.4. Controle de Pragas

A campanha de erradicação do cancro cítrico (que ataca todas as variedades de citros) possibilitou a diminuição do nível de contaminação nas áreas de ocorrência da praga e a continuidade das exportações de frutas frescas para a União Europeia. Com a oficialização do sistema de manejo de risco para a sigatoka negra (praga que atinge o crescimento e a produtividade da banana) 14 estados brasileiros acessaram os mercados interno e externo desse produto. Outro avanço foi o reconhecimento do Ceará e do Rio Grande do Norte como áreas livres da mosca sul-americana das cucurbitáceas, o que contribuiu para as exportações de melão e melancia para os Estados Unidos e Argentina.

A pesquisa científica foi fator importante para o controle das pragas, se alcançou diminuir os trâmites estabelecidos o tempo das análises e da espera de autorização para importação. Para cerca de 80% dos produtos analisados é recomendada quarentena e a liberação só ocorre após exames mais detalhados e comprovados a ausência de pragas.

Contou-se com significativos avanços em programas nacionais como o Controle do Bicudo-do-Algodoeiro e da Ferrugem Asiática da soja; ações desenvolvidas para a contenção da mosca da carambola, no Amapá e A lagarta das maçãs (*Cydiapomonella*).

Com relação ao controle da lagarta das maçãs, praga que é responsável por um dos maiores prejuízos de pomares no mundo, ao longo de 5 anos o MAPA investiu mais de R\$ 3 milhões com o Programa Nacional de Erradicação da *Cydiapomonella*, desenvolvendo ações voltadas para a proteção fitossanitária dos cultivos rurais e a erradicação da praga nas zonas urbanas.

Cydia é uma praga quarentenária com restrições fitossanitárias para o comércio nacional e internacional, mas no Brasil sua presença está restrita às macieiras das regiões de Vacaria, Caxias do Sul e Bom Jesus (RS) e Lages (SC), não atingindo pomares comerciais. Com todas as ações e os avanços que o programa teve no ano 2010 e anos anteriores o Brasil poderia ser o primeiro país a erradicá-la, as parcerias do MAPA com a Embrapa e as associações brasileiras de produtores de maçãs foi fundamental para impedir a disseminação da praga nas zonas rurais dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que são as regiões mais produtivas no país (representam 95% do cultivo da maçã no Brasil).

Por outro lado as ações para erradicar o greening (doença que afeta frutas cítricas) e o cancro da videira (bactéria que prejudica as folhas e a qualidade das uvas) foram fortalecidas, além da prevenção e controle da traça da bananeira e a sigatoka negra, que atinge o crescimento e produtividade da banana. Trabalhou-se a vigilância da monilíase do cacaueteiro, nas áreas de fronteira do Brasil com a Venezuela, Colômbia e Peru, onde a praga afeta os plantios de cacaueteiro.

11.2.3.5. Produção Integrada:

A competitividade dos agricultores foi fortalecida por meio da Instrução Normativa nº 27 publicada no Diário Oficial da União, no dia 31 de agosto, onde o Ministério da Agricultura institui o marco legal para a Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), dessa forma todos os produtos de origem animal ou vegetal podem ter normas técnicas específicas e assim contar com um selo oficial de certificação. Essa certificação confere qualidade ao produto, seguindo requisitos de sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, viabilidade econômica e rastreabilidade de todas as etapas da produção, assim os produtos ganham maior entrada e participação nos sistemas e mercados sustentáveis.

Apesar de a PI ter se iniciado em 2001, era focada somente para as frutas. Atualmente existem normas publicadas para 16 frutas e estão em desenvolvimento regras para outras 22 culturas, com a nova normativa, poderão entrar produtos como leite, mel, trigo, soja, açúcar e álcool. Para o processo de certificação o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) credita empresas privadas, e essas empresas auditam as propriedades que espontaneamente aderem ao sistema, após atendidas todas as exigências, o produto recebe o reconhecimento oficial.

11.2.3.6. Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal) ¹

Foram 17 culturas incluídas no Plano (PNCRC/Vegetal) para serem analisadas durante a safra 2009/2010. As análises segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foram feitas para avaliar os limites de resíduos e contaminantes nesses produtos de origem vegetal e demonstraram que, das 790 amostras coletadas, 734 estavam dentro dos padrões, um índice de 92,9%.

O MAPA destaca que esses procedimentos foram de grande importância para conferir a qualidade ao produto que chega à mesa dos consumidores, sendo que mais de 80% estão relacionadas a produtos que são destinados ao mercado interno.

As amostras coletadas para o controle de resíduos e contaminantes foram provenientes de 19 estados brasileiros: Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins. Para o caso da maçã, em que o Brasil faz o monitoramento do produto importado, foram analisados produtos provenientes da Argentina, Chile, França e Itália.

(<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=10/09/2010>)

BIBLIOGRAFIA:

Alves, Leilane. **Produção de vegetais deve seguir Boas Práticas Agrícolas. Notícias.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF. 16 nov. 2010. Disponível em www.agricultura.gov.br

Alves, Leilane. **Mapa intensifica fiscalização em qualidade de vegetais.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF. 16 nov. 2010. Disponível em www.agricultura.gov.br

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF. Acesso em 13 jan. 2011. Disponível em www.agricultura.gov.br

Santos, Eline. **Produção Integrada é estendida a todas as cadeias agropecuárias.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF. 31 out. 2010. Disponível em www.agricultura.gov.br

11.2.4. Vigilância Internacional Agropecuária

11.2.4.1. SIGVIG - Sistema de Gerenciamento da Vigilância Agropecuária Internacional

SIGVIG é um sistema informatizado a ser utilizado como instrumento técnico, operacional e gerencial de apoio às atividades de vigilância agropecuária internacional, onde serão registrados e efetuados todos os procedimentos envolvidos na importação e exportação de mercadorias agropecuárias, desde a protocolização de documentos até a análise e emissão de documentos, permitindo o acompanhamento por via remota de todas as etapas da fiscalização e a geração de relatórios, divulgação de dados e informações, dando transparência ao processo.

11.2.4.2. Trânsito de Cães e Gatos

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento subsidiou o Governo Federal na publicação do Decreto nº 7140 em 29 de março de 2010, onde aprovou a utilização do Passaporte para Trânsito de Cães e Gatos. A publicação do Decreto possibilitará ao MAPA utilizar o Passaporte como documento equivalente aos certificados zoossanitários para trânsito internacional de cães e gatos, e de forma equivalente, aceitar os passaportes emitidos por outros países, que também reconheçam o passaporte brasileiro para fins de reciprocidade. A adoção do passaporte conferirá maior agilidade e segurança no desembarço desses animais em trânsito internacional, uma vez que após a conferência das exigências zoossanitárias o ingresso e o egresso desses animais será legalizado, sob o ponto de vista zoossanitário, mediante chancela oficial nas Unidades da Vigilância Agropecuária Internacional de ingresso e egresso no País, minimizando os trâmites burocráticos envolvidos na liberação dos animais e, por conseguinte dos passageiros.

BIBLIOGRAFIA:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Vigilância Internacional Agropecuária, Brasília-DF. Acesso em 13 jan. 2011. Disponível em www.agricultura.gov.br

11.3. Desafios para o 2011

11.3.1. Assuntos emergentes.

11.3.1.1. Agricultura de Baixo Carbono

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) instituiu o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABACEN), em junho de 2010. A iniciativa pretende aliar produção de alimentos e bioenergia com redução dos gases de efeito estufa. As ações do programa ABACEN estão inseridas no Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 e preveem aplicação de R\$ 2 bilhões em técnicas que garantam eficiência no campo, com balanço positivo entre sequestro e emissão de dióxido de carbono (CO₂). Estão garantidos recursos a agricultores e cooperativas, com limite de financiamento de R\$ 1 milhão por beneficiário. O crédito será financiado com taxa de juros de 5,5% ao ano e prazo de reembolso de 12 anos.

Os recursos serão direcionados à adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio direto, que dispensa o revolvimento do solo, a semeadura direta na palha da cultura anterior. A técnica ou sistema preserva os nutrientes do solo, aumentando a produtividade da lavoura. Com o ABACEN, o Ministério da Agricultura pretende ampliar, em dez anos, a área atual ocupada com técnica em oito milhões de hectares, passando de 25 milhões para 33 milhões de hectares. Esse acréscimo vai permitir, nesse período, a redução da emissão de 16 a 20 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

Outro mecanismo que garante a retenção de carbono no solo é o Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). A técnica alterna pastagem com agricultura e floresta em uma mesma área, recupera o solo e ainda incrementa a renda. A meta do programa é aumentar, na próxima década, a utilização do sistema em quatro milhões de hectares, reduzindo de 18 milhões para 22 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

O plantio de florestas comerciais, de eucalipto e pinus, por exemplo, também proporciona renda extra para o produtor com balanço positivo na redução da emissão de carbono. A intenção do ministério é aumentar a área de florestas, até 2020, de seis milhões de hectares para nove milhões de hectares. Isso poderá reduzir a emissão de oito milhões para dez milhões de toneladas de CO₂ equivalentes, no decênio.

Está previsto também o avanço na recuperação de 15 milhões de hectares de áreas degradadas, saindo dos atuais 40 milhões para 55 milhões, reduzindo entre 83 e 104 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes. A fixação biológica do nitrogênio auxilia no seqüestro de carbono, com impacto positivo para a mitigação do aquecimento global. Estima-se que o recurso, em 2002, seja empregado em 16,5 milhões de hectares ante os 11 milhões de hectares neste ano.

BIBLIOGRAFIA:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF. Acesso em 13 jan. 2011. Disponível em www.agricultura.gov.br

11.3.2. Vigilância Internacional Agropecuária.

11.3.2.1. Análise de Risco na Fiscalização em Terminais de Passageiros Internacionais.

A Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade de Brasília (FAV/UNB) está desenvolvendo um projeto de pesquisa visando avaliar o risco do transporte de produtos de origem animal em bagagens de passageiros procedentes de voos internacionais que desembarcam no Brasil. Os resultados do trabalho serão de grande importância para que a Vigilância Agropecuária Internacional do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento adote medidas visando melhorar a eficácia da fiscalização e aumentar a interceptação de produtos proibidos em bagagens. Os resultados permitirão ao MAPA promover Campanhas de Educação Sanitária direcionadas para os voos considerados de maior risco.

BIBLIOGRAFIA:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Vigilância Internacional Agropecuária, Brasília-DF. Acesso em 13 jan. 2011. Disponível em www.agricultura.gov.br

11.3.3. Sanidade Vegetal

11.3.3.1. Mosca da Carambola

O Programa de Erradicação da Mosca da Carambola do MAPA teve um investimento em 2010 de R\$ 3 milhões e para o ano 2011 a expectativa é que o valor chegue a R\$ 6 milhões. Os recursos investidos terão foco na erradicação da praga, monitoramento, capacitação de profissionais, projetos de educação sanitária, implantação de planos de emergência e a divulgação do programa.

No ano 2011 pretende-se a erradicar a praga na região sul do Amapá e em Normandia, no estado de Roraima, além de manter o status sanitário do Pará como livre da mosca.

Para alcançar esse objetivo, desde 1996 os técnicos do ministério desenvolvem medidas em parceria com os profissionais das Agências de Defesa Agropecuária estaduais. Em Roraima, após ter sido detectado um foco no município de Normandia, em 20 de dezembro de 2010, foi proibido o transporte e a comercialização de frutos hospedeiros dessa região. A medida foi publicada na Portaria N° 94/2010 e abrange o trânsito de Bonfim para outros municípios do estado, e de Roraima para os outros 25 estados brasileiros e estarão fortalecendo o monitoramento com o aumento de armadilhas instaladas nessas regiões.

O MAPA também pretende em 2011 ampliar o número de multiplicadores de educação sanitária no Pará e Amapá. Hoje, 514 pessoas formam parte dessa ação. A estratégia é que esses profissionais disseminem a importância de proibir o transporte de frutos hospedeiros e de erradicar a praga do agronegócio brasileiro.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Vigilância Internacional Agropecuária, Brasília-DF. Acesso em 16 fev. 2011. Disponível em www.agricultura.gov.br



13. PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DIRECIONADAS PARA O SETOR RURAL NO BRASIL.

A cooperação técnica internacional capacita recursos humanos e fortalece instituições, criando bases para saltos qualitativos de caráter duradouro. No Brasil, o IICA completou 47 anos em 2010, período em que foram desenvolvidos projetos nos três níveis de governo, com o envolvimento de mais de mil organizações da sociedade civil. Nessa parceria, o IICA tem contribuído para um reposicionamento da agricultura e da vida rural, com foco em:

Agronegócio e Comercialização;

Inovação para a Produtividade e Competitividade;

Sanidade agropecuária e da Inocuidade de Alimentos;

Gestão dos Territórios, Agricultura e Bem-estar Rural

Recursos Naturais, Gestão Ambiental e Adaptação à Mudanças Climáticas;

O IICA e seus parceiros atuam de modo a desenvolver - nas pessoas, instituições, segmentos e grupos sociais - a capacidade de compreender e solucionar os problemas que enfrentam no desempenho de suas funções, de modo que se construa um desenvolvimento mais justo e sustentável no país.

A partir de 2006, o contexto de execução dos projetos de cooperação técnica internacional (PCT) sofreu significativas mudanças, em face de novas orientações do governo brasileiro sobre a prática da cooperação técnica multilateral. As adequações requeridas exigiram um grande esforço de criatividade e renovação de práticas e estratégias de gestão e execução dos PCTs.

Em 2010, a RIB exercitou com afinco a sua capacidade de articular e aproximar instituições nacionais e estrangeiras, com o intuito de mobilizar recursos e atingir objetivos convergentes e complementares. Isso quando somado ao mapeamento de ações, estratégias e

resultados preconizados em cada projeto de cooperação técnica internacional (PCT) e em seus instrumentos operacionais resultou em significativa colaboração à expansão de diferentes dimensões do desenvolvimento rural sustentável.

Isso decorre do esforço para potencializar recursos alocados em distintos PCTs, tornando mais eficazes os resultados alcançados, o que pode ser medido pela economicidade que decorre tanto da arregimentação de meios técnicos e financeiros quanto pela mobilização de grupos sociais ou comunidades de beneficiários quando no emprego de metodologias e estratégias de intervenção na realidade. Assim é possível vislumbrar, por meio dessa ação de coordenação exercida pela RIB, a integração de políticas públicas, apesar da clássica setorialização das intervenções em todos os níveis de governo.

A carteira de projetos de cooperação técnica internacional (PCT) da Representação do IICA no Brasil (RIB) fechou o ano de 2010 com 25 projetos desenvolvidos em parceria com os Ministérios da Agricultura Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, do Meio Ambiente e das Minas e Energia, além do Banco do Nordeste do Brasil, a Eletrobrás, a Eletronorte, a Embrapa, a Fundação Banco do Brasil, o IBAMA, Instituto de Gestão das Águas e Clima da Bahia, o Instituto Nacional de Meteorologia, o Instituto Souza Cruz, a Secretaria de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária do Rio Grande do Norte, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte e a Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí,

Concebido sobre bases não comerciais, o PCT é um instrumento de promoção do desenvolvimento de capacidades técnicas, a partir do acesso e incorporação de conhecimentos, informações, tecnologias, experiências e práticas de interesse para o desenvolvimento rural sustentável.

Na evolução da carteira de projetos da RIB, nos últimos três anos estão igualmente embutidos os avanços recentes de conceitos e estratégias de desenvolvimento rural, a exemplo do enfoque territorial, do crédito fundiário, do combate à desertificação e da educação ambiental. Os atuais PCTs enfatizam as ações de cooperação técnica em detrimento de iniciativas meramente administrativas. Isso deve-se em grande parte à consolidação do processo de negociação, elaboração e execução dos projetos. Desde a negociação, busca-se o maior envolvimento possível de áreas potencialmente beneficiárias da futura entidade parceria nacional, o que se traduz na realização de missões técnicas e visitas institucionais mútuas para esclarecimentos sobre possibilidades e limitações da cooperação técnica internacional. Na elaboração, adotam-se metodologias participativas para prospecção das demandas e consequente construção do PCT. A organicidade e o compromisso técnico e institucional que se conquista com estes procedimentos de negociação e elaboração do PCT se manifestam de forma positiva na melhoria da execução do projeto.

O conjunto dos PCTs, a maioria com abrangência nacional, aborda temas relacionados com: modernização institucional, defesa agropecuária, agricultura irrigada, agrometeorologia, combate à desertificação, combate à pobreza rural, crédito fundiário, desenvolvimento regional, desenvolvimento territorial, educação e proteção ambiental, estudos agrários, gestão estratégica institucional, gestão de recursos hídricos, inclusão social, pesquisa agropecuária, políticas fundiárias e políticas regionais, entre as mais importantes.

Um resumo possível das ações desenvolvidas no âmbito dos PCTs se concentraria em três eixos: capacitação, gestão de conhecimentos através de consultorias e a realização de estudos estratégicos.

A capacitação inclui o planejamento e a realização de cursos, predominantemente de curta e média duração, de oficinas, de congressos, de seminários, de intercâmbios técnicos nacionais e internacionais, dentre outras modalidades. Os temas dos eventos estão sempre afinados com os objetivos e resultados dos PCTs e buscam agregar informações que esclareçam, acrescentem ou facilitem a apropriação do conhecimento pela entidade demandante da cooperação técnica.

As consultorias por produtos, de acordo com o § 2º, art. 4º, Decreto 5.151, consistem na prestação de serviço técnico especializado para realizar estudos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, pareceres, perícias e avaliações em geral e aperfeiçoamento de pessoal. Embora decorrentes da prestação de serviços de consultoria, destacam-se os estudos, pois buscam não apenas conhecimentos inéditos, mas também a reunião de informações técnicas ou científicas disponíveis, mas ainda dispersas.

Apesar da diversidade de temas e da atuação setorial de grande parte das instituições parceiras, o foco ou o objetivo mediato da maioria dos PCTs é o desenvolvimento sustentável. Neste ponto reside, certamente, a convergência de interesses institucionais e de resultados que levam à contribuição dos PCTs ao desenvolvimento rural, a par do enfoque que lhe seja dado individualmente. A esse respeito cabe destacar alguns exemplos que traduzem o aporte técnico da RIB aos parceiros e, conseqüentemente, ao esforço institucional do IICA em seu desafio de cumprir sua missão e seu mandato institucionais.

Uma das mais importantes contribuições da RIB aos parceiros reside na possibilidade de mobilização da rede interamericana de especialistas em face de sua capilaridade traduzida na presença do IICA junto a 34 países das Américas e do Caribe. Essa presença institucional ocorre tanto na captação quanto na difusão de conhecimento, boas práticas e lições aprendidas na execução dos PCTs, ou seja, em todas as temáticas que cada um deles aborda. A RIB colabora com seus parceiros na mobilização de anças e de comunidades rurais, na aproximação com diversas formas de organizações sociais no campo, com diferentes instâncias representativas de movimentos sociais e com um variado leque de organizações não-governamentais.

Em 2010, cabe destacar as seguintes atividades de cooperação técnica, desenvolvidas por meio dos PCTs:

Apoio ao Ministério Público Federal (Escola Superior do Ministério Público da União) em ações de cooperação para o desenvolvimento do arquipélago do Marajó.

Capacitação de funcionários do Banco do Nordeste sobre aspectos técnicos e operacionais relacionados à execução do PCT BRA/IICA/02/010.

Planejamento e participação na III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos PCT no Brasil.

Planejamento e coordenação de oficina para elaboração de PCT com a Emater-DF.

Publicação do relatório da II Reunião de Intercâmbio de Experiências dos PCT no Brasil, ocorrida em 2009.

Participação na capacitação inicial (imersão) para servidores do MMA, MME e IICA (15 participantes)

Participação no Planejamento e coordenação de oficina para reformulação e ampliação de escopo do *"Proyecto de monitoreo, control, seguimiento y capacitación de la influenza aviar en la Republica Argentina"*.

Coordenação do Curso Internacional de Gestão Estratégia do Desenvolvimento Local em Maceió. (Cooperação MI/IICA/CEPAL/ILPES).

Negociação, elaboração e gestão dos seguintes planos de trabalho:

Curso Internacional de Gestão Estratégia do Desenvolvimento Local em Maceió. (Cooperação MI/IICA/CEPAL/ILPES).

Curso Internacional de Gestão Estratégia do Desenvolvimento Local em Jacarezinho. (Cooperação MI/IICA/CEPAL/ILPES).

Monitoria e avaliação INGA

Monitoria e avaliação NEAD

Relatório Final PCT NEAD

Análise de resultados do Programa Luz para Todos.

Gestão de mais 29 planos de trabalho em vigor.

Apoio técnico à execução de 30 PCTs, a saber:

Com Eletrobrás para a “Implementação do Programa de Acesso e Uso da Energia Elétrica como fator de Desenvolvimento de Comunidades do Meio Rural Brasileiro”.

Com a Eletronorte para “Fortalecimento da Capacidade Institucional e da Gestão das Ações Voltadas às Populações Atingidas pelos Empreendimentos da Eletronorte.

Com a EMBRAPA para a “Gestão de Processos de Transferência de Tecnologias para Subsidiar o Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão na Pesquisa Agropecuária – AGROFUTURO”.

Com INMET para desenvolver ações e atividades relativas ao fortalecimento de ações agrometeorológicas em apoio ao agronegócio.

Com o BNB para “Desenvolvimento de ações para o fortalecimento da participação do Banco do Nordeste nos espaços subregionais na área de sua atuação legal”.

Com o BNB para “apoiar o Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional do Banco do Nordeste do Brasil” (antigo).

Com a FBB para “Aperfeiçoamento das Ações da Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável nos Estados da Bahia, do Ceará, de Minas Gerais, do Pará e de Pernambuco e Estudo das Cadeias Produtivas da Ovinocaprinocultura, da Apicultura e da Piscicultura”.

Com o IBAMA para “Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e Proteção do Meio Ambiente”.

Com o Instituto Souza Cruz para a “Formação Integral de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais na Região Sul do Brasil”.

Com o MDA/NEAD para “Consolidação de uma Agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”.

Com o MDA/NEAD para “Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável”.(antigo)

Com o MDA/SRA para “Consolidação do Crédito Fundiário como Instrumento de Política Pública”.

Com a MDA/SDT para “Fortalecimento e Aperfeiçoamento do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais”.

Com a ABACEN/MRE para “Revitalização da fazenda do Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR), em FonddesNègres”.

Com a ABACEN/MRE para o “Fortalecimento de estratégias de garantia de acesso à água potável para famílias pobres em situação de insegurança alimentar no Haiti”.

Com o MI para Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil, sob Cenários Sustentáveis.

Com o MI para “Desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e de Estímulo à Conservação Preservação e Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais na Região Semiárida do Brasil”.

Com o MI para “Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional – 2009/2012”.

Com o MMA para “Capacitação e Formação de Gestores e Educadores Ambientais no Âmbito da Agricultura Familiar e das Comunidades Tradicionais, visando o Desenvolvimento Rural Sustentável”.

Com o MMA para “Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil”.

Com o MAPA para “Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa do MAPA”.

Com o MCT para o “Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS/MCT”.

Com o MME para desenvolver uma “Estratégia de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos”.

Com a Seplan/PI para “Combate à Pobreza Rural – PCPR II Fase II no Estado do Piauí”.

Com a SDR/CE para “Suporte técnico à implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Ceará II – 2ª Fase”.

Com a SEEC/RN para “Aprimoramento das Políticas de Educação Inclusiva no Meio Rural do Estado do Rio Grande do Norte”.

Com a SEARA/RN para “Aprimoramento da Gestão de Políticas Fundiárias no Estado do Rio Grande do Norte”.

Com o INGÁ/BA para “Aprimoramento da Gestão Ambiental no Estado da Bahia”.

Com o INGÁ/BA para “Consolidação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia”. (antigo)

Com a CERB/BA para o “Uso Sustentável da Água e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado da Bahia”.

A partir de 2008, a Representação do IICA no Brasil promove reuniões técnicas anuais de intercâmbio de experiências realizadas no âmbito dos PCTs. Dessas reuniões participam diretores, coordenadores e técnicos dos projetos de cooperação técnica, representantes de instituições parceiras e especialistas, com o objetivo de divulgar resultados, trocar informações e articular ações de cooperação horizontal, com foco na integração de políticas públicas.

Na primeira reunião, foram discutidos resultados de atividades de cooperação técnica realizadas em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Integração Nacional (MI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (DAS-CE), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste (BNB), o Instituto Souza Cruz e Centros de Desenvolvimento de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) da região Sul do país.

Na segunda reunião foram contempladas experiências resultantes da parceria do IICA com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Integração Nacional (MI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Maranhão (SEAGRO/MA), o Banco do Nordeste (BNB), a Fundação Banco do Brasil, o Instituto de Gestão das Águas e Clima do Estado da Bahia (INGÁ-BA), o Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (IDEMA-RN) e o Instituto Souza Cruz.

A terceira reunião foi apresentada e discutida produtos da cooperação técnica com os seguintes parceiros: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), Fundação Banco do Brasil (FBB), Banco do Nordeste (BNB), Instituto de Gestão das Águas e Clima do Estado da Bahia (INGÁ-BA), Instituto Souza Cruz (ISC).

Com a realização desta III Reunião de Intercâmbio de Experiências, o IICA inova uma vez mais ao abrir espaço para a integração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, em que se privilegiam a divulgação de resultados de projetos de cooperação, a troca de informações e a articulação de ações de cooperação horizontal.

Todas as reuniões estão relatadas e disponíveis no website do IICA (www.iica.org.br), juntamente com os arquivos originais das palestras proferidas que foram gentilmente disponibilizados por seus autores.





14. DESAFIOS PARA 2011

Buscamos neste trabalho apresentar dados e análises sobre o desempenho da economia brasileira e do seu setor de agronegócio que permitam ao leitor se posicionar melhor no que tange a suas principais cadeias produtivas, incluindo além da dimensão econômica a dimensão social e ambiental.

Como se viu na parte inicial deste trabalho - conjuntura macroeconômica - o PIB do Brasil tinha caído bastante em 2009, em função da crise, e recupera em 2010 níveis anteriores a crise, com uma taxa, segundo as previsões, que pode estar chegando perto de 7,3% de crescimento.

Para 2011 as empresas de consultoria avaliam que o ritmo do crescimento cairá para 4,5% — por causa das restrições ao crédito impostas pelo Banco Central, da elevação da taxa básica de juros (Selic) e do aumento das importações.

No Brasil a demanda encontra-se robusta, em grande parte devido aos efeitos de fatores de estímulo, como o crescimento da renda e a expansão do crédito. Impulsos fiscais e creditícios foram aplicados na economia nos últimos trimestres, e ainda deverão contribuir para a consolidação da expansão da atividade

No entanto há na economia brasileira alguns sinais que alertam para o perigo de uma crise. O saldo em conta corrente do balanço de pagamentos permanece em trajetória contínua de déficits crescentes. Para 2011 o valor projetado foi mantido em US\$ 60 bilhões.

O câmbio valorizado, que encarece as exportações ao mesmo tempo em que torna as importações mais baratas, está causando desindustrialização no Brasil. Há também outros fatores que contribuem para acelerar ainda mais esse processo, como a recessão dos países ricos e os velhos problemas de custos acentuando a perda de competitividade da indústria local, como o preço da energia e a infraestrutura.

Apesar do sucesso do agronegócio, a questão da sobrevalorização cambial e a chamada guerra cambial que poderia estar afetando a competitividade industrial do Brasil, Estaria ainda em curso uma rodada de desvalorizações competitivas que terá o efeito mais provável de exacerbar as tensões internacionais.

Mas, se os países não forem capazes de encontrar uma solução coordenada para o quadro de desalinhamento entre as políticas cambiais, os riscos do recrudescimento do protecionismo que pairavam no ar logo após a eclosão da crise internacional no final de 2008, podem se concretizar em curto espaço de tempo.

Vários desafios deverão ser superados pelo próximo governo para manter a mesma taxa de crescimento atual.

Para aumentar o PIB de forma sustentável, a economia brasileira deveria ter uma taxa de investimento de pelo menos 25% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa taxa junto com investimentos em capital humano é o que permite aumentar o chamado PIB potencial, que é o limite ao crescimento econômico, para que este ocorra sem inflação.

Para poder programar e fazer de fato os grandes projetos de infraestrutura já previstos ou em gestação pelo governo (Copa 2014, Pré-Sal, PAC e Olimpíadas) o próximo governo vai precisar estimular novas formas de financiamento para empreendimentos de maior fôlego, pois o BNDES está perto do esgotamento. Medidas devem incentivar os bancos privados a entrar nesse segmento.

Nessa perspectiva, na visão dos analistas, o novo governo terá dificuldades em ampliar as políticas de transferência de renda. A expansão dos subsídios sociais intensificaria as pressões ao caixa do governo, que já sofre com os altos gastos do setor público.

As contas externas são sem dúvida o ponto mais frágil da economia brasileira nesse momento. Em 2010 as exportações de mercadorias foram 28% maiores que as de um ano antes. O valor importado ficou 48,6% acima do registrado em 2009.

No período de Janeiro a Dezembro de 2010, as exportações do agronegócio totalizaram US\$ 76,441 bilhões, o que significou crescimento de 18% em relação ao valor exportado no mesmo período de 2009. As importações também apresentaram variação positiva (35,2%), totalizando US\$ 13,387 bilhões. O saldo comercial do agronegócio aumentou de US\$ 50,915 bilhões para US\$ 63,1 bilhões.

Se não fosse pelo saldo positivo da balança comercial agrícola, a balança comercial total teria sido deficitária. No item demais produtos (onde entram todos os manufaturados e serviços) as importações superaram as exportações em quase US\$ 45 bilhões, ou seja, foi deficitário em termos de balança comercial.

Isso deveu-se aos aumentos dos preços das commodities no mercado internacional.

A maior responsabilidade pelos aumentos dos preços recaiu sobre os problemas climáticos que prejudicaram a produção de trigo na Rússia e de outros países europeus.

O segundo fator é a China, que dobrou suas compras da oleaginosa no mercado externo, saindo de 28,7 milhões de toneladas na safra 2006/2007, equivalentes à época a 41,6% das importações mundiais de soja em grão, para estimadas 55 milhões de toneladas na safra 2010/2011.

Mas a subida dos preços das commodities está também, como se viu antes, relacionada com os movimentos financeiros que em função do dólar enfraquecido voltaram a determinar a valorização da maior parte das commodities.

Produtos como soja e milho, que são mais negociados na Bolsa de Chicago, servem como hedge diante de turbulências financeiras, o que acaba atraindo mais investimentos, inclusive especulativos.

Nas políticas domésticas cabe destacar o papel do crédito rural que está programado para entregar para a safra de 2010/2011 8% a mais do que na safra passada. Observa-se que o sistema financeiro oficial abastece com mais crédito a agricultura empresarial, que teve 87,3% dos recursos contra 12,7 % dos familiares.

A produção nacional de grãos para a safra 2010/2011 foi estimada pela CONAB em 149,41 milhões de Toneladas. Quando comparada à safra anterior, verifica-se um pequeno aumento de 0,1% (130 mil toneladas)

Nesta nova safra o destaque fica com a cultura do arroz, com crescimento estimado de 957 mil toneladas. Mesmo assim haverá um crescimento significativo na produção nacional, que espera recuperar as perdas causadas pela estiagem na região Nordeste e pelo excesso de chuvas no Rio Grande do Sul.

O algodão é a segunda cultura em crescimento de produção, apresentando ganho de 1017 mil toneladas no algodão em caroço.

A soja, que nas últimas safras vinha apresentando crescimento, na nova safra apresenta um pequeno decréscimo de 68 mil toneladas

O Governo Brasileiro deverá conviver com uma onda crescente de fusões e aquisições devido ao aquecimento da economia, depois dos efeitos da crise americana que teve início em setembro de 2008. Essas fusões deverão ser mais complexas porque a concentração tende a aumentar em vários mercados. Com isso, diversos setores da economia terão um número cada vez menor de empresas competindo.

Tomando em consideração a magnitude e a diversidade de situações da pobreza rural e da agricultura familiar no Brasil, o governo federal formulou e executa um conjunto de políticas e programas que buscam atender às especificidades desse universo.

Nesse sentido, as principais iniciativas do governo na perspectiva de resolução dos problemas de pobreza rural podem ser visualizadas nas seguintes dimensões: (i) acesso à alimentação; (ii) fortalecimento da agricultura familiar; (iii) geração de renda; e (iv) articulação, mobilização e controle social.

O acesso aos alimentos pelas crianças dessas famílias conta, também, com o aporte do Programa Nacional de Alimentação Escolar que passou por importante redefinição a partir da lei, sancionada em 2009. Essa lei deu novos rumos ao programa, entre outros, ampliando o atendimento para os estudantes do segundo grau e da educação de jovens e adultos (estimativa de 44 milhões de refeições diárias gratuitas) e obrigando a aquisição de ao menos 30% dos alimentos diretamente da agricultura familiar local ou regional.

Pelo lado da oferta, o peso da agricultura familiar no abastecimento do mercado interno desempenhou papel também importante. Mais do que isso, trata-se de famílias rurais que reúnem a dupla condição de apresentarem elevada incidência de pobreza e mesmo de fome (apesar do paradoxo) e de serem ofertantes ou produtores em potencial de alimentos.

Na área das inovações tecnológicas cabe destacar a Embrapa, que procedeu à criação de três novas unidades de pesquisa, expandindo sua capacidade laboratorial e de campos experimentais em uma região que passa por intensas transformações tecnológicas agrícolas. No estado de Mato Grosso (em

Sinop) foi criada a Embrapa Agrosilvopastoril cujo foco é a integração de sistemas de produção visando o aumento da produção sustentável nas áreas de fronteira; no estado do Tocantins foi criada a Embrapa Pesca e Aquicultura (em Palmas) para atuar na busca de soluções para a sustentabilidade de cadeias produtivas da pesca, aquicultura e sistemas agrícolas; no estado do Maranhão foi criada a Embrapa Cocais (em São Luis) com a missão de desenvolver modelos produtivos nos biomas Cocais e Planícies Inundáveis com ênfase no segmento da agricultura familiar

A Embrapa executou cerca 1.200 projetos, distribuídos em 6 megaprogramas, aplicando recursos superiores a 1,8 bilhão de reais.

No Ministério de Meio Ambiente, foi promovida a utilização dos recursos naturais na Agricultura com foco em legislações florestais que coíbam o desmatamento e legislação, com uso do mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) com uma política Nacional de Segurança de Barragens; com Sistemas de Alerta Precoce para o Combate a Desertificação e principalmente com previsão de Tempo para Eventos Extremos/Severos-MeteoAlarm.

Cabe destacar nesta linha a participação do Governo no Conselho Mundial da Água – WWC.

Do ponto de vista da sanidade fica evidente que os avanços na produção e no mercado de carne brasileiro estão diretamente relacionados com o Programa de controle e erradicação de febre aftosa. No primeiro semestre do ano 2010 a Campanha Nacional de Vacinação alcançou um índice de cobertura vacinal de 97,2%. No período, foram imunizados 151,9 milhões de bovinos e búfalos. O destaque no país foi o estado de Mato Grosso, que atingiu a vacinação de 100% dos animais abaixo de 12 meses, no mês de fevereiro, na região de fronteira com a Bolívia, e o 99,7% dos animais com menos de 24 meses, no mês de maio.

Na região Norte Rondônia alcançou o melhor índice, ao imunizar 99,9% do rebanho de 4,7 milhões de animais. Na região Sudeste, Minas Gerais ganhou destaque, com 99% dos bovinos e búfalos vacinados. O estado da Bahia teve o melhor desempenho do Nordeste, com cobertura vacinal de 97,9% dos animais. No Sul, o Paraná imunizou 95,9% e o Rio Grande do Sul 95,7%

A competitividade dos agricultores foi fortalecida por meio da Instrução Normativa nº 27 publicada no Diário Oficial da União, no dia 31 de agosto, onde o Ministério de Agricultura institui o marco legal para a Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), dessa forma todos os produtos de origem animal ou vegetal podem ter normas técnicas específicas e assim contar com um selo oficial de certificação. Essa certificação confere qualidade ao produto, seguindo requisitos de sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, viabilidade econômica e rastreabilidade de todas as etapas da produção, assim os produtos ganham maior entrada e participação nos sistemas e mercados sustentáveis.

Em suma, percebe-se o esforço do Governo Brasileiro em 2010 em melhorar a produção agrícola, com inovações tecnológicas, medidas eficientes de sanidade animal e vegetal e de crédito rural. e não se deixou de lado o desenvolvimento rural sustentável do país, que foi apoiado através de políticas de combate a desertificação, de transferência de renda e de promoção e fortalecimento da agricultura familiar.





15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATAS COPOM E BOLETIM FOCUS – Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br/>

REVISTA ELETRÔNICA RIO ECONÔMICO Nº 07/2010 – Agosto/2010. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/>

ECONOMIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA – 7ª EDIÇÃO. Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perpectiva-Jun-Jul10.pdf>

JORNAL CORREIO BRASILIENSE DE 22/09/2010. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/>

CARTA IEDI N. 437 - Terceiro Trimestre de 2010: Indústria Aquém da Economia

“BRASIL FORTE E SUSTENTÁVEL” do Presidente Substituto do Banco Central, Antonio Gustavo Matos do Vale por ocasião do XXI ENBRA em Tocantins, em setembro 2010, divulgada no site do Banco Central do Brasil, acessado no dia 19/10/2010.

ANUÁRIO ESTADÍSTICO DE AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2009 da CEPAL.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria de Comércio Exterior Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior, Balança Comercial Brasileira, Dados Consolidados: (Balança Comercial Brasileira)

CEPEA ESALQ

RECOR/BACEN, BNDES, BB, BNB, BASA, BANCOOB E SICREDI Elaboração: MAPA/SPA/DEAGRI - Data: 16.09.2010

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE CRÉDITO RURAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL 2010.

CONAB - Levantamento: Out/2010



16 ANEXOS

ANEXO 1: SIGLAS

ABACEN - Agricultura de Baixo Carbono

ABACENS - Associação Brasileira de Criadores de Suínos

ABGEA - Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental

ABIOV - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

ABMS - Associação Brasileira de Mecânica de Solos

ABPA - Associação Baiana dos Produtores de Algodão

ABRAF - Associação Brasileira de Florestas Plantadas

ABRAMILHO - Associação Brasileira dos Produtores de Milho

AGROSTAT - Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro

AGU - Advocacia Geral da União

ANA - Agência Nacional de Águas

ANDA - Associação Nacional para a Difusão de Adubos

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APP - Área de Preservação Permanente

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica

Associtrus - Associação Brasileira de Citricultores

ASSOCON - Associação Nacional dos Confinadores

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BACEN - Banco Central do Brasil

BANCOOB - Banco Cooperativo do Brasil

BASA - Banco da Amazônia

BB - Banco do Brasil

BLP - Boas Práticas de Laboratório

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros

BNB - Banco do Nordeste

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

BOVESPA - Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

BPA - Boas Práticas Agrícolas

BPF - Boas Práticas de Fabricação

CBR - Comitê Brasileiro de Barragens

CCD - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação

CECAFE - Conselho dos Exportadores de Café do Brasil

CEDEJOR - Centros de Desenvolvimento de Desenvolvimento do Jovem Rural

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CERAGRO - Centro de Referência no Agronegócio

CERB - Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia

CGOE - Coordenação Geral de Organização para Exportação

CGQV - Coordenação Geral de Qualidade Vegetal

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CNSeg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde

CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONFEA - Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Urbanismo

CONSADS - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COPOM - Comitê de Política Monetária

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

CREA - Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Urbanismo

CSVM - Cowpea severo vírus do mosaico

DEAGRI - Departamento de Economia Agrícola

DG-SANCO - Direção-Geral da Saúde e Proteção do Consumidor

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIMAC - Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas

DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas

DOU - Diário Oficial da União

DPI - Departamento de promoção Internacional do Agronegócio

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EDR - Escritórios de Desenvolvimento Rural

EEUU - Estados Unidos

Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras

Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBI - Emerging Markets Bond Index

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENBRA - Encontro Brasileiro de Administração

ENED - Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação

EU - União Europeia

EUA - Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAV - Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade de Brasília

FBB - Fundação Banco do Brasil

FBK - Formação Bruta de Capital

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNCEX - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

G20 - Grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia

G7 - Grupo dos sete países mais ricos do mundo

GAP - Grupo de Análise e Previsões

Gatt - Sigla em inglês para Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GEE - Gases de Efeito Estufa

HPMC - Produção de filmes de hidroxipropilmetilcelulose

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IBOVESPA - Índice da Bolsa de Valores de São Paulo

IBRACO - Instituto Brasileiro do Concreto

IDEMA-RN - Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte

IE - Instituto de Economia da Unicamp

IEA - Instituto de Economia Agrícola

IED - Investimentos Estrangeiros Diretos

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

IGP-M - Índice geral de preços do mercado

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

ILPES - Instituto Latino-americano y del Caribe de Planificación Económica y Social

ILPF - Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

INGA BA - Instituto de Gestão das Águas e Clima

INICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar

Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IOF - Imposto sobre operações financeiras

IPA - Índice de Preços por Atacado

IPC - Índice de Preços ao Consumidor

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

IPC-c1 - Índice de Preços ao Consumidor de classe 1

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPH - Índice de Pobreza Hídrica

ISC - Instituto Souza Cruz

LABEX - Laboratório Virtual no Exterior

LSIE - Laboratório de Sistemas de Informações Espaciais

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCT - Ministério das Ciências e Tecnologias

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MEC - Ministério da Educação

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MI - Ministério de Integração Nacional

MIDC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MIFID - Markets in Financial Instruments Directive

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME - Ministério das Minas e Energia

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEDSV - Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal

OIE - Organização Mundial de Saúde Animal

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização não Governamental

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAE - Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

PAIF - Programa de Atenção Integral à Família

PAN - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos

PCT - Projeto de Cooperação Técnica

PDSA - Plano de Desenvolvimento do Nordeste e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi Árido

PI Brasil - Produção Integrada Agropecuária

PIB - Produto Interno Bruto

PME - Pesquisa Mensal de Emprego

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher

PNRC - Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes

PNUMA - Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente

POF - Pesquisa de Orçamento Familiar

PROCIANDINO - Programa Cooperativo de Inovação Tecnológica Agropecuária para a Região Andina

PROCITROPICOS - Programa Cooperativo de Investigação e Transferência de Tecnologia para os Trópicos Sul-Americanos

PRODUZIR - Programa de organização produtiva de comunidades pobres

PROMECAFE - Programa Cooperativo Regional para o Desenvolvimento Tecnológico de café na América Central, Panamá, República Dominicana e Jamaica

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RDA - Rural Development Administration

RECOR - Registro Comum das Operações Rurais

RIB - Representação do IICA no Brasil

SAN - Segurança Alimentar Nutricional

SAP - Sistemas de Alerta Precoce de Secas e Desertificação

SDR/CE - Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará

SEAGRO/MA - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Maranhão

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior

SEEC/RN - Secretaria de Estado da Educação e da Cultura | Governo do RN

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SEMARH/BA - Secretaria de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos da Bahia

SEPLAN/PI - Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí

SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo

SICTA - Sistema de Integração Centro-americano de Tecnologia Agrícola

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SIG - Sistema de Informação Geográfica

SIGVIG - Sistema de Gerenciamento da Vigilância Agropecuária Internacional

SNDC - Sistema Nacional de Defesa Civil

SNIB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens

SNPA - Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola

SNVS - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária

SPA - Secretaria de Política Agrícola

SRI - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

SUS - Sistema Único de Saúde

TEC - Tarifa Externa Comum

TECA - Acordo de Cooperação Comercial e Econômica

TNC - The Nature Conservancy

TRIPS - Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

UBABEF - União Brasileira de Avicultura

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNB - Universidade de Brasília

UNCCD - United Nations Convention to Combat Desertification

UNICAMP - Universidade de Campinas - SP

USDA - United States Department of Agriculture

USTR - United States Trade Representative

WPI - Water Poverty Index

WSRI - Water Security Risk Index

WWC - Conselho Mundial da Água

ZAE - Zoneamento agroecológico em escala

ZCIT - Zona de Convergência Intertropical





17. ANEXO 2: LINHA DO TEMPO 2010 DA AGRICULTURA BRASILEIRA

JANEIRO

- Funcafé autoriza contratação de R\$ 95 milhões para financiar Cédula do Produto Rural (CPR)
- Ministros firmam cooperação agrícola entre Brasil e Sérvia
- Governo aplica 85,6 milhões na compra de produtos agrícolas. Os recursos serão utilizados na compra de sisal, arroz, feijão, trigo e café
- Publicada portaria do MAPA que reduz percentual obrigatório de etanol à gasolina
- MAPA estimula participação das cooperativas no mercado do agronegócio
- Brasil e Alemanha firmam cooperação em segurança de alimentos
- MAPA elabora Cartilha orientada à produção agropecuária sustentável
- Governo libera R\$ 200 milhões para garantir preços mínimos

FEVEREIRO

- União Europeia aprova plano do Mapa para exportação de carne de equídeos
- Publicadas normas para registro de agrotóxicos de pequenas culturas

MARÇO

- Governo aplica R\$ 380 milhões para aquisição de trigo, milho, feijão e café
- Mapa participa de conferência internacional sobre seguro rural
- Mapa investe R\$ 52 milhões em medidas fitossanitárias contra pragas
- Publicadas normas para controle higiênico-sanitário da castanha-do-brasil
- Adidos agrícolas são nomeados pelo presidente Lula - Representantes irão atuar em postos estratégicos no exterior

ABRIL

- Camex aprova redução da alíquota de importação do etanol
- Governo institui grupo de trabalho para avaliação de agrotóxicos
- Ministérios da Agricultura e da Fazenda selaram um acordo para a retomada dos leilões de apoio à comercialização de grãos
- Conab publica novo regulamento para leilões de PEP (Prêmio para Escoamento de Produto)

MAIO

- Instrução Normativa Nº 9 apresenta metodologia utilizada pelo MAPA para avaliar teor de água em cortes de aves
- A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6321/09 que estende crédito rural a quem vende produtos agrícolas
- Publicado no Diário Oficial o decreto 7.172, que define as regras para o zoneamento agroecológico
- Brasil e Moçambique dão início a projeto de inovação agropecuária
- Congresso aprova R\$ 90 milhões em crédito para Agricultura - Medida está prevista no Projeto de Lei do Congresso Nacional 5/10
- O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou sete medidas para agilizar a liberação de recursos na safra 2010/2011.
- Adidos agrícolas brasileiros assumem postos ao redor do mundo - Emissários trabalharão em postos estratégicos para o comércio agropecuário brasileiro

JUNHO

- Governo lança Plano Safra 2010/2011
- Resolução nº 3.863 do Banco Central cria linha de financiamento para estocagem de etanol
- Governo lança Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011
- Brasil e Peru firmam memorando na área de entendimento dos campos sanitário e fitossanitário
- Conab publica nova metodologia dos custos de produção de culturas temporárias
- Câmara aprova regulação do turismo rural
- Agricultores familiares ganham seguro climático
- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) lança hoje o Plano Safra das Águas, com linhas de crédito a juros mais baixos

JULHO

- Embrapa assina acordo com instituto de tecnologia agropecuária argentino. As duas instituições trabalharão na troca de tecnologias e experiências.
- O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou o aumento do limite no financiamento destinado aos produtores rurais para o pré-custeio.
- Com a Medida Provisória 497 Governo amplia benefícios tributários para exportadores
- Agência da ONU faz acordo com Brasil para desenvolvimento do agronegócio e energia sustentável- Cooperação do governo com a Unido ocorrerá dentro da cooperação Sul-Sul com países em desenvolvimento

AGOSTO

- Governo firma parcerias para reduzir emissões de dióxido de carbono na agricultura
- ANVISA determina banimento do agrotóxico Endossulfan em todo o país
- MDA firma parceria com governo de El Salvador - Acordo estabelece intercâmbio com profissionais do governo salvadorenho
- Brasil e Venezuela assinam acordos para produção de sementes e erradicação da aftosa
- Produtores de café ganham linha de crédito para operações no mercado futuro
- Ministério da Fazenda autoriza equalização de juros do Plano Agrícola e Pecuário
- CTNBio aprova liberação de soja transgênica resistente a glifosato e insetos
- Governo restringe pontos de entrada e saída de animais vivos no Brasil

SETEMBRO

- Brasil e Argentina prevêem ações conjuntas de pesquisa e abertura de mercados agropecuários
- Governo reduz burocracia para liberar medicamentos veterinários importados
- Governo simplifica importação de produtos veterinários
- O governo federal assegurou o pagamento do benefício Garantia-Safra para 595.622 agricultores familiares de todos os Estados da região Nordeste e norte de Minas Gerais atingidos pela seca

OUTUBRO

- MDA apresenta nos EUA, durante a 9ª edição do Consultative Meeting and Side Events, experiências brasileiras de seguro a agricultores familiares

- Por meio do Decreto 7.324, Governo prorroga prazo até o final de 2011. Já foram feitas 86 mil ligações
- Ministério da Agricultura libera R\$ 11,3 milhões para Ceagesp
- Brasil e Argentina fazem aliança para fortalecer o comércio agropecuário
- Governo amplia cobertura do seguro às exportações
- Brasil anuncia novas ações para combate à mudança do clima
- Dilma Rousseff é eleita nova presidente do Brasil
- ANVISA define novos limites para aditivos usados em alimentos industrializados

NOVEMBRO

- Assinado o Decreto 7.352, que regulamenta programa de educação no campo
- Brasil apresenta em reunião da FAO iniciativas para recuperar pastagens degradadas
- Representantes de 12 países se reúnem em Brasília para discutir a agricultura familiar
- MDA/INCRA e Embrapa lançam plano de reflorestamento em terras da reforma agrária
- Brasil apresenta a outros países programas de estímulo à agricultura familiar
- Brasil apresenta a outros países programas de estímulo à agricultura familiar
- Brasil e China firmam parceria para investimentos e trabalhos em organismos geneticamente modificados
- Camex autoriza importação de algodão com alíquota zero
- CMN extingue valor mínimo para crédito no Pronaf Mais Alimentos
- Brasil e ONU fortalecem programas de alimentação escolar para América Latina
- Brasil discute produção de etanol na Organização Internacional do Açúcar
- Brasil e UE firmam convênio para reduzir desmatamento em São Félix do Xingu
- Brasil discute no México medidas para reduzir as emissões de CO₂
- Brasil e União Europeia firmam acordo para reduzir desmatamento no Pará

DEZEMBRO

- Lula lança plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia
- Governo Sanciona Lei nº 12.350, que desonera a cadeia de aves e suínos

- Governo implanta Câmara de Compensação Ambiental
- O Congresso Nacional aprovou por meio do Decreto Legislativo nº 806, o texto do Acordo Internacional do Café
- Ministério da Agricultura promove cooperativismo na África e Oriente Médio
- Brasil amplia área livre de febre aftosa - Mais 18 municípios de Tocantins, Bahia, Rondônia e Amazonas têm áreas reconhecidas como livres da doença com vacinação.



